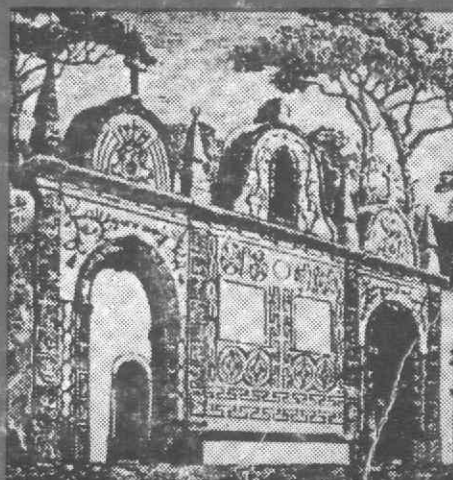
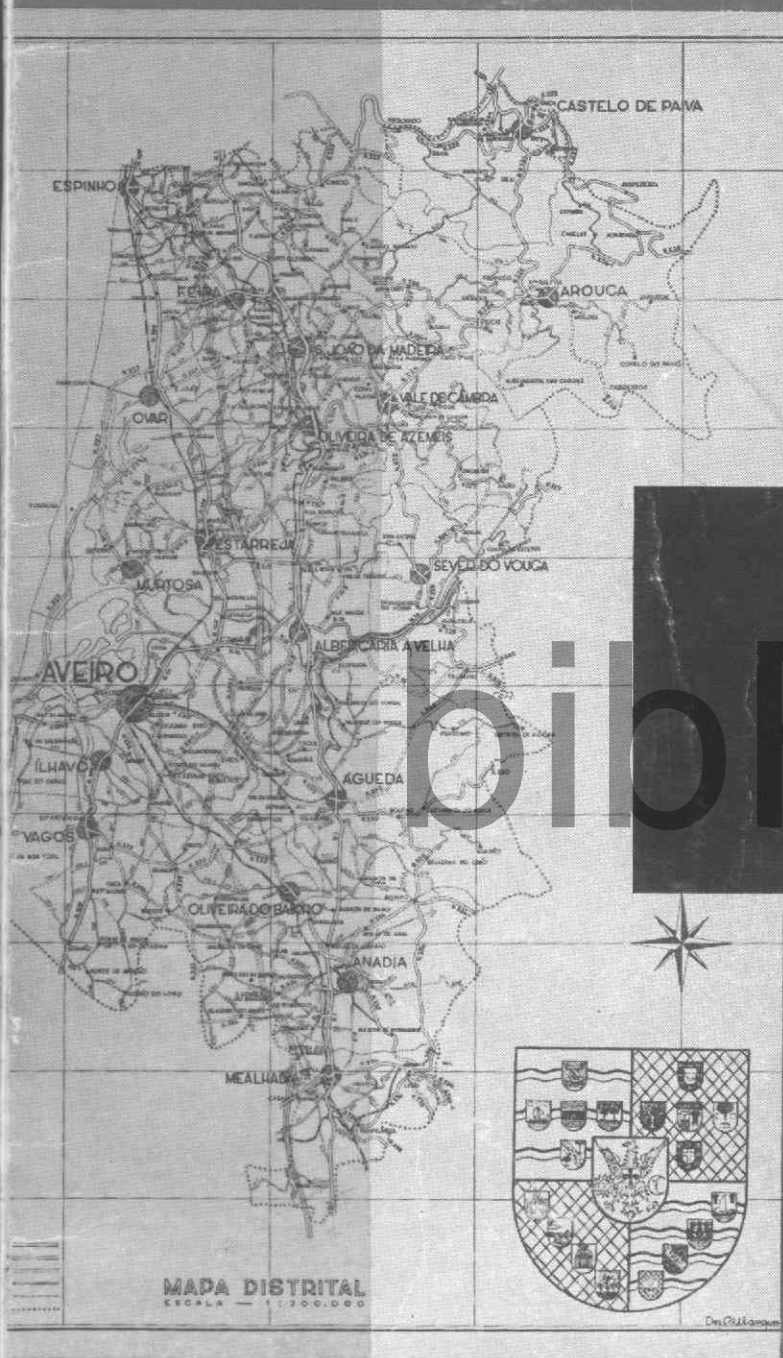




AVEIRO E O SEU DISTRITO



FL
908
149



AVEIRO E O SEU DISTRITO

SERVIÇOS DE CULTURA
OFERTA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO bibRIA



Número avulso

*A Direcção da Revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

bibRIA





bibRIA

LUÍS DE MAGALHÃES

— O BRASILEIRO SOARES (1886)
NO CENTENÁRIO DA SUA OBRA

Maria Albertina Nunes Santos

Ocorrendo este ano os 100 anos da publicação do «Brasileiro Soares», de Luís de Magalhães, pela livraria Chardron, no Porto, justifica-se uma análise breve à sua figura e obra. A reedição deste romance surgiu agora com prefácio de Clara Crabbé Rocha e, segundo esta escritora, «é uma obra integrada no programa realista da Literatura Portuguesa, com influências do Romantismo devido à presença de elementos naturalistas». Esta reedição do único romance completo do poeta e jornalista Luís de Magalhães é enriquecida com a divulgação da «carta prefácio» de Eça de Queirós de 21 de Maio de 1866, que completou a 1.ª edição. Nela prepassam alguns elogios directos do autor de que destacarei:

«Ora V... caro amigo, nascido cá fora do Romantismo... faz uma coisa bem simples que revolucionou a velha novela... querendo estudar um brasileiro num romance,... abra os olhos bem largos, bem claros... e imediatamente reconhece que ele como V. e como seu vizinho é um Homem... um mero homem,... apenas humano.(...)»

«O seu livro caro Luís... tem a realidade bem observada e a observação bem exprimida, as duas qualidades supremas, as que se devem procurar antes de tudo na obra de arte, onde outrora se admirava a imaginação e a eloquência. Mas V. faz, além disso, com o seu Brasileiro Soares uma verdadeira reabilitação social...» (1)

Este prefácio revela simultaneamente uma crítica ao Romantismo e a valorização do escritor que, conseguiu com o seu «Joaquim Soares» a mudança do Brasileiro que, regressado ao país de origem, não é mais o boçal e o inculto, mas o homem sincero e bondoso. Eça foi, assim, o pri-



meiro crítico deste romance, salientando a originalidade com que aquele personagem foi tratado. Ele próprio apadrinhou e inspirou o texto, pois a «tentação e o adultério» estiveram presentes nas suas obras, «Mandarim» e «Primo Basílio». Logo na dedicatória do romance se vislumbra esta aproximação e estima entre os dois escritores, que já vinha dos tempos académicos de Coimbra. Para melhor se compreender o âmbito desta carta prefácio, será bom recordar alguns traços biográficos de Luís de Magalhães e a sua inserção num grupo intelectual que ele próprio intitulou de «Inclita geração», do qual fazia parte Eça de Queirós, Antero, Ramalho e António Feijó. Nasceu em Lisboa a 13 de Setembro de 1859, na antiga Rua Formosa, hoje Rua do Século. Estudou em Coimbra, onde redigiu os «Zumbidos», panfletos de crítica aos erros e excessos da sociedade contemporânea. Literariamente, Eça, Ramalho e Junqueiro eram os seus ídolos; intelectualmente, a sua formação era positivista, apoiando-se em afirmações de Augusto Comte, Stuart Mil e Proudhon. No seu espírito havia concerteza o «fermento do liberalismo e por isso mesmo combatia tudo o que tinha aspecto de tirania ou movimento reaccionário» (2). Com os seus condiscípulos e contemporâneos discutia e bebericava amigavelmente no Café Lusitano ou na tasca do «João das Iscas», em Coimbra. Em 1884, casou na Igreja Românica da Cedofeita, indo viver passados dois anos para a Quinta do Mosteiro em Moreira da Maia. A esta Quinta, adquirida por sua mãe D. Rita de Magalhães, dedicou toda a sua existência, tentando fazer dela uma bela residência e casa de família intimamente ligada a alguns dos seus maiores amigos; Eça, Antero, Feijó, Oliveira Martins, Alberto Sampaio.

Deste convívio intelectual, havia de nascer uma iniciativa política de vulto «Movimento Vida Nova» que Oliveira Martins criou e orientou, associando o espírito patriótico aos princípios socialistas.

Como difusão das suas ideias e intenções muitas vezes opostas às tendências do «Terreiro do Paço» surgiu no Porto um jornal, «A Província» de cujo corpo redactorial fez parte Luís de Magalhães. As suas intervenções neste jornal foram acompanhadas do lançamento em 1886 do Brasileiro Soares e vieram a constituir as «Notas e impressões» saídas em 1890.

Neste momento, atravessava o país uma grave crise, resultante do «ultimatum Inglês». Perante a situação um pouco anárquica, que se vivia no país, com constantes manifestações públicas, surgiu a ideia de constituir uma «Liga Patriótica». Luís de Magalhães sentia que essa Liga devia ser constituída por bons elementos, todos patriotas e sinceros, dirigidos por «um homem excepcional, que seria na conjuntura da época, um dos portugueses mais sensíveis e esclarecidos perante o grande abalo nacional. Esse homem seria Antero de Quental»⁽³⁾.

No entanto, após um arranque vigoroso, o movimento acabaria por fracassar.

Mas não foi só escritor, foi também orador... segundo a opinião de Miranda de Andrade, apesar de não ter as extraordinárias qualidades de improvisador de seu pai, o grande tribuno José Estêvão «a oração saía-lhe com a marca da eloquência e era recebida, com agrado e quentes aplausos pelos ouvintes»⁽⁴⁾. Um dos seus mais brilhantes discursos foi o que proferiu na inauguração da estátua de José Estêvão, em Aveiro (12 de Agosto de 1889). No sarau então realizado, foi acompanhado por Sebastião de Magalhães Lima, Manuel de Arriaga e José Cândido. Luís de Magalhães foi tão eloquente, que Manuel de Arriaga terá feito um expressivo comentário «José Estêvão realizou hoje um milagre, ressuscitou no filho»⁽⁵⁾.

A Imprensa Regional e portuense registou com agrado as suas palavras. Ele próprio, não esqueceu as felicitações e comoção dessa noite, numa carta escrita na Costa Nova, na sua residência de Verão, a António Feijó:

«Costa Nova (Aveiro), 21 de Agosto de 1889.

Estou a escrever-te, meia dúzia de dias depois de um dos mais solenes acontecimentos da minha vida: — a inauguração da estátua de meu pai em Aveiro. Vibro ainda das comoções

dessa hora. Tudo isso me aproximou das minhas tradições íntimas e fez avivar uma memória cuja grandeza só agora, ao bater dos trinta anos, eu avalio com justiça e consciência. As festas correram excelentemente. Uma delas foi sarau literário em que falaram... e eu, por último fechando a festa... E fui feliz, tão feliz que muitos me colocaram nessa noite... acima do António Cândido... Parece-me que, com efeito, ultrapassei a expectativa de toda a gente. e vi, abraçados a mim, a chorarem, velhos amigos de meu pai».

Mas o seu aveirismo está também presente na descrição que faz de Aveiro, na revista «A Arte e a Natureza em Portugal».

«A cidade já pouco tem de archaico: os restos das suas antigas muralhas desapareceram totalmente; as pesadas moles dos seis conventos ou foram demolidas ou transformadas em quarteis ou repartições; das velhas arcarias dos seus pitorescos aquedutos já não resta o, mínimo vestígio... Mas no seu curto perímetro, nas ruas estreitas, na inexpressiva uniformidade das suas edificações, duas coisas há que imprimem à cidade de Aveiro um cunho inconfundível e a torna uma das mais bonitas e interessantes povoações de Portugal; são a vasta ria que a envolve e a penetra com os seus canais de parapeitos de cantaris... e a larga, desafogada, verdejante, luminosa e variadíssima paisagem em que ela na sua alvura.. nos aparece engastada, como uma pérola n'um esmalte polycromo e brilhante...».

A sua presença, em Aveiro, ficou marcada por outro discurso proferido no centenário do nascimento do seu pai, a 26 de Dezembro de 1909. Foi acompanhado por Joaquim de Melo Freitas, Sebastião e Jaime de Magalhães Lima. também em Lisboa, esta data foi celebrada com intervenção de Teófilo Braga, Egas Moniz e Manuel de Arriaga. Neste discurso, voltou a «falar do grande português, seu progenitor, cuja individualidade evocou, enaltecendo sobretudo a magnanimidade do seu coração, a sua bondade e lealdade»⁽⁶⁾. A sua acção política foi completada com a actividade jornalística, pois publicou numerosos artigos nos jornais (Tarde, Diário Ilustrado, Correio da Manhã, o Nacional, Jornal do Comércio, Primeiro de Janeiro, Comércio do Porto, o Correio, o Dia, a Soberania do Povo, o Distrito de Aveiro), este último foi fundado por seu pai José Estêvão. Foi também correspondente literário no Porto da Revista «Locomotiva».

Profundo conhecedor de Aveiro, das terras envolventes e da tão querida laguna como das suas gentes, exaltando virtudes e cultivando as raízes das suas origens, é justo que ao passar este centenário de uma obra que marcou a sua época escrita por um descendente ilustre de Aveiro, aqui se registre, para a memória, a figura literária e política do homem que foi Luís de Magalhães.

Maria Albertina Nunes Santos

*

Pequenos excertos:

1. Romance «O Brasileiro Soares»

«Sozinho no escritório, Soares passeou longamente com as mãos atrás das costas. Voltavam-lhe a febre, a agitação, como como pelo atrito contínuo da sua ideia fixa no cérebro. A visão de Ermelinda era o seu pesadelo, a sua tortura, o seu martírio. Já não lhe aparecia porém impoluta a santa, qual vulto celeste como na alucinação quase doce da noite anterior... Agora era uma sombra danada e escura que diante dele se torcia ébria de gozo, nos braços dum outro homem...»

2. Discurso proferido em 26 de Dezembro de 1909.

«Vinte anos vão passados sobre esse dia de apoteose! E alguns daqueles que a ele assistiram e de que eu vos traduzi então o reconhecimento, alguns daqueles que foram das suas e das minhas mais idolatradas afeições... dormem já, a seu lado, o bom e sereno sono do túmulo, nessa modesta jazida fúnebre, onde amanhã iremos em devota romagem, e que, se é para vós como que o Panteão, onde repousa o vosso santo e o vosso Herói, é para mim um relicário de amor, urna

cinerária que guarda o pó sagrado de tantos corações que eu adorei, adoro e hei-de adorar até que o meu nela seja por sua vez encerrado, tão piedosamente como eles o foram».

3. Poesia retirada do Periódico «Locomotiva» de 24 de Maio de 1883.

«A uma Morta»

Morreste: o teu olhar baço e vidrado
fita immovei, sombrio, o espaço imenso
Vendo o teu corpo inerte, eu scismo e penso
Sinistramente em nosso estranho fado.

Foste bela e feliz, teu rosto amado
Viu dos seus lábios muito amor suspenso;
e agora tens à espera o templo, o incenso
o cantochão e o dobre maguado...

E lá na tua cova, um anjo celeste
as raízes agudas do cypreste
hão-de ir entrelaçar-se aos fios d'ouro

do teu cabelo lubrico e opulento
com os dedos esguios do avaro
em segredo contando o seu thesouro.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1 — Magalhães Lima «Brasileiro Soares», ed., págs. 18, 19.
- 2 — Andrade, Miranda de «o escritor Luís de Magalhães», pág. 15.
- 3 — Idem, ibidem, pág. 59.
- 4 — Idem, ibidem, págs. 70, 72.
- 5 — Idem, ibidem, págs. 70, 72.
- 6 — Idem, ibidem, págs. 70, 72.

BIBLIOGRAFIA:

Andrade, Miranda de «o escritor Luís de Magalhães».
Andrade, Miranda de «Luís de Magalhães e a evolução do seu lirismo».
Rêgo Raúl «História da 1.ª República».
Revista «A Arte e a Natureza em Portugal».
Revista «A Locomotiva».



CASA DA QUINTA DO MOSTEIRO (Moreira da Mala)

Aveiro: que Regionalização?

Armando França

«Somos iniludivelmente uma singularidade nacional no temperamento, na acção e na cultura. Temos é pouca consciência disso.»

MIGUEL TORGA

1 — A REGIONALIZAÇÃO EM SENTIDO LATO:

A Regionalização é sentida, neste Portugal de finais do século XX, como absolutamente necessária e urgente e como meio, sobretudo, de quebrar os desequilíbrios e as assimetrias económico-sociais do país. É também, a Regionalização pensada como necessária para enfrentar os desafios de Portugal no século XXI, no quadro da actual Constituição e, desse modo, ficar completo o edifício institucional do País. A Regionalização e a consequente criação de regiões, é tida como modo de uma articulação ideal entre o Poder local e a Administração Central. Crê-se, ainda, que a Regionalização proporcionará uma maior participação dos seus destinatários, as populações, no processo de desenvolvimento regional que se impõe. Finalmente, há quem entenda que a Regionalização deve ter como objectivo o reforço da solidariedade nacional e o desenvolvimento económico e harmonioso do país.

2 — O QUE PENSAM PERSONALIDADES AVEIRENSES:

Ora, a propósito do tema e da sua incidência na região de Aveiro, recorro a um escrito de há cerca de dez anos da autoria do Eng.º Cunha Amaral e do qual extraio a seguinte passagem que se me afigura, pela rasgada e antecipada visão, de grande importância:

«Parece-nos que a Região envolvente da Ria de Aveiro, com as bacias hidrográficas que dela são tributárias, poderão integrar-se nesta Região de planeamento. Assim, esta seria definida, no Litoral, por uma larga frente que englobaria a Ria de

Aveiro, estendendo-se para Sul até às terras de Mira.

Até onde esta área de planeamento poderia estender-se para Nascente, não estamos em condições de o dizer seguramente.

Afigura-se-nos, no entanto, que há duas infraestruturas fundamentais que poderão ditar até onde esta Região de planeamento poderá realmente estender-se. Temos em mente o Porto de Aveiro e a estrada Aveiro - Auto Estrada do Norte - Viseu - Vilar Formoso.» (O sublinhado é nosso).

A citação é exuberante de fundamentos e intenções mas, sempre se dirá que, Cunha Amaral, sintetizando, preconiza a manutenção do Distrito de Aveiro, com «ALGUNS AJUSTAMENTOS», como Região Administrativa e, como Região de Planeamento poderia servir de limites o critério defendido na citação supra. Além disso, para Cunha Amaral os limites da Região de Planeamento e da Região Administrativa (O DISTRITO) não tinham que coincidir necessariamente.

Mais recentemente, o Dr. Raimundo Rodrigues, na época Governador Civil, e o Eng.º Manuel Bóia bateram-se rijamente, cada qual com os meios que tinha ao seu alcance, pela criação daquilo a que chamaram Região Centro-Norte que seria formada por três Distritos: Guarda, Viseu e Aveiro, mantendo este, nomeadamente, Espinho e Castelo de Paiva. O Dr. Gilberto Madail, por sua vez, e enquanto Governador Civil, pugnou pela unidade do Distrito de Aveiro.

Mas, foi o Dr. Orlando de Oliveira em 1981, em trabalho escrito e preparado para o I Encontro das Beiras sobre a Regionalização que, em nosso entender, mais profunda e rigorosamente tratou tão actual quão magno problema que é o da Regionalização.

Este, «Aveirense nascido em Viseu», no aludido escrito, além de comparar com a Regionalização em alguns países da Europa, fez um bosquejo histórico do assunto desde os Planos Regionais de Desenvolvimento dos anos sessenta, passando pelos Planos de Fomento, até ao Livro Branco sobre Regionalização e ao Decreto-Lei 494/79 de 21 de Dezembro de que adiante falaremos. O Dr. Orlando de Oliveira nesse seu escrito, de modo sério e fundamentado, zurziu na Regionalização pretendida pelo citado Decreto-Lei e apelou para a sua imediata revogação, pelo menos no tocante ao Distrito de Aveiro.

É oportuno, e para comparar, dizer que o Dec.-Lei 494/79 propôs a criação de cinco comissões de Coordenação Regional que são: a da Região Norte, da Região Centro, da Região de Lisboa e Vale do Tejo, da Região do Alentejo, da Região do Algarve, com sedes, respectivamente, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro, ficando p. ex., do actual Distrito de Aveiro, os Concelhos de Espinho, Castelo de Paiva, Arouca, Vale de Cambra, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Feira, a pertencer à Região Norte, e os Concelhos de Ovar, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Águeda, Vagos, Oliveira do Bairro, Murtosa, Sever do Vouga, Anadia, Ílhavo a pertencer à Região Centro sediada em Coimbra, COMISSÕES ESTAS QUE JÁ ESTÃO EM FUNCIONAMENTO!

Voltando ao Dr. Orlando de Oliveira diremos que este Aveirense preconizou, além da revogação do referido Decreto-Lei, a criação de nova legislação em que «... se não destrua a antiga divisão territorial por distritos...», a correcção e reforço do «poder local dos distritos...» e se assente, definitivamente, em revisão constitucional, que as autarquias locais seriam: as freguesias, os municípios e os distritos. Com efeito, Orlando de Oliveira sintetizou o seu pensamento do modo seguinte: **«Regionalismo ineficiente é o destino que entre nós terão os regionalismos que não respeitem a vontade dos povos e dos anseios distritais já com tantas provas dadas ao longo dos quase 150 anos da sua existência».**

Como se vê, são diferentes as soluções para a regionalização, entendendo-se o termo como a criação de um modelo de divisão e administração que proporcione um desenvolvimento, o mais possível, harmonioso e equilibrado do país. Contudo, nas diferenças de posições há uma constante, quer seja em Cunha Amaral, quer em Raimundo Rodrigues e Manuel Bóia, quer em Orlando de Oliveira, quer, ainda, em Gilberto Madail ou em Carlos

Candal que também se tem debruçado sobre o assunto; qual seja a de qualquer deles não prever uma divisão do Distrito de Aveiro, como o faz o Decreto-Lei 494/79, por uma linha que vai de Ovar, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, pois, estes dois Concelhos e os outros, Espinho, Feira, Arouca, C. Paiva iriam pertencer à Região Norte naquele Decreto-Lei. Este é, sem dúvida, um ponto de união em todas as teses sobre Regionalização para o Distrito de Aveiro e que difere, claramente, no, em vigor, Dec.-Lei 494/79. Com a manutenção dos Distritos ou não, ou com a criação de Regiões, nenhum daqueles ilustres Aveirenses parece prever a divisão do Distrito, tal como fez o citado Dec.-Lei.

3 — O DECRETO-LEI 494/79 E AS C. C. R.:

Caberá, agora, fazer uma análise, embora que breve, ao Decreto-Lei 494/79. São atribuições das Comissões de Coordenação Regional que aquele diploma criou, cita-se: **«As C. C. R. são organismos incumbidos de exercer, no respectivo âmbito regional, a coordenação e compatibilização das acções de apoio técnico, financeiro e administrativo às autarquias locais e executar, no âmbito dos Planos Regionais e em colaboração com os Serviços competentes, as medidas de interesse para o desenvolvimento da respectiva região, visando a institucionalização de formas de cooperação e diálogo entre as autarquias locais e poder central».**

Descobre-se na norma citada uma clara intenção e finalidade do legislador de conferir às C. C. R. um poder supra autarquias locais, um poder entre o poder central e o poder local (os Concelhos) que é manifestamente lato e se dirige ao «desenvolvimento da respectiva região». Esse poder ficará concentrado, sediado, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro e será polo de desenvolvimento e aglutinador dos interesses dos vários Concelhos reunidos nas Regiões.

Neste momento, as C. C. R. já estão instaladas e os mecanismos previstos no Dec.-Lei 494/79, que o Dr. Orlando de Oliveira pretendia ver revogado, estão a ser desenvolvidas a toda a força pelo Governo, particularmente pelo Eng.º Valente de Oliveira, actual ministro do Plano e Administração do Território, que é natural de S. João da Madeira e ex-Presidente da C. C. R. Norte. Assim, p. ex., a Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano (D. G. E. R. U.), a Direcção Geral do Planeamento Urbanístico (D. G. P. U.), a Direcção Geral do Ordenamento e Ambiente (D. G. O. A.) as duas primeiras que anteriormente tinham sede nos Distritos e

dependiam do Poder Central, foram extintas e pela nova Lei Orgânica do Ministério do Plano e de Administração do Território ficariam dependentes hierárquicamente e funcionalmente, as de Aveiro, da C. C. R. de Coimbra, sendo os assuntos e problemas inerentes àqueles serviços, agora decididos em Coimbra. Os Gabinetes de Apoio Técnico (G. A. T.) que antes apoiavam os Concelhos do Distrito, estão divididos em três e subordinados às seguintes C. C. R.: O G. A. T. de Aveiro com os Concelhos de Aveiro, Ilhavo, Vagos, Estarreja, Ovar, Murtosa, dependentes da C. C. R. do Centro – Coimbra; O G. A. T. de Entre Douro e Vouga com os Concelhos de Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, Feira e S. João da Madeira, dependentes da C. C. R. do Norte – Porto; O G. A. T. de Águeda com os Concelhos de Sever do Vouga, Anadia, Oliveira do Bairro, Águeda e Albergaria-a-Velha dependentes da C. C. R. Centro – Coimbra.

Quer dizer, se atentarmos bem, a regionalização está a ser posta em prática pelo Governo actual à sombra e a partir do Dec.-Lei 494/79, complementado com legislação recente, nomeadamente com o Decreto-Lei 130/86, de 7 de Junho e, ao que parece, contra a vontade das populações do Distrito que continuam a não ser ouvidas, nem achadas para tão relevante problemática. E, enquanto isto, o Centro Tecnológico de Cerâmica e do Vidro, a Escola de Hotelaria, o Batalhão da Guarda Fiscal que foram para Coimbra, para além já de outros maus augúrios indiciam um reforço da criação de grandes capitais de região, fortes, como em Coimbra e nas outras sedes das C. C. R., em detrimento das cidades mais próximas, nomeadamente da de Aveiro.

4 – A REGIONALIZAÇÃO E O DISTRITO DE AVEIRO À LUZ DOS PROJECTOS DE LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA A. R.:

Entretanto, e por imperativo constitucional, os diversos grupos partidários que hoje compõem a Assembleia da República tomaram a iniciativa de, cada um de per si, apresentar recentemente a esta IV Legislatura (1985/1989), projectos de Lei versando este magno problema. E, compulsando, sem minudenciar, as diversas iniciativas legislativas, em todas encontramos, pelo menos, três pontos comuns, a saber:

- A existência actual de grandes desequilíbrios e assimetrias no desenvolvimento do país, para o que a Regionalização constitui resposta;

- A necessidade de completar, através da Regionalização, o edifício institucional e democrático do Estado;
- A ideia de que o processo de Regionalização não pode ser feito contra a organização municipal em vigor e de que em todo o processo, as populações, particularmente ao nível da autarquia, devem ser auscultadas e ouvidas.

No que concerne à divisão regional proposta pelos partidos políticos, particularmente no que diz respeito ao destino do actual Distrito de Aveiro, diferentes são as posições assumidas nos vários projectos de Lei.

O P. R. D., p. ex., propôs a criação de 9 Regiões administrativas ficando quase todo o Distrito de Aveiro (sem a Feira, Espinho, C. Paiva, Arouca) enquadrado numa Região a que chamam Beira Litoral, na companhia de parte dos Distritos de Coimbra, Viseu e do Distrito de Leiria. O M. D. P./C. D. E. cria, para efeitos de Regionalização, unidades territoriais (10), ficando parte do actual Distrito de Aveiro, numa unidade com parte do Distrito de Coimbra, Viseu e Leiria. O Deputado Ribeiro Teles no seu projecto de Lei, propõe a criação de 8 Regiões administrativas enquadrando-se parte do Distrito de Aveiro (sem Espinho, Arouca, Castelo de Paiva) com parte do Distrito de Coimbra e de Leiria, na região a que apelidou de Litoral Atlântico.

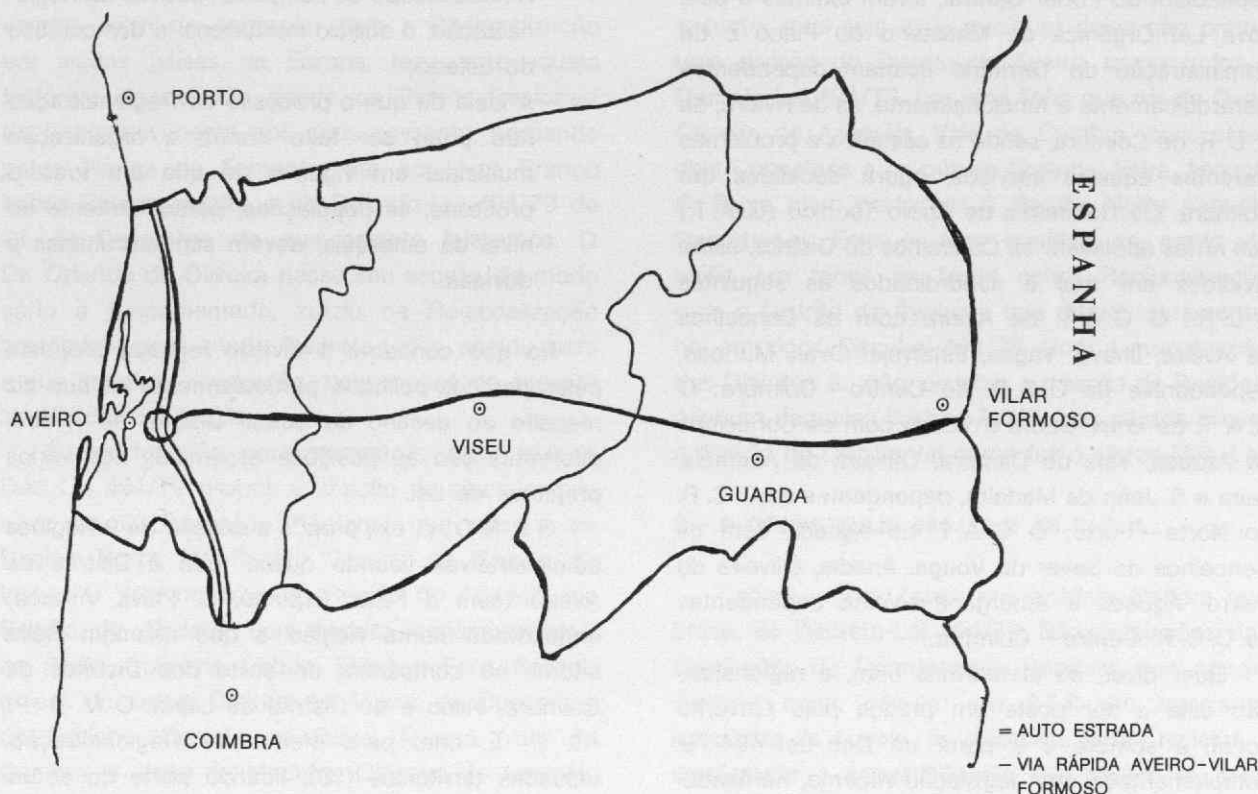
O P. C. P., de maneira diferente, fez corresponder no seu projecto de Lei as Regiões Administrativas às actuais divisões Distritais.

Finalmente, o C. D. S., o P. S. e o P. S. D. não delimitaram, para já, as Regiões nos seus projectos de Lei, deixando a sua fixação, qualquer um deles, para a Assembleia da República, ouvidas que sejam as populações através dos seus órgãos autárquicos.

No entanto, para além destas posições dos partidos políticos face à problemática da Regionalização e que a Assembleia da República irá, de certo, discutir longa e exaustivamente, o esquema legal em vigor e em funcionamento antecipa-se, em nossa opinião, à criação e desenvolvimento de Regiões.

5 – A NOSSA POSIÇÃO, FACE À PROBLEMÁTICA:

Sendo, a Regionalização, indiscutivelmente, de grande importância para o desenvolvimento e para



o quebrar das assimetrias da região de Aveiro e de todo o país, achamos que, em qualquer projecto de criação de regiões deverá atender, além do mais, ao seguinte:

- acidentes geográficos (ria, montanhas, rios, outros) que condicionem a vida das populações;
- às infraestruturas (vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias);
- à comunhão de actividades económicas e sociais, às analogias sociológicas e aos interesses das populações;
- à necessidade de quebrar as assimetrias e desequilíbrios, nomeadamente as diferenças entre o interior e o litoral.

Sempre e de qualquer modo a regionalização terá de obedecer ao previsto no Art.º 256.º e ss. da Constituição e de ser feita de mãos dadas com a vontade das populações e não contra a vontade delas, provocando-se um grande debate público e nacional e, ainda, de modo a que o poder local, hoje consubstanciado nas autarquias locais, em nada seja diminuído, pelo contrário e se possível, alargado e reforçado.

Assim, para nós e numa perspectiva da chamada Regionalização pela Horizontal, se o Distrito de

Aveiro tiver que ser associado a outros, será a Viseu e Guarda, justamente por mor de importantes razões das quais destaco os benefícios para o Interior do País derivados da Horizontalidade (no emprego, comércio, indústria, ensino, cultura) e as próximas futuras vias de comunicação (estrada Aveiro — Vilar Formoso e porto de mar), tudo que provocará, certamente, **um verdadeiro eixo de desenvolvimento cujas pontas serão Vilar Formoso e Aveiro.**

Colocar esta magnífica, pujante, rica, industrializada e personalizada Região de Aveiro na dependência de Coimbra e Porto e dos serviços aí instalados, é perder autonomia, individualidade, força, é descaracterizar toda uma mancha secular, social e económica.

Aveiro tem o que necessita para, por si ou acompanhada pela Horizontal por Viseu e Guarda até Espanha, fazer um todo Regional coeso, unido e homogéneo que proporcione o fim do subdesenvolvimento e do atraso e contribua, de modo harmonioso, para o crescimento económico, social, cultural e bem estar das populações.

Finalmente, há quem entenda que a regionalização pode enfraquecer o poder e a autonomia das autarquias locais, favorecer o aparecimento de chauvinismos regionais ou, até mesmo, pôr em

causa a unidade nacional. Cremos que nenhuma destas previsões surgirão como consequência.

Na verdade, no que respeita ao poder e autonomia das autarquias e à possibilidade de aparecimento de regionalismos chauvinistas pensamos que esse perigo não existe. Com efeito, pretende-se que, com a regionalização, se torne «...mais eficaz e melhor do que até aqui tem vindo a acontecer com a administração pública e as autarquias como estão» e, além disso, o seu objectivo é: **facultar aos cidadãos um meio de se afirmarem e realizarem como uma nova unidade social – a região**». Aliás, noutros países da Europa, nomeadamente na Alemanha, embora os custos da reforma territorial tenham sido elevados, o certo é que saíu fortalecida a autonomia administrativa municipal e melhor realizados os interesses locais. Dos bairrismos e chauvinismos nada receamos. Pensamos até que um certo bairrismo

e regionalismo consciente e bem assumido é motor, factor de desenvolvimento, podendo ser dinâmico e criativo.

Quanto à unidade Nacional há que recordar que Portugal é o Estado Europeu que há mais tempo tem as suas fronteiras definidas. Vem de 1297 a fixação definitiva do território nacional (sem falar em Olivença) sendo, por isso, secular e longa a estabilidade do nosso território que lhe garante uma forte coesão e unidade. Além disso e parafraseando Miguel Torga, o «temperamento», «acção» e «cultura» dos portugueses, a proporcionar uma indiscutível e clara «singularidade nacional», concede a Portugal a segurança da indivisibilidade e a certeza de constituirmos uma verdadeira e autêntica Nação.

Aveiro, 23-3-87.

BIBLIOGRAFIA E ELEMENTOS CONSULTADOS NA ELABORAÇÃO DESTE TRABALHO

- Diário XIV – Miguel Torga;
- Litoral – Ano XXXIII N.º 1449;
- Revista «Aveiro e seu Distrito» n.º 23/25
- Revista «Aveiro e seu Distrito» n.º 31;
- Constituição da República Portuguesa;
- Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de Dezembro-cria as C.C.R.;
- Decreto-Lei n.º 130/86 de Junho-Lei Orgânica do Ministério do Plano e da Administração do Território;
- Projectos de Lei do P.S.D., P.S., P.C.P., P.R.D., C.D.S., M.D.P./C.D.E. e do Arq.º Ribeiro Teles;
- «Comissão de Coordenação da Região Centro» – Programa de Actividades para 1983 – Ed. do Minº da Admº Interna;
- «Acerca das Divisões Regionais» – Ed. do Minº da Admº Interna;
- «A Alemanha de Hoje» – 4.ª Edição do Lexikon – Institut Bertelsmam;
- «Portugal – Esboço breve de geografia humana» de Carlos Alberto Medeiros – Ed. Terra Livre.





GOD's REVENGE

A G A I N S T

Murder and Adultery :

REMARKABLY DISPLAYED IN
THIRTY TRAGICAL HISTORIES.

S H E W I N G
The Justice and Power of DIVINE PROVIDENCE in
punishing such atrocious Offences.

T H E W H O L E

Extremely interesting, entertaining, and instructive ; very necessary to deter and
restrain us from giving a Loose to our Passions and irregular Appetites.

Each History introduced with a COPPER PLATE, representing
the most striking Passages.

A N E W E D I T I O N,

Revised and corrected, with a Recommendatory PREFACE,

By the Rev. PHILIP BATTESON, B. A.

As the Shadow follows the Substance, so does Punishment the Crime ; they never lose Sight of each other ; for Conscience keeps up the Remembrance ; so that it may be said of those who take Pleasure in Wickedness, from Sin to Justice ; from Justice to Judgment ; from Judgment to Execution ; and from thence to the Tribunal of that GOD, whose Commandments they broke, and whose Goodness they trampled on.

St. AMBROSE.

L O N D O N :

Printed for T. AXTELL, at the ROYAL EXCHANGE ; and Sold by
all the Bookfellers.

M.DCC.LXXIX.

Notícias de três Histórias Setecentistas escritas por John Reynolds e passadas em Portugal, sendo uma delas em Aveiro

M. Aline Seabra Ferreira

Vimos, através desta nótula introdutória, dar conhecimento da descoberta de três histórias passadas em Portugal, com personagens e motivos portugueses, compostas no início do século XVII por um escritor inglês, John Reynolds, e publicadas pela primeira vez em 1621. Uma dessas histórias apresenta a interessante particularidade da sua acção se desenrolar em grande parte em Aveiro e daí a inclusão desta breve nota explanatória nesta revista.

Do autor pouco se conhece, a não ser que foi um mercador da cidade de Exeter e o que se pode adivinhar nas entrelinhas das suas histórias. Estas, aliás, também são muito pouco conhecidas, como de resto, e de modo geral, a prosa do século XVII, talvez devido à falta de grandes nomes como Greene ou Sidney. Esta é igualmente a opinião do editor de uma das poucas compilações de prosa daquele século, Charles C. Mish, para quem o desinteresse hoje em dia por este tipo de literatura é difícil de compreender, dada a variedade e importância de que se revestem muitas destas histórias (1).

De facto, a prosa ficcional da primeira metade do século XVII tem uma relevância predominantemente histórica. Bruce King informa-nos que os trabalhos mais conhecidos nessa época incluíam *Moriomachia* de Robert Anton, *Alex and Angelica* de Alexander Hart, *The Man in the Moon*, um livro de viagens imaginárias de Francis Godwin e a compilação de histórias de John Reynolds (2). Esta teve um sucesso extraordinário nos séculos XVII, XVIII e XIX, conhecendo numerosas edições.

O livro de John Reynolds consta de 30 histórias que foram aparecendo sucessivamente. A primeira parte de *The Triumphs of God's Revenge* (Os

Triunfos da Vingança de Deus) apareceu pela primeira vez em 1621. A segunda parte, com mais cinco histórias, foi publicada em 1622 e a terceira parte em 1623.

A história da publicação deste volume é indicativa da popularidade de que gozou na sua época. O ano de 1629 assistiu a outra edição e em 1635 surgiu a edição completa em seis volumes e com trinta histórias. Subsequentes edições sucederam-se rapidamente, sendo o livro extremamente popular. Em 1657, gravuras em chapas de cobre foram introduzidas para ilustrar cada história. Em 1661 houve uma edição pirata que pretendia imitar a obra original de John Reynolds e que se intitulava **Blood for Blood; or Murder Revenged. In Thirty tragical Histories to which are added five more** (Sangue por Sangue: ou Assassinio Vingado. Em Trinta Histórias Trágicas às quais se acrescentaram mais cinco). Para repôr a verdade foi publicada em 1622 uma nova edição completa com o propósito de desmistificar **Blood for Blood**. Em 1679 surgiu outra edição cuidadosamente revista e a que foram adicionadas novas histórias, com o título **God's Revenge against the Abominable Sin of Adultery. Containing Ten Several Histories Never Printed Before** (A Vingança de Deus contra o Abominável Pecado de Adulterio. Contendo dez Histórias distintas nunca anteriormente Publicadas). Em 1682 houve nova edição assim como em 1685, intitulada desta vez **The Glory of God's Revenge against the Blood and Detestable Sins of Murder and Adultery: Expressed in Thirthy Modern Tragical Histories. To Which are annexed, The Triumphs of Friendship and Chastity in Some Illustrious Examples** (A glória da Vingança de Deus contra os Pecados Sanguinários e Detestáveis de Assassinato e Adulterio: Expressa em Trinta Histórias Trágicas e Modernas. Às quais são anexadas, Os Triunfos de Amizade e Casti-

dade em Alguns Exemplos Ilustres). Os anos de 1686, 1687, 1708 e 1755 viram surgir novas edições com a ortografia actualizada.

O livro, como seria de esperar de uma obra tão popular, atravessou as fronteiras e era lido igualmente na Nova Inglaterra.

O interesse especial que este volume apresenta para nós, além da sua importância cultural e histórica, reside na localização de três das narrativas, como já foi dito. A primeira e de mais interesse para nós, passa-se em Aveiro, embora a acção por vezes decorra em Coimbra e Lisboa, mas é principalmente em Aveiro que se desenrolam os acontecimentos principais. A edição de que nos servimos para estudar e fazer a tradução desta história data de 1755, foi publicada e impressa em Londres e

aparece-nos profusamente ilustrada, tanto na capa como no início de cada história. Este volume intitula-se *God's Revenge Against Murder and Adultery; Remarkably Displayed in Thirty Tragical Histories, Showing the Justice and Power of Divine Providence in punishing such atrocious Offences. The whole extremely interesting, entertaining and instructive; very necessary to deter and refrain us from giving a Loose to our Passions and irregular Appetites.*

Each History introduced by a Copper Plate, representing the most striking Passages (A Vingança de Deus contra Assassinio e Adulterio: Notavelmente exemplificada em Trinta Histórias Trágicas. Mostrando a Justiça e o Poder da Divina Providência em punir Ofensas tão atrozes. O conjunto extremamente interessante, divertido e instrutivo: muito necessário para deter e refrear em



GRAFIA DA ÉPOCA

- 1.ª linha — Don Antonio & Berinthia / Catalina bribes Ansilva to poyson Berinthia / Diego the page and Ansilva in the Garden / Ansilva gives Berinthia poyson.
- 2.ª linha — A parrot poysoned / Catalina sends Sarmiata 100 Duckets to poyson Ansilva / Sebastino Kills Antonio in a Duell.
- 3.ª linha — Catalina Killd with a Thunder bolt / Sarmiata Executed / Berinthia cuts Sebastianos throat / Berinthia is immured betwixt two walls starud to death.

GRAFIA MODERNA

- 1.ª linha — Don António & Berinthia / Catalina bribes Ansilva to poison Berinthia / Diego the page and Ansilva in the Garden / Ansilva gives Berinthia poison.
- 2.ª linha — A parrot poisoned / Catalina sends Sermiate 100 Ducats to poison Ansilva / Sebastiano Kills Antonio in a Duel.
- 3.ª linha — Catalina Killed with a Thunderbolt / Sermiata Executed / Berinthia cuts Sebastiano's Throat / Berinthia is immured betwixt two walls starved to Death.

nós o impulso de dar rédea solta às nossas Paixões e Apetites Irregulares.

Cada História introduzida por uma gravura em Chapa de Cobre, representando as Passagens mais notáveis).

Como é aparente, o propósito do escritor é moralizador e didático, desejando acentuar a bondade de Deus mas também o castigo em que inescapavelmente incorrerão aqueles que não sigam os Seus ensinamentos. Todas as histórias, cuja acção tem lugar em vários países da Europa, como a Itália, a Suíça, a Espanha e Portugal, são de carácter passional e erótico, histórias de crimes e violência que pretendem demonstrar através do castigo e sofrimento dos réus que os crimes premeditados, especialmente de adultério e assassinio não se praticam impunemente e são sempre castigados.

Neste volume de trinta histórias, que foi revisto, corrigido e prefaciado pelo Reverendo Philip Bateson, e que apresenta no frontespício uma epígrafe de Santo Ambrósio ⁽³⁾, a história sobre Aveiro é a número sete (pág. 56-74). Como em todas as outras, John Reynolds apôs-lhe um resumo da diegese, uma sinopse do argumento destinada a estimular a atenção do leitor ou leitora, um pouco à maneira das violentas tragédias Jacobinas que possivelmente influenciaram John Reynolds, uma vez que o interesse pelos contos erótico-trágicos, tão em voga no final do século XVI, já tinha diminuído na época em que Reynolds escreveu.

Vamos aqui reproduzir o argumento da história na tradução portuguesa:

«Catalina faz com que a sua criada Ansilva, em duas ocasiões diferentes, tente envenenar a sua própria irmã Berinthia; mas, falhando nas suas intenções, emprega um curandeiro, chamado Sermiata, para envenenar Ansilva. Catalina é morta por um raio, e Sermiata enforcado por envenenar Ansilva. António foge com Berinthia com o consentimento desta; em consequência disso o irmão dela, Sebastiano, luta com António e mata-o num duelo. Berinthia, em desforra, assassina o seu próprio irmão Sebastiano; por este crime é condenada a ser fechada entre duas paredes, o que rapidamente produz a sua Morte» ⁽⁴⁾.

Julgamos que será interessante reproduzir aqui o início da história para dar ao leitor ou leitora uma amostra do que se seguirá:

«Na cidade de Aveiro, em Portugal, viveu um fidalgo, chamado Jasper de Vilarezo, muito rico e feliz, assim pensava ele, com três filhas e um filho. Este último, chamado Sebastião, tendo chegado aos quinze anos, foi feito pagem, pelo seu pai, do

Conde Manriques de Lopez, e estava constantemente ao seu serviço na Corte; as duas filhas, chamadas Catalina e Berinthia, viveram dos dez aos treze anos às vezes em Coimbra e outras vezes em Lisboa, mas durante a maior parte do tempo em Aveiro, com os seus pais; que eram tão cuidadosos com a sua educação e lhes deram tantos talentos que, sendo ao mesmo tempo raparigas bonitas, assim que eram vistas, logo todos as admiravam» ⁽⁵⁾.

A história número dezasseis do livro de John Reynolds (pp. 163-176) decorre «na cidade de Santarém, que é uma das mais ricas de Portugal» (p. 163) e a sinopse do argumento, escrita por John Reynolds, é a seguinte:

«Idiaques faz com que o seu filho Don Juan case com Marsilia, e depois comete adultério e incesto com ela. Esta obriga o sogro Idiaques a envenenar a sua idosa mulher Honoria e faz igualmente com que o seu irmão De Perez mate a criada dela, Mathurina: Don Juan mais tarde mata De Perez num duelo: Marsilia rachou a cabeça numa queda de cavalo, e o seu corpo é depois condenado a ser queimado. Idiaques é decapitado e o seu corpo igualmente transformado em cinzas e atirado ao ar» ⁽⁶⁾.

A última História com um tema português é a número trinta (pp. 355-366), tem lugar em Estremoz e o resumo do seu argumento é o seguinte:

«De Mora mata Palura num duelo com duas Pistolas. A sua mulher Bellinda, com a ajuda do seu ajudante Ferallo, envenena o seu marido De Mora, e depois casa com Ferallo, a quem assassina na sua cama, pelo que é queimada viva» ⁽⁷⁾.

Como é que o autor tomou conhecimento destas histórias? Sendo John Reynolds um mercador, seria natural conjecturar que as escutou a outros mercadores ou marinheiros durante as suas viagens. No século XVII o hábito de viajar ainda não estava difundido e grandes deslocações requeriam ainda bastante esforço e revestiam-se de maneira geral de muito desconforto, estando por trás delas normalmente uma razão de força ou imperativos de negócios, como é o caso dos mercadores. Estes tornaram-se figuras respeitáveis e ricas, com uma grande experiência do mundo dada pelas viagens, facto sublinhado por Daniel Defoe no seu livro **The Complete English Tradesman**.

Sabemos igualmente que os livros de viagens eram muito populares numa época de expansão como era o século XVII, ⁽⁸⁾ e os leitores e leitoras

desse tempo gostavam de ouvir falar e ler sobre países estrangeiros, distantes e exóticos.

Outra via pela qual Reynods pode ter tido contacto com estas histórias, além da literatura oral já referida, consiste em traduções, que floresceram neste século. O interesse em Inglaterra pelo continente, especialmente pela novela picaresca espanhola, pelo romance heróico francês e anti-romance e pela prosa italiana aumentou consideravelmente.

Neste contexto de acrescido interesse pelo estrangeiro, verifica-se que das 450 obras publicadas em Inglaterra durante o século XVII, ⁽⁹⁾ 213 eram traduções, sendo 164 traduções do francês, 22 do espanhol e 13 do italiano. De salientar aqui é a enorme preponderância das traduções francesas.

No caso concreto de Reynolds, porém, é ele próprio que nos dá conta da origem das suas histórias num Prefácio ao leitor, a quem apelida «Christian Reader» («Leitor Cristão»), aposto à edição de 1635, *The Triumphs of Gods Revenge Against the Crying and Execrable Sinne of (Willfull and Premeditated) Murther*, onde aclara que as recolheu nos países estrangeiros por onde viajou, e que não são traduções. Escreve John Reynolds:

«Devo ainda avisar o leitor, que fui buscar de propósito estas Histórias Trágicas a países estrangeiros: porque me faz pena contar e relatar aquelas que são demasiadas vezes cometidas no nosso próprio país, visto que a infelicidade dos mortos pode talvez afligir ou escandalizar os seus amigos vivos; que preferem assunto que lhes dê nova consolação em vez de lhes reavivar desgostos antigos, ou porque a iniquidade destes tempos é tal que é tão fácil arranjar muitos inimigos, como é difícil obter um verdadeiro amigo: a este respeito, eu sei que os escritores, tanto em assuntos deste género como de outra natureza têm sido muito cuidadosos em esconder e mascarar as suas personagens sob os véus de outros nomes, e por vezes foram forçados a situar as suas cenas em países estranhos e desconhecidos.

Pela minha parte, ilustrei e poli estas histórias, mas não as moldei de acordo com o modelo das minhas próprias fantasias, mas sim das suas paixões, que as representaram e personificaram: e por isso se em alguns lugares parecem demasiado amorosas ou em outros demasiado sanguinárias, devo com justiça imputar essas imperfeições às próprias histórias e não as delas em mim: porque eu só represento o que se passou e dou ao público o que elas obscuramente perpetraram em privado» ⁽¹⁰⁾.

Mais adiante Reynolds fornece mais explicações quanto aos seus métodos de escrita:

«Mas aqui, antes de me adiantar mais, tenho de dar conhecimento que soube da existência de algumas pessoas, que se portaram com tamanha ignorância a ponto de dizer que estas minhas Histórias não são originais, mas sim Traduções, do Italiano ou do Francês, facto que eu (com igual Verdade e Modéstia) firmemente contradigo e nego, tanto no que se refere a Assunto, Maneira ou Método, ou Frase, Lugar ou Pessoas; porque pelo contrário eu encontrei a matéria para elas nas minhas Viagens, e (no meu tempo livre) compu-las e escrevi-as, de acordo com a regra da minha fraca Fantasia e Capacidade, estando elas tão longe de ser traduções, que até agora me recusei a imitar qualquer delas, porém se tivesse sido ambicioso ou presunçoso e tivesse consentido nisso, alguns amigos meus em Paris, já tinham há muito tempo publicado os três primeiros livros em Francês, dos meus Originais; mas sabendo eu que a Humanidade é o mais precioso Ornamento de um Escritor, e que a Modéstia assenta melhor aos espíritos Virtuosos, eu impedi até agora que isso acontecesse, e continuarei a fazê-lo» ⁽¹¹⁾.

Reynolds classificou, no mesmo prefácio, as suas histórias como «some of the meane observations and collections of my slender Travels» («algumas das poucas observações e colecções das minhas poucas Viagens»).

Também no Prefácio à edição de 1759 Reynolds reiterou o facto de que «the histories related herein are founded upon fact, and... transacted in foreign parts» (p. 11) («as histórias aqui narradas baseiam-se em factos, e... são passadas no estrangeiro»).

Seria interessantíssimo se fosse possível descobrir traços da passagem de John Reynolds pela região de Aveiro. Sobre o movimento do porto de Aveiro, sabemos que a sua época de ouro no que respeita ao movimento comercial foram os séculos XV e XVI, em que aquele conheceu uma actividade extraordinária. A ruína da barra de Aveiro data de 1575, ano em que o Inverno rigoroso a atulhou de areias, dificultando a navegação. No entanto continuaram a entrar navios. Diz-nos Francisco Ferreira Neves que «em 1611 a praça de Aveiro já não tinha navios, e o porto de Aveiro passou a ser frequentado por navios ingleses, franceses, flamengos e espanhóis, mas em pequena quantidade. Os navios que mais frequentavam este porto eram os ingleses» ⁽¹²⁾. Seria tentador imaginar que num desses navios viajava John Reynolds, mas

não podemos estar certos disso, pois o mercador inglês pode ter aportado em Lisboa, Porto ou alternativamente pode ter viajado por terra.

Escreve também Francisco Ferreira Neves que «desde 26 de Julho de 1619 até 27 de Maio de 1624 ainda entraram trezentos navios pela barra» ⁽¹³⁾. Lembremo-nos de que *The Triumphs of Gods Revenge* foi publicado pela primeira vez em 1621 e portanto Reynolds deve ter andado por Portugal presumivelmente entre 1610 e 1620 ou um pouco antes.

As trinta histórias publicadas por John Reynolds, e especificamente as que têm lugar em Portugal, são, como já dissemos, contos eróticos de violência e terror em que crimes de adultério, assassinio e incesto ocupam um lugar predominante. Precisamente no século XVII houve uma grande voga de «rogue literature», que relatava a vida aventureira de criminosos e vagabundos, tendo sido o livro inglês mais famoso deste género *The English Rogue* (1665) de Richard Head, que por sua vez se inspirou em *Lazarillo de Tormes*, Quevedo, o *Decameron* e a literatura picaresca em geral ⁽¹⁴⁾.

O número de leitores e leitoras do século XVII estava também a aumentar e, segundo escreve H. S. Bennet, havia uma procura cada vez maior por livros nos primeiros quarenta anos do século, principalmente «rogue literature».

Houve igualmente neste século uma enorme abundância de trabalhos religiosos e teológicos. Os contos moralizantes como os de John Reynolds eram a contraparte secular dos sermões e obras religiosas de Lancelot Andrewes, John Donne e John Bunyan. Com efeito sabemos que mais de dois quintos dos livros publicados em Inglaterra desde 1480 até 1640 eram religiosos, e de 1600 a 1640 a percentagem ainda aumentou mais ⁽¹⁵⁾.

David Daiches também sublinhou este aspecto quando escreveu que «for all the signs of modernity and secularism in seventeenth century philosophical prose, the dominant interest of the age was religion, and there were many more books devoted to religious subjects – collections of sermons, devotional and theological works of exposition, exhortation, and controversy – published between 1600 and 1660 than works of any other kind» ⁽¹⁶⁾.

É notório em Reynolds o seu propósito de chamar a atenção para as vantagens de seguir os ensinamentos religiosos da Igreja e o seu desejo de reformar os costumes através dos exemplos das suas histórias. A sua fé na providência e onipotência divinas percorre todos os seus contos com

uma força avassaladora. O grande zelo moralizador do Puritanismo e o apelo ao «Christian Reader» constituem as linhas dominantes de todas as suas histórias.

Reynolds diz explicitamente, no Prefácio à edição de 1635:

«O meu propósito, desejo, e oração é que, se fordes fortes em Cristo, o exame e leitura destas histórias possa confirmar a Vossa fé, o Vosso desprezo de todos os pecados em geral, e do de Assassinato em particular, ou se sois fracos nas regras de firmeza e piedade Cristã, que estas histórias Vos possam encorajar a armar contra as tentações do Mundo e da Carne; mas especialmente contra as ciladas e instigações do Demónio» ⁽¹⁷⁾.

O confessado intento do escritor é «the Propagation of Christian Love and Charity among Men, whereat all our Enterprises should ayme, and to the flourishing Advancement of Gods Honor and Glory» (Prefácio da edição de 1635); («a Propagação do Amor Cristão e Caridade entre os Homens, para a qual todas as nossas iniciativas deveriam tender e para o notável avanço da Honra e Glória de Deus»).

Os prefácios com que frequentemente introduzia as suas histórias formam parte integrante da intenção didáctica e moral do escritor. Como exemplo representativo reproduzimos aqui o seu Prefácio à História VII, «Antonio and Berinthia», que se passa em Aveiro (edição de 1635). A retórica prolixa desta introdução não deixa dúvidas quanto aos intentos do seu autor e enrola o leitor ou leitora no fluxo imparável da sua persuasão:

«De que maneira imprudente e impiedosa a nossa malícia nos trai, ou o diabo as nossas almas, quando nós maliciosamente traímos outros: porque estamos tão longe da Graça como da Sabedoria, quando permitimos que quer afeições irregulares ou paixões ilegítimas nos arrastem para a cólera, da cólera à vingança, e da vingança ao Assassinio: mais ainda, de que maneira nos encontramos afastados da religião, e desprovidos de qualquer piedade cristã e caridade, quando os nossos pensamentos estão tão eclipsados e os nossos julgamentos tão turvados, quando as nossas consciências estão tão pervertidas, e as nossas almas tão poluídas com vingança, que a irmã mais velha tenta envenenar a mais nova, e esta mais nova depois assassina o seu próprio e único irmão, porque num Duelo ele tinha morto o amante dela? Meu Deus, meu Deus, estes são acidentes sangrentos, que não só vão contra a Graça, mas também a Natureza,



não só contra a terra, mas o Céu, e não só contra as nossas almas, mas contra Deus; e não são estas as únicas Tragédias que a História que se segue reporta e relata: pois ainda veremos uma desgraçada dama de companhia envenenada pela sua ainda mais desprezível Senhora e Ama, juntamente com o seu detestável Agente... e todos vingados com justiça e severamente punidos pela espada da ira e indignação de Deus. Nesta História o Leitor Cristão pode observar, tanto para Glória de Deus como para sua própria consolação, que

nunca Assassínios fingidos ou reais foram ou imaginados ou perpetrados mais rigorosamente, detectados mais milagrosamente, ou punidos mais estranha e severamente: de tal modo que o diabo não se apoderou completamente dos nossos corações e das nossas almas, ou se os nossos pensamentos e resoluções ainda retêm qualquer centelha de Graça e Cristianismo, recuperaremos os nossos desvios e errôneos sentidos, do inferno para a terra, para propositadamente os erguer da Terra para o Céu; e para assim religiosamente os dar e

consagrar, tanto a eles como a nós próprios, e as nossas almas, para longe do pecado e à rectidão, e consequentemente (com tanta felicidade como glória), afastá-los do Diabo e os consagrar a Deus» ⁽¹⁸⁾.

Além da força moralizadora da sua prosa, a que já nos referimos, deve salientar-se que Reynolds é um excelente narrador de histórias, qualidade esta que certamente lhe grangeou muitos leitores e foi amplamente reconhecida por todos os que escreveram sobre ele. Não é por isso de admirar que à medida que o século avançava, os maiores rivais de Deloney em popularidade fossem John Reynolds com o seu *God's Revenge Against Murder* e John Buyan com *The Pilgrim's Progress*, livros que tinham grande interesse para audiências não tão sofisticadas, mais populares do que as palacianas ⁽¹⁹⁾. Ernest A. Baker igualmente reflecte sobre este ponto que «A public that probably held most sorts of fiction in abhorrence, the serious Puritans addressed as «Christian Readers» gave a warm reception to a collection of admonitory *novelle* by John Reynolds, *The Triumphs of God's Revenge...*» ⁽²⁰⁾. Sabemos também que a popularidade do livro de Reynolds se prolongou até ao século XIX ⁽²¹⁾ e que a sua obra não ficou sem seguidores. Um dos mais importantes foi sem dúvida William Godwin, que nela se inspirou para escrever o seu romance romântico-gótico *Caleb Williams*. Godwin diz claramente: «In the instance of *Caleb Williams*, ... I turned over the pages of a tremendous compilation entitled *God's Revenge Against Murder*, where the beam of the eye of Omniscience was represented as perpetually pursuing the guilty, and laying open his most hidden retreats to the light of day» ⁽²²⁾.

Embora tivessem sido publicadas há mais de quatro séculos e meio, estas histórias ainda se lêem com interesse e proveito, pela importância histórica de que se revestem. Apesar de não podermos ter a certeza da passagem de Reynolds pelo nosso país, há uma forte possibilidade de isso ter acontecido, sendo sempre instrutivo examinar a imagem de um povo ou de um país através das palavras de um escritor estrangeiro, mesmo que aquela lhe tenha chegado de forma mediada. É sabido que naquele tempo em Inglaterra reinava o preconceito que estrangeiros com nomes latinos tinham a tendência de praticar crimes hediondos, facto este de que Reynolds se pode ter servido para situar as suas Histórias impunemente fora de Inglaterra, já que os Ingleses não gostariam com certeza de saber que tais atrocidades tinham sido perpetradas

no seu próprio país. De qualquer modo, estas circunstâncias não obstam a que seja necessário um conhecimento mais ou menos directo da parte de Reynolds das regiões onde se passa a acção das suas Histórias.

NOTAS:

1 — Charles C. Mish (ed.), *Short Fiction of the Seventeenth Century*, Nova Iorque, 1963, p. vii.

2 — Bruce King, *Seventeenth-Century English Literature*, Londres e Basingstoke, 1982, p. 123.

3 — A epígrafe de Santo Ambrósio, de resto muito apropriada ao assunto das histórias, é a seguinte: «As the Shadow follows the Substance, so does Punishment the Crime; they never lose Sight of each other; for Conscience keeps up the Remembrance; so that it may be said of those who take Pleasure in Wickedness, from Sin to Justice; from Justice to Judgment; from Judgment to Execution; and from thence to the Tribunal of that GOD, whose Commandments they broke, and whose Goodness they trampled on» — («Assim como a Sombra segue a Substância, assim a Punição segue o Crime; nunca se perdem de vista uma ao outro; pois a Consciência conserva a Lembrança; de tal maneira que se pode dizer daqueles que têm Prazer na Maldade, que irão do Pecado à Justiça, da Justiça ao Julgamento; do Julgamento à Execução; e daí ao Tribunal daquele DEUS, cujos Mandamentos eles violaram, e cuja Bondade eles esmagaram»).

4 — «Catalina causes her Maid Ansilva, at two different Times, to attempt to poison her own Sister Berinthia; but failing therein, she hires a Quack, named Sermiata, to poison Ansilva. Catalina is killed by a Thunderbolt, and Sermiata is hanged for poisoning Ansilva. Antônio steals Berinthia away by her own Consent; whereupon her Brother, Sebastiano, fights with Antonio, and kills him in a Duel. Berinthia, in Revenge, murders her own Brother Sebastiano; for which she is adjudged to be confined between two Walls, which soon produces her Death.

5 — «In the city of Avero in Portugal, there lived a nobleman, named Jasper of Vilarezo, very rich, and happy as he thought, in three children, two daughters and a son. The latter, named Sebastiano, having attained the age of fifteen, was by his father, made page to Count Manriques de Lopez, and constantly attended on him at court; the two daughters, named Catalina and Berinthia, from their tenth to their thirteenth years, lived sometimes at Coimbra, and sometimes at Lisbon, but for the most part at Avero, with their parents; who were so careful in their education, and bestowed such accomplishments upon them, that being beautiful young ladies withal, they were no sooner seen, but they were admired by every one» (pp. 56-57).

6 — «Idiaques causes his son Don Juan to marry Marsilia, and then commits adultery and incest with her. She makes her father-in-law Idiaques poison his old wife Honoria, and likewise makes her own brother De Perez kill her Chambermaid Mathurina: Don Juan afterwards kills De Perez in a Duel: Marsilia hath her brains beat out by a fall from her horse, and her body is afterwards condemned to be burnt. Idiaques is beheaded, and his body likewise consumed to ashes and thrown it the air». (p. 163)

7 — «De Mora kills Palura treacherously in a Duel with two Pistols. His Lady Bellinda, with the Aid of her Gentleman-Usher Ferallo, poisons her Husband DE Mora, and afterwards marries Ferallo, whom she murders in his Bed, for which she is burnt alive».

8 — Vide C. V. Wedgwood, *Seventeenth-Century English Literature*, Oxford, 1970, p. 21.

9 — Vide Ernest A. Baker, *The History of the English Novel*, Nova Iorque, 1963, vol. 2, cap. 2.

10 — «I must farther advertise thee, that I have purposely fetched these Tragical Histories from forraigne parts: because it grieves me to report and relate those that are too frequently committed in our owne

Country, in respect the misfortune of the dead may perchance either afflict, or scandalize their living friends; who rather want matter of new consolation, then cause of reviving old sorrowes, or because the iniquity of the times is such, that it is as easie to procure many enemies, as difficult to purchase one true friend: In which respect, I know that writers, both in matters of this, and of other natures, have been so cautious to disguise and make their Actors, under the vailles of other names, and sometimes beene enforced to lay their scenes in strange and unknown Countries.

For mine owne part, I have illustrated and polished these Histories, yet not framed them according to the modell of mine own fancies, but of their passions, who have represented and personated them: and therefore if in some places they seeme too amorous, or in others too bloody, I must justly retort the imperfection thereof on them, and not thy selfe on mee: sith I only represent what they have acted, and give that to the publike, which they obscurely perpetrated in private».

- 11 – «But here, before I proceed farther, I must let the world know, that I understand there are a generation of people, who have beene so strangely ignorant, as to give out that these my Histories are not originalls, but Translations, either from Italian or French, all which (with equall Trut and Modesty) I firmly contradict and deny, whether they regard Matter, Manner, or Method, or Phrase, Place, or Persons; for contrariwise I found out the grounds of them in my Travells, and (at mine own leisure) composed and penned them, according tho the rule of my weake Francie and Capacity, they being so farre from Translations, that as I have hitherto refused to imitate any therein, but, myself, so had I been so ambitious or vaineglorious to have given any, or consent to it, some Friends of mine in Paris, had long since done the three first Booces into French, from my first Originall thereof; But knowing Humility to be the Ornament of a Writer, and Modest best to become Vertuous Mindes, I have hitherto prevented it, and doe still resolve so to doe».

- 12 – Francisco Ferreira Neves, «Subsídios para a História Económica de Aveiro no século XVII», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1971, vol. XXXVII, p. 40.

- 13 – Francisco Ferreira Neves, «Resumo Histórico da Barra de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1947, vol. XIII, p. 24.

- 14 – H. S. Bennett, *English Books and Readers 1603 to 1640*, Cambridge, 1970, pp. 1 e 2.

- 15 – Douglas Bush, *English Literature in the Earlier Seventeenth-Century, 1600-1660*, Oxford, 1962, p. 310.

Os livros mais vendidos deste período, depois da Bíblia, eram trabalhos como *Pensive Man's Practice* (1584) de John Norden, *Plain Man's Pathway to Heaven* de Arthur Dent, *Plain and Familiar Exposition of the Ten Commandments* de John Dod e *Practice of Piety* de Lewis Bayly.

- 16 – David Daiches, *A Critical History of English Literature*, Londres, 1960, em 4 volumes, vol II, p. 497.

- 17 – «My intent, desire, and prayer is, that if you are strong in Christ, the perusing and reading of these Histories may confirme thy faith, and thy defiance of all sinnes in generall, and of Murther in particular, or if thou art but weake in the rules of Christian fortitude and piety, that hereby it may encourage and arme thee against the allurements of the World and the Flesh; but especially against the snares and inticements of the Devill».

- 18 – «How foolishly and impiously doth our malice betray ourselves, or the devill our soules, when we maliciously betray others: for we are as farre from Grace as Wisdome, when wee permit either irregular affection, or unlawfull passion, to hale us on to choller, choller to revenge, and revenge to Murther: Nay, how exempt are wee of Religion, and devoyd of all Christian piety and charity, when our thoughts are so eclipsed, and our judgements darkened, when our consciences are so defiled, and our soules so polluted with revenge, that the eldest sister seeks to poyson her younger, and younger afterwards murthereth her owne and only brother, because in a Duell he had formerly slaine her Lover? Alasse, alasse, these are bloody accidents, which not only fight against Grace, but Nature, not only against earth, but Heaven, and not only against our soules, but against God; neither are these the only Tragedies that our insuling History reporteth and relateth: for we shall therein farther see a wretched wayting – gentlewoman poysoned by her more wretched Lady and Mistresse, together with her execrable Agent... and all justly revenged, and severely punished by the sword of Gods wrath and indignation. Wherein the Christian Reader may observe as well to Gods glory, as his owne consolation, that never pretended or actual Murthers were either contrived more secretly, perpetrated more closely, detected more miraculosly, or punished more stangely and severely: so as if the devill have not fully possesst our hearts and soules, or if our thoughts and resolutions doe yet retaine the least spark of Grace and Christianity, we shall... refetch our wandering and errorious semes, from hell to earth, purposely to erraise them from Earth to Heaven; and so religiously to give and consecrate, both them and ourselves, and soules, from sinne to righteousness, and consequently (with as much felicitie as glorie) from Satan to God» (edição de 1635, Livro II, Historia VII, pp. 105-106).

- 19 – Rowland Edmund Prothero, *The Light Reading of our Ancestors: Chapters in the Growth of the English Novel*, Londres, 1927, p. 135.

- 20 – Ernest A. Baker, *The Later Romances and the Establishment of Realism*, Nova Iorque, 1929, p. 12, vol. III de *The History of the English Novel*.

- 21 – Vide George Sherbourn and Donald F. Bond, *The Restoration and the Eighteenth Century*, Londres, 1875, p. 796, vol. III de *A Literary history of England*, ed. Albert C. Baugh, 4 volumes.

- 22 – William Godwin, *Caleb Williams*, ed. e com Int. de David McCrachen, Oxford, 1982, Apêndice II, p. 340.

HISTÓRIA VII

Argumento

Catalina faz com que a sua criada Ansilva, em duas ocasiões diferentes, tente envenenar a sua própria irmã Berinthia; mas, falhando nas suas intenções, ela emprega um curandeiro, chamado Sermiata, para envenenar Ansilva. Catalina é morta por um raio, e Sermiata enforcado por envenenar Ansilva. António foge com Berinthia com autorização desta; em consequência disso o irmão dela, Sebastiano, luta com Antonio, e mata-o num duelo. Berinthia, em desforra, assassina o seu próprio irmão Sebastiano; por este crime é condenada a ser fechada entre duas paredes, o que em breve produz a sua Morte.

Na cidade de Aveiro, em Portugal, viveu um fidalgo, chamado Jasper de Vilarezo, muito rico e feliz, assim o pensava, com os seus três filhos – duas raparigas e um rapaz. Este último, tendo atingido a idade de quinze anos, foi feito pagem, pelo seu pai, do Conde Manriques de Lopez, e estava constantemente ao seu serviço na corte; as duas filhas, chamadas Catalina e Berinthia, dos dez aos treze anos, viveram por vezes em Coimbra e outras vezes em Lisboa, mas durante a maior parte do tempo em Aveiro, com os seus pais; que eram tão cuidadosos com a sua educação, e lhes deram tantos talentos que, sendo ao mesmo tempo raparigas bonitas, assim que eram vistas, logo todos as admiravam.

Catalina era um pouco gorda, e de estatura baixa; Berinthia era alta e magra; Catalina morena, Berinthia

loura; a primeira era orgulhosa e imperiosa, a segunda tinha um comportamento cortês e afável. Tendo estas raparigas chegado a uma idade conveniente para casar, muitos cavaleiros de Aveiro se tornaram seus pretendentes, tanto por respeito à riqueza e nobreza do seu pai como por causa da sua beleza e talentos; e não era só na cidade onde viviam que tinham admiradores, mas a sua fama estendeu-se por todo o reino; de tal maneira que muitos nobres e cavaleiros vieram de quase todas as partes de Portugal a casa de Don Vilarezo, apresentar os seus respeitos às suas filhas. Mas ele, achando-as ainda demasiado novas para casar, dava as desculpas mais educadas que podia; mas estava decidido a não fazer nada de precipitado num assunto de tão grande importância, como este de determinar a vida inteira delas.

Don Sebastiano, o seu irmão, indo frequentemente a Madrid, Validolid, e Lisboa, tornou-se amigo íntimo de Don Antonio de Rivero, um jovem Cavaleiro nobre e rico, igualmente Português por nascimento, da cidade de Elvas, que era muito amigo do Duque de Bragança; e para melhor cimentar a amizade deles, propôs-lhe que casasse com a sua irmã mais velha, e convidou-o a ir a Aveiro para a ver, oferecendo-se para o acompanhar até lá e para apoiar o seu empreendimento, tanto com o seu pai como com a sua irmã. Don Antonio escutou esta proposta com grande prazer, sabendo que um tal casamento estaria tão longe de ser uma depreciação para ele, que uma aliança com uma família tão nobre seria uma honra adicional para a sua. Sentiu-se portanto muito agradecido ao seu amigo Sebastiano, e pediu-lhe para marcar um dia para a viagem; entretanto fez todos os preparativos para si próprio e a sua comitiva, que ele julgou convenientes para a sua posição e fortuna. E tendo chegado a altura de partirem, puseram-se a caminho de Aveiro, onde, assim que chegaram, Don Jasper de Vilarezo, tanto pela sua própria posição como pelo relato que o seu filho tinha feito de Antonio, o recebeu com todas as provas de respeito. Foi depois apresentado à mãe e às jóvens, e embora não desgostasse de Catalina, por outro lado havia qualquer coisa de tão encantador em Berinthia, que assim que a viu se apaixonou por ela, e aproveitando a primeira oportunidade informou-a disso.

Berinthia recebeu esta declaração com muito rubor, que de vez em quando lançava um véu rosado sobre os lírios brancos da sua pele; e para falar a verdade, se Antonio estava enamorado de Berinthia, ela não o estava menos dele; de maneira que não só com os seus olhos, mas também com os pensamentos e corações simpatizavam um com o outro, e ambos acalen-

tavam a mesma chama: ele, pela sua parte, ia frequentemente ter com ela em segredo, para lhe dar conta da sua angústia; e ela, embora não tivesse poder para aceder à sua corte, também não o podia negar.

Mas de tal maneira os encantos de Berinthia agiram sobre Antonio, que ele estava impaciente pela demora, e portanto encontrando o pai e a mãe, com toda a seriedade, mas, ao mesmo tempo, com toda a boa educação imaginável, pediu a sua filha Berinthia em casamento. Don Vilarezo, agradecendo a Antonio a honra que lhe dava, ao pensar numa das suas filhas, disse-lhe, «Tinha pena que não tivesse escolhido a mais velha, que ele julgava ser mais merecedora dele». Antonio respondeu, que embora não pudesse negar que Catalina era formosa, contudo Berinthia era-o mais aos seus olhos. Vilarezo então respondeu, «Que precisava de casar a sua filha Catalina, antes da mais nova, Berinthia, e que ficaria tão contente em lhe dar a primeira, como estava determinado a não dispôr ainda da segunda». E nada mais foi dito sobre este assunto no presente encontro, levando Vilarezo Antonio e o seu filho Sebastiano a uma caçada ao veado, que aquele possuía em abundância numa floresta adjacente: mas enquanto o corpo de Antonio perseguia o veado, os seus pensamentos voavam atrás da beleza e perfeições da sua adorada Berinthia: estava ferido até ao coração com a resposta de Vilarezo, e Berinthia igualmente, quando tomou conhecimento da resolução do seu pai; mas a modéstia, aquele precioso e apropriado ornamento da virtude feminina, obrigou-a, até aos limites do seu poder, a tentar esconder o seu sofrimento de Antonio, que suplicou ao seu querido amigo Sebastiano, para usar a sua melhor persuasão com o seu pai, para este ouvir a sua solicitação, e lhe dar a formosa Berinthia para sua mulher. Sebastiano desempenhou o papel de um verdadeiro amigo e cavalheiro, mas tudo foi em vão; porque o seu pai Vilarezo estava resolvido a casar Catalina, a sua filha mais velha, em primeiro lugar.

António, apesar desta recusa, não tinha poder para abandonar a luta pela sua querida Berinthia tão depressa, e portanto foi obrigado a inventar uma desculpa para permanecer mais tempo, por isso fingiu não lhe ligar, e aparentemente fez a corte a Catalina, conversando com ela muitas vezes, mas ainda em termos gerais, em consequência do que ela formou muitas e ternas esperanças, pois não admirava Antonio menos do que o seu pai. Estranhos efeitos desta paixão ingovernável! as duas irmãs desesperada e insensatamente apaixonadas pelo mesmo cavalheiro, quando

uma pode, ou talvez nenhuma possa desfrutar dele.

Catalina era o pretexto, mas Berinthia tanto o objecto como a única causa da permanência de Antonio onde estava, e era ela que ele cortejava e cercava persistentemente todas as vezes que uma oportunidade lhe dava a felicidade pessoal da sua companhia. Mas sendo agora chamado pelos seus negócios a sua casa em Lisboa, foi forçado a deixar Aveiro por algum tempo, mas na noite antes da sua partida, levando Berinthia, depois do jantar, secretamente a uma janela, pediu-lhe para o honrar com a sua aceitação de um lenço e um par de luvas simples, embora tanto o lenço como as luvas fossem extremamente ricos: e ela em retribuição, na manhã da partida enviou-lhe, por Diego, o pagem dele, um curioso lenço, trabalhado com corações e chamuscas, em ouro, prata, e sedas coloridas. Ele prometeu a Berinthia escrever, e vê-la em breve, e Catalina suplicou-lhe que não fosse um estranho em Aveiro. Com Catalina ele falou muito, mas deu-lhe poucos beijos ou abraços; a Berinthia deu muitos beijos, mas mais lágrimas, por ter de a deixar. Berinthia ficou muito triste com a sua partida; Catalina feliz, com esperança do seu regresso. Antonio e Sebastiano, tomando a carruagem para o retorno a Lisboa, o primeiro triunfava e alegrava-se tanto com o amor da sua formosa Berinthia, como o seu amigo Sebastiano sofria, que das suas duas irmãs, Antonio não aceitasse Catalina, nem o seu pai consentisse em lhe dar Berinthia para sua mulher. Apesar de tudo isto, eles confirmaram a sua amizade com muitas e recíprocas afirmações, de que já que não podiam ser irmãos, haveriam de viver e morrer como amigos queridos e íntimos. Seria para desejar que não descobrissemos o contrário.

Tendo Antonio chegado a Lisboa, encontrou em si próprio uma estranha alteração; pois não conseguia pensar em nada a não ser na sua amada Berinthia; e nestas contemplações amorosas, se a reflexão na bondade da sua amada lhe dava prazer, assim também a recusa obstinada do seu pai de o fazer feliz o desconcentrava. Ele desejava que Aveiro fosse Lisboa, e que ou ele estivesse em Aveiro com Berinthia, ou ela em Lisboa com ele; mas como isto era presentemente impraticável, resolveu escrever, tanto por respeito como por afeição; mas então a dificuldade seria encontrar uma maneira de fazer a carta chegar a Berinthia, por causa do desagrado do seu pai, e da inveja da irmã. Por fim pensou no seguinte expediente: escreveu uma carta a Berinthia, e fê-la acompanhar de um rico anel de diamantes, depois enviou as duas coisas por Diego, o seu pagem, para Aveiro, a quem ele obrigou a fingir amor por Ansilva, a criada de

Catalina, e que tinha licença do seu dono para vir a Aveiro, pedi-la em casamento.

Quando chegou, encontrou uma oportunidade de entregar a carta do seu amo, com grande segredo, a Berinthia, que estava nessa altura a começar a desanimar, e pensava que a sua ausência de junto dela, e algum objecto novo noutro lugar, o podia fazer esquecer completamente os votos que tinha feito em Aveiro: mas esta carta e o presente imediatamente restauraram nela as esperanças anteriores, e fizeram-na voar com toda a pressa e em segredo para o seu quarto, onde, fechando a porta à chave, beijou o anel e a carta, e abrindo o lacre desta, encontrou estas palavras:

Antonio a Berinthia

«Querida Berinthia

Se tiveres tanta fé como beleza, estarás descansada com a certeza da minha constante afeição: mas assim como ultimamente a minha língua não tinha poder, assim também à minha caneta falta arte para te dizer quanto te adoro, e respeito as tuas virtudes. Mas se fosses capaz de penetrar nos mais íntimos segredos da minha alma, saberias que Antonio não ambiciona nenhuma outra benção, senão a de viver como teu marido, ou morrer como teu mártir. Pensa, criatura querida, que o meu bem ou mal depende inteiramente de ti. Deixa-me, por isso, saber, formosa Berinthia, o meu destino, para me poder preparar, ou para me casar contigo, ou para o meu túmulo.

Antonio»

Berinthia, tendo lido e relido esta carta, deu-lhe mil beijos, por causa de quem a enviou; depois fechou-a muito secretamente no seu cofrezinho, e esperou uma oportunidade para conferenciar em privado com Diego, e para saber quando é que ele regressava a Lisboa e para junto do seu amo, para ela poder enviar a resposta à carta dele. Entretanto Diego entregou a carta do seu amo a Vilarezo, a favor da sua pretensão em relação a Ansilva, e também para prestar os seus respetos à família, e agradecer a sua estadia em Aveiro; mas isto foi feito sem mencionar nem Catalina nem Berinthia em particular, nem coisa alguma sobre a sua vinda de novo a Aveiro, que era uma preocupação para Vilarezo, mas mais para Catalina; enquanto Berinthia se ria consigo própria ao ver como Antonio tinha conseguido tão bem entregar a sua carta em segurança, e com que esperteza o seu pagem Diego

continuava a fazer a corte a Ansilva; porque ele era tão insistente na sua corte fingida, e ela tão enamorada dele, que Catalina era de opinião que muito pouco tempo seria preciso para se casarem; mas ele e a sua irmã Berinthia sabiam que não era assim. Diego despedindo-se ao fim de três dias, Berinthia enviou a seguinte carta por ele a Antonio:

Berinthia a Antonio

«Se não tivesse sido mais cortês contigo, não terias sabido tanto sobre a minha afeição, nem eu teria visto tantos olhares de censura e reprovação do meu pai; e embora através da tua carta me tenhas assegurado o respeito que tens pelos meus pobres méritos, reflecte, contudo, se deverei recompensar a tua constância com o meu amor, uma vez que o não posso fazer, a não ser contra a obediência daquele que me deu o ser. Não é o meu desejo que morras meu mártir, mas o meu pai não permitirá que vivas como meu marido: mas, contudo, não é impossível que o tempo consiga efectuar aquilo que, agora, parece uma dificuldade tão grande. Não quereria com esta carta dar-te demasiada esperança, mas só diminuir o teu desespero. Devido à inveja da minha irmã, e à obstinação do meu pai é conveniente que nos comportemos com o maior segredo e circunspecção.

Berinthia»

Não se pode descrever a incrível alegria com que Antonio recebeu esta carta e beijou-a tantas vezes ou mais do que o seu número de sílabas: viu a modéstia de Berinthia brilhar através da sua afeição; mas embora estivesse seguro do seu amor, não o estava porém da sua pessoa; pois embora observasse que a sua carta continha muitos cumprimentos verbais, não havia uma única promessa real; além disso receava que a sua ausência, e as ordens do seu pai, pudessem com o tempo arrefecer o fervor da sua afeição; mas por outro lado reprimiu a sua timidez, ao conceber a menor suspeita da constância de Berinthia. Às vezes sentia-se inclinado a dar conhecimento ao seu amigo íntimo e irmão, como costumava chamar-lhe, Sebastião, das suas afeições; por outro lado pensava em não o fazer sem o consentimento dela. Outras vezes, a forte inclinação que sentia por ver Berinthia de novo, fazia com que quase resolvesse ir a Aveiro; mas por outro lado, quando reflectia na austeridade de Vila-rezo, e na inveja de Catalina, punha fim à sua jornada antes de a começar. Nesta perplexidade não sabia o que fazer; mas considerando que atrasos são

perigosos, especialmente em assuntos desta natureza, fez a mala, e despediu-se de Sebastião, fingindo ser obrigado a deixar a cidade, por causa da sua saúde, e indo para a sua própria casa em Elvas, a qual ficando muito mais perto de Aveiro do que Lisboa ele imaginou que poderia dirigir melhor os seus assuntos dali, e não deixar passar nenhuma ocasião de apressar a prossecução dos seus desejos máximos. No segundo dia após a sua chegada a Elvas, tendo passado quase um mês desde que mandara a sua primeira, e até essa altura a sua última carta a Berinthia, despachou agora novamente o seu pagem Diego, com a sua segunda carta para ela, e ao mesmo tempo enviou um colar de pérolas, e um par de pulseiras douradas, com um rico trabalho de esmalte. A chegada de Diego foi muito agradável para Ansilva, e ainda mais para Berinthia; mas Catalina não pode saber através dele nenhum relato da vinda do seu amo novamente a Aveiro. Diego ainda mal tinha saudado Ansilva e já estava à procura de uma oportunidade de falar a Berinthia, que era a sua tarefa mais importante, oportunidade essa que aquela estava pronta a conceder-lhe, e tendo recebido dele a carta, que foi mandada por Antonio, apressou-se a ir para o seu quarto, para a abrir em segredo, e aí leu estas palavras:

Antonio a Berinthia

«É impossível à minha caneta expressar a alegria que o meu coração recebeu ao ler a tua carta. Beijei as linhas mil vezes, e outras tantas abençoei a mão que as escreveu; mas embora a tua carta me salve do desespero, não me dá contudo aquela esperança, ou melhor aquela segurança, sem a qual é impossível para mim ser feliz; quero dizer, que Antonio possa estar tão seguro do coração de Berinthia, como Berinthia está do de

Antonio»

P. S. — «Deixei Lisboa para residir em Elvas, de modo que pudesse estar mais perto para receber as tuas ordens».

Berinthia, tendo lido esta carta, não ficou descontente com a impaciência do seu amado, que parecia dever-se ao fervor da sua paixão; e, por isso, resolveu não o manter por mais tempo na incerteza, mas no regresso do seu pagem, deixá-lo saber como era inteiramente sua: mas mal ela sabia o que esse espaço de tempo iria produzir.

A afeição de Catalina por Antonio era tão forte, que persuadiu Vilarezo, o seu pai, a escrever-lhe uma carta que seria mandada por Diego, ao regressar, para o que tinha resolvido, se ele estava decidido a aceitar a oferta que lhe tinha sido feita da sua filha mais velha, e ao mesmo tempo a convidá-lo para vir a Aveiro. Embora a paixão de Antonio pela irmã fosse mantida em segredo, ela suspeitava disso, e as suas suspeitas ainda foram mais confirmadas por Diego não trazer nenhuma carta ou mensagem particular para ela. O amor por ele dava-lhe esperança, mas a razão e o julgamento não lhe ofereciam nada senão desespero. Para melhor saber a verdade sobre este assunto, mandou a sua criada Ansilva trabalhar com Diego, mas este tendo aprendido a sua lição, desempenhou bem a sua parte, e tinha demasiado fidelidade para trair os segredos do seu amo: mas vejamos! aconteceu um acidente nesta altura, que pôs a descoberto todo o mistério. Tendo ido até ao jardim um Domingo de manhã para apanhar algumas flores antes de ir à igreja, com o pai e a mãe, Catalina foi ao quarto da irmã procurar a história de Cervantez, que ela lhe tinha emprestado no dia anterior, e não a encontrando em cima da mesa, ou na janela, mas procurando no bolso de um vestido que estava no quarto, aí encontrou a carta de Antonio, através da qual descobriu o segredo de que tinha tanto medo: imediatamente pegou na carta, e mostrou-a ao seu pai, que ficando muito zangado com Berinthia, e com muitas palavras ásperas e franzir de sobrancelhas lhe restringiu a sua liberdade, resolveu na primeira carta que mandou a Antonio, proibir-lhe a sua casa, a não ser que deixasse Berinthia em paz e casasse com Catalina. Começou agora igualmente a suspeitar, que a corte do pagem Diego a Ansilva não era senão um estratagemma, para levar cartas entre o seu amo e Berinthia; por esta razão ia pô-lo fora de casa, se Catalina não o tivesse persuadido do contrário, pois ela não queria dar nenhum desgosto a esta criada, que estava destinada a ser o seu instrumento num empreendimento amaldiçoado, que ela estava nessa altura a meditar no seu coração.

A afeição de Catalina por Antonio, e a sua malícia em relação a Berinthia, eram tão violentas, que, na esperança de obter a posse daquele, ela jurou a destruição da outra. Para esse fim, com ajuda de um suborno de cem ducados, convenceu Ansilva a envenenar a sua irmã Berinthia, e prometeu-lhe outro tanto quando tivesse efectuado isso: Ansilva consequentemente mandou um mensageiro desconhecido buscar à cidade veneno muito forte, que lhe foi trazido num pequeno galipote: mas na noite em que tencio-

nava tê-lo dado a Berinthia, o galanteador Diego, estando com ela num umbroso caramachão no jardim, a beijar-se e a divertir-se, de repente o nariz dele começou a deitar sangue de tal maneira, que tendo encharcado completamente o seu próprio lenço com o sangue, Ansilva, muito preocupada com o seu amado, tirou o seu, e com ele o galipote, do qual com o susto se tinha esquecido; e este caindo no chão do caramachão, que estava pavimentado com pedra, partiu-se em mil bocados, e derramou o veneno, que o cão de Diego bebeu, e instantaneamente inchou de uma maneira assustadora, e morreu aos seus pés. À vista do que Diego ficou muito espantado, e Ansilva tão estranhamente confusa com o acidente, que a sua cor mudou, e não conseguiu inventar nada muito depressa para encobrir o assunto. Diego pressionou-a para saber a quem se destinava o veneno, e quem lho tinha dado. As suas respostas foram tão diferentes e contraditórias, que ele ainda ficou mais admirado. Contudo, implorando-lhe por todos os laços da afeição deles para lhe contar o segredo, e, com mil afirmações, jurou que morreria com ele; finalmente pelos seus juramentos, os seus beijos, e importunidades, a que poucas mulheres conseguem resistir quando estão sozinhas com os seus amados, e mais especialmente por medo que ele possa suspeitar que lhe era destinado a ele, conseguiu tirar-lhe a confissão, «que Catalina a tinha convencido a envenenar a sua irmã Berinthia, porque suspeitava que Antonio a amava mais do que a si própria». Diego, tendo conseguido este segredo de Ansilva, sob o pretexto de arranjar um remédio para o seu sangramento, correu para fora do jardim, depois de lhe ter dado vários beijos, e prometeu voltar para ela, e como um criado fiel ao seu amo, e um homem honesto, ao encontrar Berinthia, revelou cada detalhe deste incidente chocante; e implorou-lhe que tivesse cuidado para não receber nada da sua irmã, ou de Ansilva; e ao mesmo tempo, para honrar o seu amo com uma carta, porque ele tencionava partir na manhã seguinte para Elvas. Berinthia tremeu ao ouvir o relato deste horrível plano e tendo agradecido a Deus pela descoberta, prometeu a Diego uma carta para o seu amo, e agradeceu-lhe do coração pela sua fidelidade e afeição por ela, que ela jurou retribuir; e como uma prova do seu agradecimento, arrancou um anel de diamantes do dedo, e deu-lho pelos seus bons serviços.

Diego, muito cedo na manhã seguinte, disse a Ansilva, que o seu pai o tinha mandado ir ter com ele a La Secco; mas que estaria de volta com certeza dentro de três dias: com a desculpa de dar ordens sobre o seu cavalo, despediu-se dela e esgueirou-se

para o quarto de Berinthia, cujo medo, pobre senhora, não lhe permitira descansar naquela noite, que já tinha quase passado, e que ela tinha empregue a escrever os seus pensamentos ao seu querido Antonio; e sabendo que não estava segura com o seu pai e irmã, em Aveiro, resolveu entregar a sua pessoa e honra à sua protecção; mal tinha acabado a carta quando Diego veio sem barulho à porta do seu quarto, e ela lha entregou e ele partiu apressadamente para Elvas, onde, durante algum tempo, nos despediremos dele, e regressaremos a Catalina, cuja malícia não encontrando descanso, perguntou a Ansilva, assim que esta entrou no seu quarto, se estava preparada para o assunto que ela tinha empreendido: Ansilva respondeu-lhe, que dentro de três dias estaria certamente cumprido, e poria fim a todas as esperanças da sua irmã, com o que ela ficou muito feliz. E esta criada juntamente com o agente do diabo, conformemente arranhou uma segunda poção envenenada, a qual sem dúvida seria capaz de tornar mais útil para ela do que a primeira.

Entretanto, Diego tendo chegado a Elvas, entregou a carta de Berinthia ao seu amo, a qual Antonio, tendo beijado como se fosse derreter a cera com o seu hálito quente, e abrindo-a, encontrou estas palavras:

Berinthia a Antonio

«A malícia da minha irmã Catalina para comigo é tão extrema, por causa da afeição que tenho por ti, que a torna degenerada, não só da graça mas da natureza, e a faz procurar privar-me da minha vida. O criado particular, o teu pagem, a quem espero que ames por minha causa, já que ele, depois de Deus, me preservou para ti, dar-te-á conta mais completa e pormenorizada do plano maldito que há contra mim. Portanto, já que não há segurança para mim na casa do meu pai, em que braços e protecção me hei-de lançar senão nos teus, de cuja sincera afeição não tenho dúvida; e tu, tenho a certeza disso, preservarás tanto a minha vida como a minha honra? Não é por desobediência ao meu pai, mas por respeito pela minha própria vida, que eu o abandono: mas é ao mesmo tempo amor e medo, que me fizeram desejar ver-te impacientemente, e suplico a tua ajuda.

Berinthia»

Antonio não podia senão ficar muito surpreendido com o relato que recebeu nesta carta, e tendo interrogado o seu pagem sobre as circunstâncias daquele:

amor, medo, esperança, tristeza e alegria, todos desempenham os seus papéis diferentes, tanto no seu coração como no seu rosto: e estimando a vida de Berinthia mil vezes mais do que a sua, mandou Diego, com grande pressa, nessa mesma noite para Aveiro, com a seguinte carta, que lhe mandou entregar a Berinthia, com toda a pressa e segredo:

Antonio a Berinthia

«Assim como o sol irrompendo de uma nuvem escura brilha ainda mais forte, assim acontece com a tua afeição por mim, através da malícia infernal da tua irmã Catalina, e de tal maneira, que eu já não sei se me alegro mais com a primeira do que detesto a outra. Tendo por isso primeiro agradecido a Deus pela tua feliz e milagrosa preservação, a seguir elogio o meu pagem pela sua fidelidade, que não será esquecida e não ficará por retribuir por mim. Estou tão impaciente por ser abençoado com a tua visão, e ter a honra de te ajudar, que acho o tempo longo, enquanto escrevo esta pequena carta. Envio-a pelo Diego, e o meu cocheiro diz-me que irá voar em vez de guiar, até me ter levado até à única felicidade da minha vida. A hora exacta, se estiveres de acordo, será a meia noite de segunda-feira, quando esperarei pelas tuas ordens no portão do jardim do teu pai. Que a luz de uma vela no pavilhão seja o meu sinal, e a detonação da minha pistola será o teu. Vou lançar fora a minha caneta, mas tenho de te dizer que a minha pistola protegerá a tua vida, e a tua honra será protegida pela minha própria: e que nunca minutos foram mais demorados do que aqueles que hão-de vir, até a Berinthia estar nos braços do seu

Antonio».

Enquanto Diego viajava de carruagem até Aveiro, o seu amo Antonio preparava-se para o seguir; e na manhã seguinte pegou na sua carruagem e em seis cavalos, e três resolutos cavalheiros seus amigos, para o ajudar, cada um com um florete e uma caixa de pistolas. Diego chegou dois dias antes do seu amo a Aveiro, a longa ausência daquele tendo provocado o descontentamento de Ansilva; mas Berinthia agradeceu-lhe mil vezes por regressar tão depressa. Ele entregou a carta do seu amo, e pediu-lhe para estar preparada à hora combinada. Berinthia, tendo lido a carta, não conseguiu deixar de mostrar a alegria que esta lhe deu, na sua face; nem seria de supor que estivesse relutante num assunto que dizia respeito tão directamente à sua paz de alma, e o seu mais ardente

desejo. Ela então, com o maior segredo, embalou a sua roupa melhor e jóias numa pequena arca, e ardentemente desejou que chegasse a hora em que poderia voar para os braços de Antonio. Quanto a Diego, lançou uma névoa tão subtil em frente dos olhos de Ansilva, que não lhe foi possível, ou à sua ama Catalina, suspeitar o que pensava. Uma segunda traição foi agora preparada, para fazer aquilo que a primeira não tinha conseguido: porque na mesma noite em que Antonio tinha prometido ir buscar Berinthia, e ela se tinha retirado cedo para o seu quarto, sob o pretexto de ir para a cama, Ansilva entrou no quarto com uma bebida doce num copo de prata, na mão, e disse-lhe que a sua ama tinha bebido metade, e tinha mandado a outra, já que era uma bebida muito fria e refrescante.

Mas Berinthia, estando avisada pelo perigo anterior, estava preparada contra este maléfico desígnio de Catalina: porém pareceu aceitá-la com grande prazer, e mandou muitos agradecimentos à sua irmã pela sua gentileza, e disse à criada que a beberia antes de ir para a cama; ao mesmo tempo desejava que Ansilva fosse buscar o seu livro de orações e luvas, que tinha deixado de manhã no quarto da irmã. Portanto enquanto Ansilva estava fora do quarto, despejou a bebida envenenada para outro copo no seu armário, e limpando o primeiro três ou quatro vezes cuidadosamente, pôs um pouco de leite de amêndoa que tinha conseguido dentro dele. E quando Ansilva regressou, pegou nele e bebeu-o, desejando que Ansilva fizesse saber à sua irmã que era à saúde e repouso dela.

Cerca de uma hora mais tarde, por ordem de Berinthia, Diego veio com grande segredo ao quarto desta, para esperar a hora da vinda do seu amo, e para a ajudar na fuga. Ela contou-lhe a fingida gentileza da irmã, ao mandar-lhe a bebida, a qual ele, com a certeza de que era veneno, lhe pediu para o provar no papagaio de Catalina, que ela tinha trazido consigo nessa tarde, para o seu quarto; e assim, com o consentimento de Berinthia, com uma colher, forçou um pouco de líquido pela goela abaixo do pássaro, que imediatamente inchou de uma maneira violenta, e morreu quase em seguida. Ficaram os dois atónitos com a malícia e crueldade de Catalina, e felizes a pensar em como Berinthia tinha escapado duas vezes, pelo que louvaram a Deus, e depois atiraram o restante do veneno pela janela fora, e colocaram o papagaio morto em cima da mesa.

E agora Berinthia esperava impacientemente a hora da sua felicidade, que era a hora da chegada de Antonio: Diego olhava frequentemente para a

ampulheta, e Berinthia mil vezes para o seu relógio; finalmente a hora combinada e muito esperada da meia noite chegou, e o pontual Antonio também, e não ficou mais arrebatado pela visão da vela, do que ela ficou ao ouvir o estampido da sua pistola: e agora, estando tudo silencioso, e toda a gente na casa a dormir profundamente, Diego pegou na pequena arca com cuidado e Berinthia seguiu-o silenciosamente, de maneira que se esgueiraram em segredo pelo primeiro pátio e daí até ao portão do jardim, onde Antonio, com mil beijos, a recebeu nos seus braços, não tendo outra luz senão o lustro dos olhos dela para os guiar até à carruagem; na qual tendo entrado, com os três cavalheiros seus amigos, e Diego, com a arca atrás, chegaram ao portão da cidade, que em breve abriram com uma chave prateada, e depois seguiram com toda a pressa para Elvas.

Deixemo-los na viagem, e regressemos a Aveiro, à infame Catalina, e a sua ignóbil criada Ansilva que, deitadas num quarto muito distante do de Berinthia, não podiam ouvir absolutamente nada do que se passou; embora para dizer a verdade, não conseguiram dormir por causa da alegria que sentiam, ao pensar em Berinthia morta. Preparavam-se de manhã para ouvir alguns gritos lastimosos na casa por causa da morte de Berinthia; mas vendo que eram quase dez horas, e não se ouvindo nenhum rumor ou barulho, ambas como era hábito, foram ao quarto dela, pensando que iriam deleitar os seus olhos crueis no objecto lamentável da senhora assassinada; mas, ao contrário das suas esperanças sanguinárias, encontraram-na não morta mas fugida, e Catalina viu em vez da sua irmã, o seu próprio papagaio envenenado em cima da mesa. Ficaram espantadas uma para a outra; Ansilva pelo seu lado, asseverou e jurou que viu Berinthia beber o veneno; mas ao ver que a pequena arca de Berinthia tinha sido removida, e depois ouvindo que Diego tinha partido, sem se despedir, Catalina descobriu, sem sombra de dúvida, que a sua irmã tinha escapado, e o seu plano de a envenenar tinha sido afectado e impedido. Então dando o alarme em casa, foi imediatamente contar ao seu pai, mãe e irmão a fuga da irmã. Vilarezo sofreu ao ver-se roubado da filha, e Sebastiano da irmã; mas quando perceberam que Diego tinha ido com ela; ficaram com a certeza que Antonio a tinha levado, o que também lhes foi confirmado pelo porteiro da cidade; que lhes disse que entre a meia noite e a uma, uma carruagem puxada por seis cavalos, levando dentro uma dama e quatro cavaleiros, acompanhada por um pagem a cavalo, passou com toda a velocidade pelo portão. Vilarezo

e o seu filho, ficando muito encolerizados com esta afronta, conferenciaram sobre o que seria melhor fazer; e a sua primeira resolução foi mandar um mensageiro a Elvas, para saber se Berinthia estava lá com Antonio ou não.

Quando o mensageiro regressou assegurou-lhes que era verdade, e que Antonio se tinha retirado para um castelo seu, fora das muralhas da cidade, onde se encontrava a dama Berinthia, com muita honra e respeito. Se o velho Vilarezo tivesse saúde e força, teria ele próprio feito a viagem até lá; mas estando naquela altura doente com gota, mandou o seu irmão Sebastiano a Elvas, acompanhado de seis resolutos cavalheiros, seus aliados e amigos, para perguntar a Antonio a razão desta afronta à honra, e à sua família; e por lei, força, política ou persuasão, trazer Berinthia. Sendo a dama sua irmã, e Antonio o seu antigo amigo íntimo, Sebastiano não empreendeu esta jornada de muito boa vontade; contudo, tendo chegado a Elvas e descobrindo que as informações que tinha eram verdadeiras, dirigiu-se com os seus seis associados ao castelo de Antonio, que os recebeu a todos no primeiro pátio, e só dois no segundo, saudando-os com simpatia e dando-lhes as boas vindas ao seu castelo. Sebastiano expôs-lhe a vileza de tal acção, a de roubar a irmã do seu amigo, e a filha de um homem de alta posição, daquela maneira clandestina; o escândalo que recairia na jovem dama, e consequentemente na sua família ao mesmo tempo, que o seu pai e ele próprio, estavam resolvidos a tê-la com eles de novo, custasse o que custasse; e, portanto, implorou-lhe, pelo respeito que era devido à sua própria honra, e pela lembrança da antiga amizade deles, para libertar a sua irmã Berinthia. Antonio respondeu-lhe que fora por uma afeição honrada, e sem baixos desígnios, que se tinha comprometido a ajudar a sua irmã na sua fuga, que nunca tinha feito, nem nunca faria nada que lhe pudesse causar desonra, ou à sua família; e que a sua maldosa irmã Catalina era a autora do que tinha acontecido, que através da sua criada Ansilva, tinha tentado duas vezes envenenar Berinthia: por conseguinte, como ele não a podia entregar com segurança, ou sem perder a sua própria honra, e agindo contra a sua consciência, estava resolvido a protegê-la no seu castelo, contra quem quer que fosse.

Sebastiano ficou muito perplexo, assim como os dois amigos que estavam com ele, com esta resolução. Expressou o desejo a Antonio de ver e falar com a sua irmã Berinthia, que ele de bom grado concedeu; então pegando na mão de Sebastiano, foram todos juntos para a sala de entrada, onde Berinthia, tendo

sido avisada, em breve veio ter, acompanhada por duas das irmãs de Antonio, e avançando com uma expressão alegre em direcção ao irmão, saudou-o primeiro, e depois os dois cavalheiros, seus primos, que estavam com ele. Sebastiano pediu o favor a Antonio de conferenciar um pouco em privado com a irmã: ao que Antonio respondeu, que o prazer de Berinthia seria sempre o seu; e ela, tendo consentido de boa vontade, Sebastiano levou-a pela mão, e conduziu-a a uma janela do lado oposto da sala, e deu-lhe a conhecer quanto o seu pai estava ofendido pela sua desobediência, como ela se tinha desonrado a si própria, e como a sua conduta era uma aflição para os seus amigos em geral. Implorou-lhe portanto para regressar, dizendo que se ela estava inclinada a casar com Antonio, aquela não era a melhor maneira; uma vez que a sua conduta imprudente o faria considerar-la como uma libertina e uma prostituta.

Berinthia, em sua defesa, relatou-lhe todos os detalhes da causa da sua partida, e afirmou constantemente o que Antonio lhe tinha dito antes sobre as duas tentativas de a envenenar pela irmã Catalina, através da criada desta, Ansilva, mas com mais detalhes; e para provar a verdade do que tinha asseverado, trouxe Diego, que jurou e assegurou o mesmo. Sebastiano repreendeu-a pelo que ela tinha dito, dizendo-lhe que, ao procurar fazer mal a outros, só se prejudicaria a si mesma eventualmente; disse-lhe que era uma loucura e uma crueldade inventar uma tal história para enegrecer a sua irmã, o que salientaria ainda mais os seus crimes; e que só haveria segurança para si se voltasse, o que ele seriamente insistiu que ela fizesse.

Berinthia de novo lhe respondeu, que não havia segurança para ela em Aveiro, e que em nenhum outro sítio poderia estar melhor do que em Elvas: pediu-lhe para pensar caridosa e honradamente da sua partida, e para dizer ao pai, que se não a odiasse, deveria amar Antonio, cujo castelo ela considerava um santuário, tanto para a sua honra como para a sua vida; tomando Deus e os anjos por testemunhas, que o crime da sua irmã Catalina era verdade, e não fingido. Sebastiano vendo Antonio resoluta, e a irmã teimosa e obstinada, começou a despedir-se, dizendo-lhe que a abandonaria à sua loucura, que em breve a levaria a arrepender-se; e então resolveu ir até à cidade, para resolver o melhor caminho para o bem dela e a honra dele. Antonio convidou-o a jantar no castelo com a irmã; mas ele recusou, e acusou Antonio de ter provocado a primeira ruptura na amizade deles, do que se devia arrepender, se não pudesse repará-la; e assim partiu.

Sebastiano, tendo chegado à cidade, conversou com os cavalheiros, seus associados, sobre o que seria melhor fazer, os quais foram unânimes na opinião de que deveria chamar e contar ao pai o que já se tinha passado, e pedir as suas direcções para a sua conduta futura. O seu primo, Villandras, empreendendo a jornada, foi ter com Vilarezo, e contando-lhe os pormenores, este ficou muito aflito e perplexo com o relato que lhe trouxeram; e, em vez de conforto, recebeu grande Aflicção. Interrogou Catalina com muito cuidado, e a sua criada Ansilva; mas elas não só negaram tudo de que foram acusadas com grande audácia e constância, como também tantaram manter a sua fingida inocência com muitos juramentos amargos e muitas afirmações: em consequência do que enviou Villandras de volta para Elvas, com a seguinte carta:

Vilarezo a Sebastiano

«Louvo a tua sensatez, assim como condeno a resolução de Antonio, e soffro com a loucura e desobediência da tua irmã Berinthia. Interoguei cuidadosa e curiosamente tanto Catalina como a sua criada, a quem encontro tão inocentes como constantes, na verdadeira negação da culpa de que são acusadas erradamente. Consultei a natureza e a honra para guiar os meus passos de tal maneira que seja capaz de guiar os teus, e ambas sugerem que te aconselhe esta resolução, que ou pela lei do reino, ou pela da tua espada, me entregues a minha filha, a tua irmã Berinthia, rapidamente; e não deixes que a oratória da língua de Antonio, ou as lágrimas dela, te persuadam do contrário; porque então, como ela é culpada da nossa desonra, nós seremos cúmplices da dela. Vai-me informando do que se vai passando e, se a ocasião o requerer, e a minha doença me deixar, irei eu próprio a Elvas.

Vilarezo»

Enquanto Sebastiano estava a pensar como libertar a irmã Berinthia, falemos um pouco de Catalina, que, ao ver a sua traição e sangrentos propósitos disfarçados, architectou o plano de matar Ansilva, para esta não contar histórias; para esse fim mandou chamar um charlatão, um Pedro Sermiata, que, por uma recompensa de cem ducados, se comprometeu a matá-la, o que ele efectuou dando-lhe veneno, que a sua ama a convenceu a beber, na esperança de curar três feias e vermelhas borbulhas que tinha na cara. Assim encontrou esta miserável sem graça, pela providência de Deus Todo Poderoso, a mesma morte que tinha tentado dar duas vezes, sem êxito, à inocente e virtuosa Berinthia!

Sebastiano, entretanto, tendo recebido a ordem do seu pai, em Elvas, das mãos do seu parente Villandras, mandou-o saber a última resolução de Antonio e Berinthia; aquele, tendo entrado no castelo, falou primeiro a Berinthia, e depois a Antonio, e informou-os da sua mensagem. Berinthia pediu ao seu primo Villandras para dar os seus melhores cumprimentos ao seu irmão, mas ao mesmo tempo para lhe dizer, que a sua primeira resposta e resolução era e seria a ultima: e Antonio rogou-lhe igualmente para informar Sebastiano, que a vontade de Berinthia era a sua lei, e a resolução dela a sua; e que ele estava pronto em qualquer altura a arriscar a sua vida em defesa dela.

Quando Villandras regressou, contou a Sebastiano as últimas resoluções daqueles, das quais parecia impossível dissuadi-los ou desviá-los. Isto provocou muitos conflitos em Sebastiano, entre amor e honra, amizade e dever, que o tornou irresoluto, sobre se deveria tentar recuperar a sua irmã através da lei ou pelas armas; a primeira opção considerava-a ao mesmo tempo escandalosa e covarde; e pela segunda calculou que teria ou de ser morto ou de matar o seu amigo. A primeira transformá-lo-ia em motivo de troça para Antonio; e se não tentasse a segunda, seria uma vergonha para si próprio e a sua família. Portanto, cedendo mais aos sentimentos calorosos de orgulho, e do que falsamente se chama honra, do que aos ditames mais frios da razão, resolveu lutar com ele; e escolhendo o seu primo Villandras para seu padrinho no duelo, enviou-o na manhã seguinte ao castelo, com o seguinte desafio:

Sebastiano a Antonio

«Tenho de regressar com a minha irmã para Aveiro, ou então deixar a minha própria vida em Elvas; porque prefiro morrer, do que viver a Desonra dela, já que a dela é também minha: nem fui eu, mas tu, que infringiste e violaste os laços da nossa amizade. Por conseguinte resolve, antes das seis da manhã de amanhã, entregar a minha irmã Berinthia, ou a essa hora vir ter comigo a pé, com o teu padrinho, no campo verde e quadrado, na base do teu castelo, onde a escolha de dois floretes simples será tua. Se fores honrado, conceder-me-ás o primeiro, ou se fores corajoso, não recusarás o meu segundo pedido.

Sebastiano».

Antonio, tendo recebido este desafio, mandou a resposta a Sebastiano, que não lhe concederia o seu primeiro pedido; mas que não lhe recusaria o segundo.

Tratou do assunto com grande segredo, especialmente em relação a Berinthia, que mal suspeitava o perigo em que pusera o seu amado e o seu irmão.

Antonio, nesta ocasião, escolheu o seu primo-irmão, um cavalheiro jovem e valente, chamado Velasco, para ser o seu padrinho; e encontrando-se secretamente com Villandras nessa noite na cidade, escolheram os floretes, e combinaram outras cerimônias usuais em duelos.

Tendo chegado a manhã, os nossos combatentes saltaram das camas para o campo, onde, um pouco antes das seis, a hora combinada, todos apareceram. Os padrinhos desempenharam as suas funções de visitar os principais implicados, que, despindo os seus gibões, procederam ao duelo; e, no primeiro assalto, Antonio foi ferido no braço direito, e Sebastiano do lado esquerdo, por um golpe que tocou numa costela; no segundo, Sebastiano feriu Antonio entre o peito e o ombro, um pouco acima do mamilo direito, e Antonio atravessou-lhe o corpo, fazendo uma ferida grande e perigosa, da qual saiu muito sangue, e o fez afastar por um bocado a tomar fôlego; então lançou-se ao ataque outra vez, e no terceiro assalto Sebastiano vingou-se de Antonio de uma maneira fatal, atravessando-lhe o corpo do lado esquerdo, um pouco abaixo do coração; depois do que primeiro cambaleou, e a seguir caindo, foi preso ao chão pelo seu antagonista. Belasco, que não ficara atemorizado pela infelicidade e morte do seu superior, assim que cobriu o corpo com o seu gibão, desembainhou o seu florete, e pedindo a Villandras para se acautelar, feriu-o levemente no ombro, mas foi ele próprio atravessado através do seu corpo e rins; em consequência do que caiu ao chão, e com uma voz fraca, implorou a Villandras que lhe poupasse a vida, o qual, lançando o florete para longe de si, baixou-se para o ajudar, mas em vão, porque a sua alma já tinha partido para o outro mundo.

Esta notícia trágica foi em breve levada ao castelo de Antonio, para onde o seu corpo morto e o de Belasco foram transportados, para grande consternação de todos os empregados, que choraram amargamente o fim prematuro do seu honrado e generoso amo; mas as suas lágrimas não eram nada comparadas com as das duas irmãs de Antonio, nem as delas de nota ao pé das da doce Berinthia, que mal soube o que acontecera ao seu querido Antonio, tombou no chão como morta, mas em breve reviveu para novos tormentos, que foram causados pela deplorável visão de Antonio a sangrar. Apertou as mãos, arrancou o cabelo, bateu no peito, e praticou tais acções de louco sofrimento, que a própria crueldade não poderia deixar de se compadecer; nenhum conselho conseguia persuadi-la a moderar os seus sofrimentos, mas atirou-se

sobre o cadáver inanimado, e banhando as suas feridas com lágrimas, chorou: «Oh meu Antonio, meu querido, querido Antonio! Teria morrido de bom grado se a minha morte tivesse impedido a tua! Oh o que é a vida sem o meu querido, querido Antonio?»

No meio destes lances apaixonados, chegou o seu irmão Sebastiano como um vencedor, exigindo a sua comparência no portão do castelo, mas encontrando a ponte levadiça para cima, e todas as avenidas fortemente protegidas, foi solicitar a ajuda dos juizes criminais, que enviaram o proboste com um grupo de soldados armados, que atiraram um petardo ao portão e rapidamente o abriram; depois a pesarosa Berinthia foi entregue ao irmão, que, com os conselhos mais ternos, e as mais doces presuações, lhe rogou que secasse as suas lágrimas; mas a sua tristeza era tão grande, que não aceitava nenhuma consolação. Na verdade não podia olhar para o irmão com afecto, mas sim com vingança e indignação; e se a força do seu corpo fosse igual à fúria no seu peito, ter-lhe-ia certamente pedido severas contas pela perda do seu amado.

Sebastiano, tendo deixado os corpos mortos de Antonio e Belasco ao cuidado dos seus amigos, e tomando uma carruagem com a sua revoltada irmã, regressou a Aveiro, onde o seu pai Vilarezo e a mãe Aliphanta deram a Sebastiano as boas vindas a casa com prazer e elogios, mas receberam a filha Berinthia com censuras e reprovações, e ela, da melhor maneira que conseguiu, tentou reprimir o seu desgosto, mas prometeu a si própria vingar-se do seu detestado irmão pelo assassinio do seu querido Antonio. Mas, infelizmente, se Berinthia se tivesse submetido à vontade do céu, e tivesse pensado que é melhor quebrar do que cumprir votos desta natureza, não a teríamos encontrado tão miserável como em breve vai aparecer.

Catalina, vendo o objecto da sua afeição, Antonio, morto, e a irmã Berinthia de volta, que era, por causa deste, o objecto do seu ódio e malícia, confessou-lhe secretamente a culpa das suas intenções, ao tentar envenená-la duas vezes, com a ajuda da sua criada Ansilva, para o que implorou perdão, e jurando que daí em diante iria converter a sua malícia na mais sincera afeição, assim se reconciliou com ela.

Mas embora Catalina tivesse feito as pazes com a irmã, não as fez com Deus, pelo assassinio de Ansilva; a terra podia ter esquecido este assassinio, mas o céu nunca o poderia fazer: os julgamentos de Deus são tão justos quanto secretos, e Ele tinha mil maneiras de punição, quando nos julgamos seguros e afastados dela, o que se pode em parte ver pelo seguimento desta história.

Uma irmã de Ansilva, chamada Isabela, indo casar a Aveiro, convidou as damas Catalina e Berinthia para o seu casamento; mas Berinthia estava demasiado triste para ir a uma festa deste género, e mais desejosa de estar no seu próprio túmulo, do que nos nupciais de outra pessoa: portanto Catalina, sem ela, entrou numa carruagem, com a intenção de acompanhar a noiva à igreja, mas vejam como a vingança e justiça de Deus a parou no caminho; porque ela ainda não tinha avançado muito quando o sol de súbito se eclipsou, toda a face da terra se escureceu, e um terrível ribombo de trovão atingiu-a com tal violência, que a lançou quase morta para o fundo da carruagem, enquanto, nem o cocheiro ou os lacaios da parte de fora foram atingidos; portanto regressaram a casa, e quando puseram a jovem senhora na cama descobriram que o seu corpo da cintura para cima estava preto como o carvão.

Os melhores médicos e cirurgiões da cidade foram imediatamente chamados, mas vendo que ela estava condenada, e que toda a sabedoria deles não valia de nada, foi chamado consequentemente o médico da alma, um respeitável sacerdote, com o fim de a preparar para o outro mundo; e a própria dama, vendo que não valia a pena continuar a disfarçar, confessou que por duas vezes convenceu a sua criada, Ansilva, a tentar envenenar a sua irmã, e que ela depois tinha dado a Sermiata cem ducados para envenenar Ansilva, pedindo agora de todo o coração perdão a Deus, e pareceu morrer com grande penitência pelas suas ofensas passadas.

Vilarezo e Aliphanta, os seus idosos pais, sofreram muito com a sua morte, mas ainda mais pela maneira como se deu, e especialmente com o conhecimento dos seus crimes horríveis, que eles tinham vergonha de contar ao mundo; mas, porém, a isso foram forçados, para que Sermiata, esse agente do inferno, pudesse ser trazido perante a justiça para receber o castigo apropriado às suas iniquidades. Apelaram portanto aos juizes criminais, que ordenaram a sua prisão; ele estava nesta altura a divertir-se e a festejar no casamento de Isabella, quando chegou a noticia da súbita morte de Catalina, que espantou toda a gente, mas especialmente Sermiata, cuja consciência o insultava e cujo medo lhe sugeria o receio de ela ter feito algumas revelações, e julgou aconselhável fugir e tomar providências para a sua segurança pessoal, mas foi impedido neste desígnio pelos oficiais, que, nesse instante irrompendo pela casa, o prenderam.

À tarde, os juizes interrogaram-no sobre o envenenamento de Ansilva, e sobre os cem ducados que

tinha recebido por esse serviço de Catalina, que ela confessou no seu leito de morte; mas ele negou as duas coisas, com muitos juramentos e horríveis imprecações; contudo estes não valeram de muito, pois os juizes ordenaram que fosse torturado, o que fez com que confessasse a sua culpa, e foi condenado à forca, o que foi feito consequentemente na manhã seguinte, em frente da casa de Vilarezo, numa forca erguida de propósito, e morreu desesperadamente sem arrependimento e sem perdão a Deus ou ao homem.

A confissão e a morte de Catalina não conseguiu obliterar e apagar a malícia de Berinthia em relação ao seu irmão Sebastiano, visto que a lembrança do seu querido Antonio ainda estava fresca nos seus pensamentos, e a amada memória dele sempre presente. É verdade, Sebastiano era seu irmão, mas também era verdade, pensou para si própria, que Antonio, se ele não o tivesse morto, estaria numa relação mais próxima dela, a de marido. Ela tinha jurado vingança, e por isso usou o seguinte método para a satisfazer; mais ou menos dez dias depois da morte de Catalina, arranjou uma faca comprida e afiada, e escondeu-a na manga do vestido, entrou no quarto do irmão uma manhã muito cedo, com o seu alaúde na mão, resolvendo, se ele estivesse acordado, dizer-lhe que tinha vindo desejar-lhe os bons dias com uma lição no seu alaúde; quando o encontrou profundamente adormecido, colocou o instrumento musical sem barulho ao pé da janela, e tirando o instrumento da sua vingança, não se contentou em cortar-lhe a garganta de orelha a orelha, mas depois apunhalou-o várias vezes no corpo, e tão perto do coração quanto possível.

Este pobre senhor virou-se duas vezes na cama, mas nunca mais falou ou se mexeu: esta desgraçada irmã, pegando em seguida no alaúde, saiu suavemente do quarto, porém não tão levemente que Phillippo, o pagem de Sebastiano, que dormia num quarto perto dele, ouvindo um ruído, não saltasse da cama, e levando a sua capa ao ombro, e o florete na mão, correu mesmo a tempo de ver Berinthia entrar no seu quarto, e fechar a porta atrás de si; depois, correndo para junto do leito do seu amo, avistou o corpo massacrado, o que o fez gritar de tal maneira que alarmou a casa toda. Berinthia imediatamente tirou o seu vestido exterior de tafetá todo salpicado de sangue, e embrulhando nele a faca ensanguentada, colocou as duas cousas em segredo na cadeira de doente com fundo falso, e assim esperou a vinda do pai e da mãe, que não demoraram muito a ouvir a triste noticia do assassinio do filho que os levou ao seu quarto, onde Berinthia também veio, toda lavada em lágrimas. Toda a

gente ficou estupefacta ao ver este destroçado e sangrento cadáver; e os criados voaram de um lugar para o outro à procura do assassino, mas não encontraram ninguém, nem vestígios de gotas ou manchas de sangue: mas Phillippo, o pagem, gritou que receava ter sido Berinthia a assassina do seu amo, pois a vira fugir para o seu quarto quando ali fora. Vilarezo e a sua mulher Aliphanta, ficaram duplamente espantados ao ouvir este relato; Berinthia não se mostrou de maneira nenhuma atemorizada por ele, mas afirmou, que também ela ouvira qualquer barulho no quarto do irmão, o que a fez levantar-se e vir à porta, e ao ver Philipppo, estando ela com a roupa de dormir, achou que convinha à sua modéstia regressar ao quarto. Por agora todos acreditaram nas suas palavras, e nas circunstâncias da sua desculpa, mas não quiseram proclamar a sua inocência até revistarem o seu quarto, e cada baú e arca lá dentro, onde não encontrando nenhuma faca, estilete ou outra arma ofensiva, o pai e a mãe estavam prontos a inocentá-la, mas Deus não: porque os juizes criminais tendo sido postos a par do sucedido, e indo ver o cadáver, quando ouviram o que Philipppo tinha a dizer, e consideraram as circunstâncias do amor dela por Antonio, e deste ter sido morto pelo irmão dela, tiveram uma suspeita tão forte de Berinthia, que a mandaram prender, sem tomar em consideração as lágrimas dos seus pais; e deram-lhe até ao dia seguinte para considerar a resposta que lhes iria dar.

Por esta altura já toda a cidade de Aveiro estava cheia de boatos com a notícia deste assassinio sangrento e contrário às leis da natureza; todos lamentavam a morte de Sebastiano, que era um cavalheiro verdadeiramente nobre e generoso, mas o pai e a mãe dele estavam quase loucos com os infortúnios que desabavam com tanta rapidez sobre eles, um atrás do outro: não se mostravam decididos a acreditar, mas receavam bastante que a sua filha Berinthia fosse a assassina do irmão.

Na manhã seguinte os juizes mandaram buscar Berinthia, que veio acompanhada pelos pais e familiares, para ser interrogada, e foi confrontada por Philipppo; ela foi firme na sua negação, e os juizes encontraram algumas circunstâncias, mas não havendo nenhuma prova conclusiva contra ela, foi condenada a ser torturada; mas um dos juizes compadecendo-se da sua linhagem, juventude e beleza, por muito que detestasse o crime de que ela era acusada, pediu que o seu quarto fosse mais cuidadosamente revistado antes de ela ser submetida à tortura. Este pedido foi ouvido e aprovado. Ele e dois amigos dela dirigiram-se à casa de Vilarezo, e ao quarto de Berinthia,

onde, tendo revistado com muito cuidado todos os outros lugares, chegaram finalmente à cadeira de doente, a qual, não havendo chave, foi aberta à força, e encontraram o vestido ensanguentado dela, no qual estava embrulhada a faca demoníaca, com a qual ela perpetrara este assassinio desumano no corpo do seu único irmão.

Assim que estas provas foram produzidas contra si, ela confessou o seu crime, com muitas lágrimas e arrependeu-se do que tinha feito, acrescentando, que o seu amor por Antonio a tinha incitado a esta vingança na pessoa do seu irmão.

E, por conseguinte, suplicou aos juizes que tivessem compaixão da sua juventude; mas este era um crime demasiado infame para ser admitida qualquer desculpa, e foi proclamada a sentença, «Que na manhã seguinte fosse enforcada na praça pública».

Todos louvaram a Deus pela descoberta deste triste assassinio, e pela condenação da execrável assassina; e aqueles que antes consideravam a sua juventude e beleza com compaixão, agora viam o seu crime hediondo com ódio e abominação: os que aplaudiam a sinceridade da sua afeição por Antonio, estavam no entanto chocados com a sua malícia e crueldade para com o irmão: mas, O! que sofrimento podia ser igual ao daqueles pais? cuja idade era vencida com uma tal variedade de aflições, de tal modo que os fizeram desejar estar enterrados, ou que os seus filhos nunca tivessem nascido. Já tinha experimentado o sofrimento mais amargo pela morte da filha Catalina, depois do filho Sebastiano; mas quem podia expressar a agitação da sua mente ao pensar que esta, a sua última e única filha, iria acabar os seus dias de uma maneira tão ignominiosa? a morte desta por enforcamento, imaginavam, iria lançar uma marca tal no esplendor do seu sangue antigo, que o tempo nunca conseguiria apagar; portanto experimentaram todos os meios mortais para conseguir mudar a sentença da filha para outra mais honrosa; e, por fim, pelo grande interesse demonstrado por eles, e em consideração à sua alta posição, à juventude e beleza da jovem, e com algum respeito pela sua fervente admiração por Antonio, os pais levaram a melhor até certo ponto, pois embora a força tenha sido levantada, e quase toda as pessoas de Aveiro se tivessem reunido para ver a execução, a sentença foi alterada para a de ser aprisionada entre duas paredes, e aí com uma alimentação reduzida acabar o resto dos seus dias, que na verdade foram poucos, pois não estando acostumada a estar confinada num lugar tão apertado, juntamente com os problemas de ansiedades da sua mente, adoeceu com icterícia, e

depois uma febre muito alta, que pôs fim aos seus dias miseráveis.

Vejam! estes foram os amargos frutos da vingança e assassinio que os criminosos foram forçados a experimentar, pelo justo julgamento de Deus, e nos quais, quando no calor da sua juventude, e no apogeu da sua iniquidade, pouco pensaram. Pelo espectáculo desta grande profusão de sangue, na verdade por todos

aqueles deploráveis acontecimentos, se dirigirmos as nossas contemplações e afeições da terra para o céu, passaremos a nossa vida de mortais em paz neste mundo, como verdadeiros Cristãos, e filhos de Deus eterno, e conseqüentemente sermos recompensados, pelos méritos do nosso Redentor, com uma coroa gloriosa de felicidade imortal no reino que há-de vir.



Águeda, dos Ferreiros do séc. XVI às oficinas de Novecentos

UMA LONGA TRADIÇÃO ARTESANAL

Deniz de Ramos

OS TOMBOS DO HOSPITAL E DA IGREJA

A existência de mesteirais em Águeda está copiosamente documentada nos Tombos do Hospital ⁽¹⁾ e da Igreja ⁽²⁾, nos séculos XVI e XVII. Estas duas colecções são, pois, documentos do maior interesse para se avaliar o desenvolvimento que o escasso aglomerado rural, referenciado em 1017 como o **Casal de Lausato**, conheceu a partir do rio e do seu porto de Santa Eulália e do cruzamento de importantes vias de comunicação.

O núcleo de mais forte concentração demográfica consistia, em quinhentos e seiscentos, na amálgama do bairro da Igreja e dos lugares do Barril, da Ponte e da Venda Nova. Aí instalavam-se burgueses, mercadores, mesteirais e camponeses. Estes, que os diplomas não individualizam, por mais humildes, decerto, aglomerar-se-iam na zona ribeirinha, com um pé no rio, outro nas hortas, nas pobres casas térreas ou sobradadas com as cheias a invadir os seus balcões.

É precisamente nesta área que as informações dos Tombos situam a actividade artesanal.

Como seria o povoado de Águeda nos finais da época medieval?

Segundo Costa Lobo, «nos princípios do século XV, Portugal pode descrever-se como um vasto matagal, entresachado, afora algumas cidades e vilas, de pequenas povoações, circundadas de breves arroteas» ⁽³⁾. Estas, com excepção das lavras nos vales irrigados, faziam-se à custa de queimadas na farta vegetação florestal com um tal furor incendiário que obrigou à intervenção régia. Uma enorme coutada, que de acordo com Costa Lobo ainda existia em 1483, abrangia as gândaras que rodeavam a vila de Aveiro, continuava até Águeda na largura de uma légua e descia pela lagoa de Mira

até ao Mondego. Aí se multiplicavam veados, corças e outra caça grossa. Nesse espaço rareava a população que, como de resto em todo o país, se adensava ao redor das cidades, vilas e aldeias. Os principais centros populosos eram Lisboa, Évora, Porto, Santarém, Beja e Elvas, com larguíssima vantagem para Lisboa com os seus 50 mil habitantes em 1500 e 100 mil em 1550. Essas assimetrias levaram Ruy de Pina a caracterizar o país como sendo constituído de aldeias e desertos. O levantamento geral do Reino de 1527 dá para as cinco províncias cerca de um milhão e duzentos mil habitantes. A província da Estremadura, que das Terras da Feira atingia Lisboa, apresentava 48 370 fogos, ou seja, cerca de 194 mil habitantes, sem contar com a população da capital. A vila de Aveiro não ultrapassaria os quatro mil e o seu termo cinco mil habitantes. Águeda, do termo de Aveiro, teria uma população de 800 habitantes.

Como em todos os burgos medievais, as suas ruas seriam estreitas e tortuosas, de casas construídas de adobes e madeira, de chão térreo e algumas já sobradadas, com escassas e reduzidas janelas. Atrás das casas estendia-se o quintal com os currais para o gado, árvores de fruto e parreiras. O barro era normalmente utilizado na construção das habitações, o que levou um viajante quinhentista, que fez uma descrição de Portugal entre 1578 e 1580, a escrever que «todas as cidades do Reino são pouco agradáveis, todas fracas, todas sujas e todas mal edificadas» ⁽⁴⁾. Águeda, para mais aldeia rural, não deveria fugir à regra geral, com montureiras defronte das portas, insalubre e suja. Mesmo assim, impressionaria favoravelmente os forasteiros. O florentino Juan Bautista Gonnafaloni, que secretariou um ilustre peregrino em viagem a Santiago de Compostela em 1594, parou em

Águeda para almoçar e deixou-nos uma descrição assaz lisongeira ⁽⁵⁾. Considerou Águeda como uma das maiores e principais aldeias de Portugal, constituída por muitas e boas casas, campos formosos e férteis e uma boa ponte enquanto que a Mourisca teria vinte ou trinta casas que eram pobríssimas cabanas e Albergaria era uma aldeia de cem casas pequenas e pobres. O memorialista não faz qualquer referência à actividade artesanal. Pelo contrário, o esforço dos trabalhos agrícolas sensibilizou-o a ponto de deles dar saborosa descrição: «O terreno é negro e tão duro que o lavram com dez e doze bois; e é preciso lavar fundo. À frente vai um homem com dois bois para abrir o terreno, arrancar a erva e fazer o sulco e atrás seguem-no o arado puxado por seis juntas de bois. Os homens cantam-lhes, chamam-lhes pelo nome, porque de outra forma os bois não lavram. Os arados têm rodas pequenas».

Os documentos dos Tombos, e em particular o da Igreja, de certo modo confirmam a opinião do cronista quinhentista. Esta aparente prosperidade, e talvez por isso, não trouxe a Águeda o foral manuelino que outras aldeias limítrofes receberam no primeiro quartel do século XVI. Os moradores, e entre estes os comerciantes e mesteirais, acostavam-se interesseiramente aos seus donatários (Coroa, Casa de Aveiro, eclesiásticos e titulares) para se eximirem, através dos privilégios dos vínculos, aos encargos, serviços e fintas a que o concelho os sujeitaria. Disso mesmo se queixaram ao rei, nas Cortes de Évora de 1444, os procuradores de Aveiro: «em agueda nom podemos achar nenhumas pessoas que ssejam oujdores nem Jurados que todos teem preujlegios E a terra he Defraudada do seu Direito. a esto conpre que tornees. em tall. gujsa que se faça uosso seruiço E a terra sseja guardada E posta em Justiça E farees seruiço a deus E a nos mercee» ⁽⁶⁾.

Sob o ponto de vista jurisdicional reinava grande confusão, em especial entre os séculos XV e XVIII, com partes do seu território sujeitas a diferentes alçadas, como refere Costa Lobo: «a sua jurisdição pertencia a quatro senhorios, de sorte que sucedia apelarem os vizinhos para diferentes ouvidores, segundo o lado da rua em que habitavam» ⁽⁷⁾. Assim, Paredes, Barril e parte da Venda Nova pertenciam a Paus; o aglomerado central era termo de Aveiro; Além da Ponte estava dependente de Recardães e a nascente, desde 1514, incluía-se no concelho de Assequins. Para o Conde da Borralha ⁽⁸⁾ esta complicação jurisdicional, para lá dos embaraços e incó-

modos que provocava nos moradores, manifestava, por outro lado, forte interesse pela propriedade fundiária, dando lugar a intensa fixação em região de reconhecida fertilidade agrícola e excepcional localização geográfica. Recardães, entre toda a **riba de Agada**, pela densa ocupação em propriedade parcelada, confirma-o exuberantemente na importância social dos seus donatários, desde bastardos reais à Casa de Aveiro. A posse da terra e o aceno do comércio, que as facilidades de comunicação favoreciam, diversificaram essa ocupação, resultando daí o progressivo aumento populacional que se foi verificando ao longo dos anos. Serafim Soares da Graça assinala, a propósito, que «a partir do séc. XVII aparecem nos registos paroquiais muitos apelidos que não achamos na nossa terra em épocas anteriores». E enumera um vasto conjunto de famílias que em Águeda se fixaram, licenciados, burgueses e artesãos: Pereira Guimarães, Melos, Sousa Ribeiros, Curas, Pintos, Rachões, Rezendes, Macedos, Pinheiros, Soares, Paivas, Pinhos, Barretos, Xavieres da Silva, Larés, Gouveias, etc., etc. Isso mesmo já se nos depara em 1533 na presença de mercadores de Aveiro ⁽⁹⁾.

Em 1533, o muito poderoso e muy emselemte **Rei dom João treseiro do nome** mandou fazer no lugar de **ageda da nobra villa de Aveiro** o tombo dos bens, propriedades, heranças e rendas do Hospital. O original não chegou aos nossos dias mas encontra-se transladado no Tombo de 1639 que o Desembargador de Sua Magestade, Lourenço Pereira da Gama, fez elaborar por ordem de Filipe III.

As propriedades do Hospital localizavam-se num espaço que, grosseiramente, poderemos delimitar por uma linha que, saindo do Botaréu, atravessava a R. de Cima (a R. Luís de Camões actual), por alturas da Viela dos Padres, em direcção ao Adro e daí voltasse para poente até ao bairro do Barril e pela R. de São Bento chegasse de novo ao rio, junto ao Cais das Laranjeiras, «porto do Hospital». Segundo o Capitão José Maria Coutinho, que utilizou um trabalho do Conde da Borralha, o Hospital possuiria 42 casas, das quais 17 térreas e 25 sobradadas, em cujo número se incluíam hortas e vinhas. Cremos, no entanto, que houve erro na definição do património da instituição. Só no Tombo Velho são documentadas 57 propriedades, entre casas térreas, sobradadas, hortas, vinhas, palames, e alcaçarias. Refere ainda aquele autor que o Hospital recebia de foros e rendas dos 39 enfiteutas 2815 reis anuais, pagos «pelo São Martinho de

Setembro». E assinala como foreiros 9 artífices. Pelo nosso lado, encontramos como foreiros do Hospital, em 1533, sete mesterais (2 alfaiates, três sapateiros e 2 ferreiros) e em 1639 seis (dois sapateiros, 1 ferreiro, 1 serralheiro, 1 alfaiate e 1 forneiro), conforme se pode concluir da descrição das propriedades por que pagavam foros os artífices aguedenses. (Ver QUADRO I). De qualquer forma, este património afigura-se-nos significativo para o pequeno burgo da época, demonstrando a riqueza da instituição, que justificava plenamente o tombamento da sua fazenda. Esta resultaria, decerto, de uma pia doação de vasta propriedade rústica feita ao Hospital em período muito anterior. Recorde-se que, por um diploma de D. Afonso V, de 18 de Novembro de 1445, se conhece a existência da Albergaria de Águeda, certamente predecessora das casas dos **albregeiros e ospitaleiros**: o rei nomeia Afonso Anes seu Provedor e Administrador. A passagem da Rainda Santa Isabel por Águeda, no regresso de uma peregrinação a Santiago de Compostela, — facto que um anónimo registou com letra do século XVIII junto a uma verba do Tombo Velho que a tradição mantinha como doação daquela Rainha — indicia igualmente essa antiguidade ⁽¹⁰⁾.

Entre os foreiros do Hospital, ou a este ligados, encontramos mercadores, titulares, clérigos, tabeliões, burgueses, licenciados, decerto também lavradores e numerosos artífices. Destes, que nos importam mais no momento, alguns emprazavam várias parcelas, como são os casos do sapateiro João Fernandes da Ponte, do ferreiro Jorge Pires e do serralheiro Manuel Duarte. Este, aliás, possuiria mais fazenda de sua própria propriedade. Significa isto que a classe mestreal beneficiava já de notória prosperidade no acanhado burgo medieval.

A documentação, além de referenciar artífices foreiros, dá-nos notícias de outros profissionais a quando da confrontação dos prédios. Temos, pois, para o período entre os anos de 1533 e 1639 os seguintes homens dos ofícios: ferreiros (Manuel Gonçalves, António Pires, Jorge Pires, Martins Fernandes, Diogo Fernandes, Gonçalo Moniz, Diogo Moniz e João Soares), sapateiros (João Francisco, Domingos Ferreira, João Fernandes, Lionel Fernandes e Álvaro Fernandes), serralheiro (Manuel Duarte), alfaiates (Gonçalo Afonso, Pedro Anes e Francisco Fernandes). Documenta-se ainda o forneiro Sebastião Rodrigues e o lagareiro Mateus Fernandes, além de duas alcaçarias e três palames, de que eram proprietários, em 1533, Leonel Fer-

nandes e João Fernandes da Ponte. O terceiro palame, de existência anterior, terá pertencido aos antecessores do burguês Fernão de Pinho. Esta referência do Tombo é a única documentada que possuímos sobre a actividade artesanal que se exerceu em Águeda antes de 1533.

Estes 19 mesterais talvez não sejam número exorbitante para o período de um século. Se, porém, acrescentarmos os que o Tombo da Igreja assinala e tendo em atenção a natureza do povoado da época e o conhecimento de outras regiões, porventura mais evoluídas, então tal número já se nos apresenta bastante relevante. E é crível admitir-se a existência de outros oficiais que não seriam foreiros do Hospital e da Igreja. O que, antes de mais, nos chama a atenção é a quantidade de trabalhadores do ferro: 12 ferreiros, contando com os quatro documentados nos foros da Igreja, e 2 serralheiros, pertencendo um a este último Tombo. A ausência de referências a oleiros e barristas, que forçosamente existiriam na região, pode justificar-se pelo facto das propriedades do Hospital e da Igreja se situarem em perímetro urbano. Também se não assinalam ofícios têxteis embora nas Cartas de Habilitação do Santo Ofício se dê notícia, em 1619, da existência de um mercador de panos de linho, de nome João Luís, lavrador de linho na Arrancada e daqui também é o sapateiro e cardador Manuel Martins, compadre daquele. Nomeia-se igualmente um mercador de panos de lã em 1695, em Paradela, Manuel Rodrigues. (A tradição têxtil na Arrancada é, na verdade, bem antiga como em outras fontes se documenta).

As maiores concentrações oficiais localizavam-se num círculo compreendido entre o Outeiro da Igreja, ou seja, a zona vizinha à Igreja de Santa Eulália, as ruas de Cima (que no Tombo do Hospital não é referida por esse topónimo mas, sim, como R. pública embora no Tombo da Igreja já receba aquele nome), de Baixo, do Adro (a Rua da Ponte ligava-se à Rua de Baixo por um arco e um pequeno arruamento) e Rua da Ponte. Aqui tinham as suas tendas, entre outros, os ferreiros Gonçalo Moniz, Diogo Moniz, Jorge Pires e Martins Fernandes. Em outra área, a poente desta, compreendida entre o caminho que vai para Paredes, Rua dos Pelames, Rua da Cal, Caminho do Vale e Rua do Barril ou estrada que vai para Paredes — isto é, o bairro do Barril, disperso, com casas, hortas e vinhas —, ficavam as forjas dos ferreiros Manuel Gonçalves, João Soares e António Pires, além de palames e alcaçarias.

QUADRO I – ARTÍFICES FOREIROS DO HOSPITAL

FOREIRO	MESTER	FORO ANUAL (reis)	ANO	FOREIRO	MESTER	FORO ANUAL (reis)	ANO	DESCRIÇÃO
João Fernandes da Ponte	Sapateiro	45	1533	Manuel Duarte	Serra-lheiro	45	1639	Casa sobradada a norte da R. da Ponte
João Fernandes da Ponte	»	40	»	João Soares (a)	Ferreiro	40	»	Casa térrea na R. da Cal / estrada p. ^a Paredes
João Fernandes da Ponte	»	20	»	Francisco Ferreira	—	20	»	Horta no Barril
João Fernandes da Ponte	»	10	»	Padre Tomé Lopes	—	10	»	Alcaçaria e palame no Barril (Vale)
João Fernandes da Ponte	»	60	»	Francisco Henriques	Mercador (?)	60	»	Vinha e curral de gado no Barril
João Fernandes da Ponte	»	30	»	Isabel Pinheira e Antónia Duarte	—	30	»	Casa térrea na Rua da Ponte
Jorge Pires	Ferreiro	50	»	António Tomé	—	50	»	Casa sobradada junto à Vela dos Padres
Jorge Pires (a)	»	100	»	João Pinto Pinheiro	—	100	»	Casa sobradada na Rua da Ponte
Jorge Pires	»	20	»	João Cerveira da Cunha	—	20	»	Casa térrea à entrada da Rua de Baixo
Jorge Pires	»	20	»	Baltazar Jorge	—	20	»	Horta no Barril
Diogo Moniz (b)	Ferreiro	60	»	Sebastião de Macedo Pinheiro (c)	—	60	»	Casa sobradada na Rua da Ponte
Diogo Moniz (b)	»	15	»	Isabel Francisca	—	15	»	Casa no Outeiro da Igreja, junto ao quintal da Igreja
Gonçalo Moniz Pinheiro (a) (b)	Ferreiro	70	»	Catarina Gomes	—	70	»	Casa sobradada na Rua do Arco (dá para a Rua de Baixo e da Ponte); tem balcão a formar o arco
Gonçalo Afonso	Alfaiate	60	»	João Francisco	Sapateiro	60	»	Casa térrea entre a viela dos Padres e a Rua Pública (de Cima)
Gonçalo Afonso	»	10	»	Isabel Jorge Lázaro Pires	—	10	»	Casa térrea a norte do Hospital, no caminho de Paredes
Álvaro Fernandes (d)	Sapateiro	45	»	Manuel Duarte	Serra-lheiro	45	»	Casa sobradada na Rua da Ponte
Lianor Moniz (b)	—	45	»	João Francisco (e)	Sapateiro	45	»	Casa térrea, depois sobradada na R. Pública (R. de Cima).
Pero Anes da Arrancada	Mercador (?)	45	»	Domingos Ferreira (e)	Sapateiro	45	»	Casa térrea, depois sobradada, no mesmo local da anterior
Fernão de Pinho	Mercador (?)	30	»	António Pires Manuel Duarte	Ferreiro	30	»	Casa sobradada, id.
Lionel Fernandes	Sapateiro	45	»	Manuel da Fonseca	—	45	»	Casa sobradada na Rua da Ponte
Lionel Fernandes	»	60	»	Madalena Pinheira e Maria Pinheira	—	60	»	Casa sobradada na Rua da Ponte
Lionel Fernandes	»	10	»	Francisco Henriques	—	10	»	Palame e alcaçaria no caminho dos Pinheiros
Martim Fernandes (a)	Ferreiro	40	»	Maria Nunes	—	40	»	Imediações das ruas da Ponte, de Baixo e da Pública (de Cima)
Hospital	—	45	»	Francisco Fernandes	Alfaiate	45	»	Casa térrea na Rua da Cal

FOREIRO	MESTER	FORO ANUAL (reis)	ANO	FOREIRO	MESTER	FORO ANUAL (reis)	ANO	DESCRIÇÃO
Pedro Anes	Alfaiate	50	»	Maria Gaspar ~	—	50	»	Casa sobradada na R. da Cal ou Barril, dando p. ^a caminho p. ^a o rio
Diogo Gonçalves	—	10	»	João Soares	Ferreiro	10	»	Horta, depois casa onde está a tenda; R. da Cal
—	—	—	—	Sebastião Rodrigues	Forneiro	?	»	Casa do Forno no Outeiro da Igreja, no caminho que vai para a Igreja
—	—	—	—	João Francisco	Sapateiro	15	»	Três casinhas térreas no caminho dos Pinheiros p. ^a a Ig. ^a (R. da Cal)

(a) — O documento especifica que é aí que tem a tenda.

(b) — O Conde da Borralha, e o Cap. Coutinho segue-o, transcreveu Diogo Miz e Gonçalo Miz por Diogo e Gonçalo Martins. A leitura correcta será Diogo e Gonçalo Moniz porquanto por aforamento de umas casas térreas a Martim Fernandes lê-se inequivocamente, por extenso, o nome do ferreiro Diogo Moniz. Nesse mesmo documento são também usadas as abreviaturas para os dois. Corrigiu-se, por analogia, Lianor (Leonor) Moniz.

(c) — Degradada (em pardieiro) em 1639.

(d) — A nascente desta possui outra casa que não é foreira do Hospital.

(e) — Sobradada em 1639.

É de 1634 o Tombo das propriedades que pertencem a igreja de santa Eullallia deste llugar dagada que esta no termo da villa de aveiro que se (fez) por provizam de sua Magestade a requerimento do reverendo pero rodrigues pinto prior da dita igreja. Trata-se duma fonte preciosa para o conhecimento da história de Águeda em virtude dos avultados bens que a Igreja de Santa Eulália possuía. Nas 151 folhas do Tombo assinalam-se numerosíssimos foreiros, fornecem-se informações sobre a toponímia (ruas, lugares e sítios) de uma vasta área, o que torna esta documentação do maior interesse. Sobre o tecido social a informação é copiosa. São referenciados dignidades eclesiásticas e administrativas, portadores de títulos académicos, burgueses, lavradores e artífices.

Há uma diferença significativa entre este Tombo e os do Hospital no que respeita à descrição da fazenda eclesiástica, aqui objecto de apresentação muito mais pormenorizada. Assim vamos encontrar, ao nível da sucessão familiar, informações que ajudam a uma mais clara leitura do Tombo do Hospital de 1639, exactamente por serem coevos. No entanto, para a área que mais nos importa, a documentação não abunda em referências a muitos mesterais, o que poderá significar, como é convicção nossa, que os ofícios se centrariam nas zonas próximas do rio, nas ruas atrás mencionadas, onde a Igreja possuiria menos propriedades. Em abono desta ideia verifica-se que os artífices referidos como foreiros da Igreja se localizam nos

perímetros que apontámos para os dos actos do Hospital. Vejamos. São assinaladas duas tendas de ferreiros, uma de Amaro Manuel no caminho de Águeda para Paredes e outra, de António Martins, no Barril. Uma outra tenda de ferreiro está no Caminho da Fonte, fora, pois, dessa área. Já a oficina de alfaiate de António Fernandes se situa no Barril enquanto a de António Francisco funciona no aglomerado da Igreja, nas imediações do Adro, bem como um serralheiro, de nome Sebastião Coelho, e o sapateiro Manuel Rodrigues. O barqueiro João Fernandes é foreiro no caminho que vai para Paredes, na zona ribeirinha portanto, e o canastreiro António João nas lapas da Igreja. Os documentos referem ainda moleiros (a mulher e os filhos de Sebastião Fernandes, Pedro Martins em Assequins e um moleiro na Borralha) e um carpinteiro, Pero Fernandes, em Assequins⁽¹¹⁾. À margem de vários documentos são referenciados ainda os alfaiates Pero Fernandes, o Bisalho, e Manuel André e o ferreiro Pero João, além do ferrador João Pinheiro.

Como se vê, estas duas colecções oferecem matéria valiosíssima para o levantamento do tecido social aguedense e, no caso particular dos ofícios, dão-nos as primeiras informações documentadas sobre a existência de um avultado número de mesteres nos séculos XVI e XVII. Permite-nos, inclusivé, falar de tradições artesanais mantidas na mesma família e, o que é extremamente relevante, apontar para uma acentuada vocação da arte do ferro.



FORJA DO SÉCULO XVI
PINTURA DE HENRI BLES (Bouvignes, cerca de 1540 - 1550)
MUSEU DEL UFFIZI, FLORENÇA

No período de um século são referidos nos dois Tombos nada menos de 14 mesterais ferreiros e serralheiros, número muito superior ao dos restantes ofícios. Tratar-se-á de uma tendência artística que os anos posteriores irão confirmar, decerto ligada e subordinada às características do povoado medieval com perfil agrícola e comercial. Repare-se que a maior parte da obra produzida se destinaria a fazer face às necessidades do amanhã da terra de uma vasta região fértil que o rio e as vias de comunicação alargavam.

Estas duas recolhas fornecem-nos ainda preciosa informação sobre a estrutura e perfil da população, o desenho urbanístico do aglomerado e, como vimos, as áreas de ocupação dos diversos grupos sociais. Serafim Soares da Graça sumariamente já procedeu a esse trabalho. Artesãos e população mais directamente relacionada com as fainas fluviais e comerciais, pescadores, barqueiros, sardinheiras e regateiras da praça, tendeiros e vendedores, fixaram-se na zona ribeirinha, do Barril à Rua de Baixo, isto é, junto ao rio e à estrada real, a antiga via romana e mourisca; em Além da Ponte, as pousadas para pouso de almocreves da serra e viajantes e as tendas dos ferradores; pelas

ruas de S. Pedro, da Fonte, da Capela e Venda Nova teriam assento as melhores casas pertencentes às pessoas gradas⁽¹²⁾.

O rio e as vias de comunicação medievais imprimiram à Águeda uma relativa importância de cariz mercantil, o que concorreria para o florescimento da actividade artesanal. As razões que levam à organização do Tombo do Hospital são bem esclarecedoras nesse aspecto: **ser de importância o dito Hospital por razão de estar na estrada maior do Reino.** Outro tanto sucede com a construção de uma nova ponte sobre o rio Águeda, mandada construir por alvará de Filipe II de 3 de Agosto de 1624⁽¹³⁾. A ponte existente, para a qual a Chantre Gonçalo Gonçalves em 1262 e seu sobrinho, Bispo do Porto, em 1298, largamente haviam contribuído⁽¹⁴⁾, encontrar-se-ia, ao tempo, invadiável. O rei foi sensível às razões dos oficiais da vila de Aveiro, a cujo termo Agueda pertencia (**constou ser muito necessário fazer-se a dita ponte de todo, por dela haver muita necessidade, por ser estrada muito frequentada de gente para as comarcas deste reino**). Filipe II lançou fintas quase a nível nacional e exigiu rapidez na sua execução. Desta se encarregou o mestre de obras Manuel Simões, morador em Águeda e referenciado

no Tombo da Igreja. Anote-se, pois, outra profissão, mestre de obras e pedreiro, que veremos desenvolvida ao longo dos anos, na construção de casas e capelas.

Não é impunemente que as tendas se localizam na área de influência desses dois vectores de desenvolvimento local. Por motivos semelhantes, na estrada de penetração para as Beiras haveria de surgir a Póvoa dos Ferreiros, a actual A-dos-Ferreiros, topónimo que nos leva admitir a existência aí de uma florescente indústria.

Porque nunca foram objecto de publicação, ao contrário dos documentos do Hospital, em apêndice

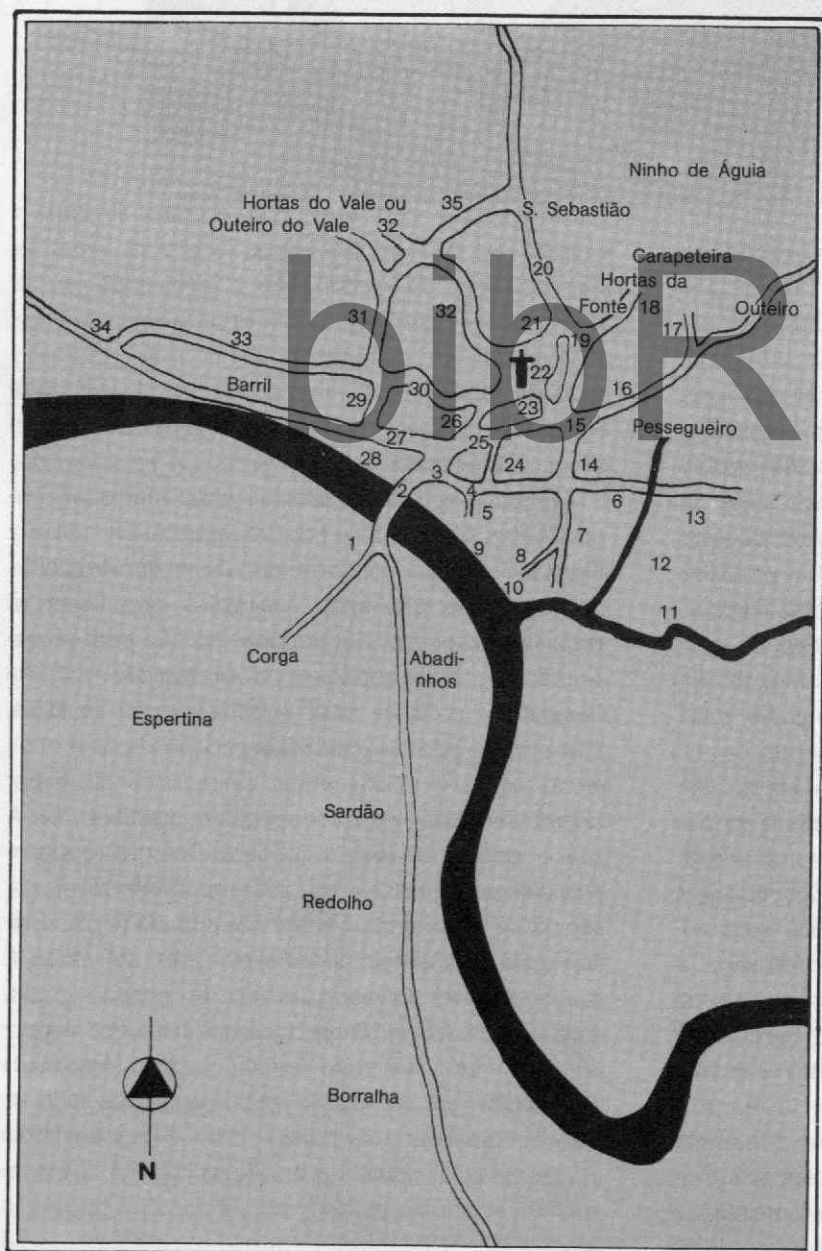
transcrevem-se alguns actos onde se faz referência aos ofícios e artífices, ficando para melhor oportunidade a transcrição total do Tombo.

REGIMENTO DOS OFÍCIOS E CARTAS DE EXAMINAÇÃO

Na planta de Águeda, que reconstituímos para o período entre 1533-1639, pode delimitar-se a área de implantação dos mesteirais. Essa ocupação é como vimos, um tanto dispersa embora privilegie a baixa ribeirinha, o bairro do Barril e a rua da Cal, o caminho que vai para Paredes, a Rua da

RECONSTITUIÇÃO DA PLANTA DE ÁGUEDA (1533-1639)

A PARTIR DA INFORMAÇÃO TOPONÍMICA DOS TOMBOS DO HOSPITAL E DA IGREJA



- 1 - ALÉM DA PONTE
- 2 - RUA DA PONTE
- 3 - RUA DO ARCO (Ligação com a Rua de Baixo)
- 4 - RUA DE BAIXO
- 5 - CARREIRO PARA O RIO
- 6 - RUA DA CANCELA
- 7 - VIELA PARA O RIBEIRO
- 8 - CARREIRO PARA O RIO
- 9 - BOTARÉU
- 10 - PORTO DO GRAJAL
- 11 - RIBEIRINHO
- 12 - RIBEIRO
- 13 - Caminho que vai p.ª ASSEQUINS
- 14 - RUA DIREITA OU DA CAPELA
- 15 - RUA DA PRAÇA
- 16 - RUA DE S. PEDRO OU DO OUTEIRO
- 17 - CAMINHO DOS PELAMES
- 18 - CAMINHO DA FONTE
- 19 - RUA DA FONTE
- 20 - RUA DA VENDA NOVA
- 21 - CAMINHO DO ADRO
- 22 - OUTEIRO DA IGREJA; ADRO
- 23 - CAMINHO PARA A IGREJA PELO PÉ DO MONTE CALVÁRIO
- 24 - VIELA ENTRE AS RUAS DE CIMA E DE BAIXO
- 25 - RUA DE CIMA
- 26 - VIELA DOS PADRES
- 27 - RUA DO BARRIL; tb. CAMINHO QUE VAI PARA PAREDES
- 28 - CAIS DAS LARANJEIRAS
- 29 - RUA DE S. BENTO
- 30 - RUA DA CAL; mais tarde RUA DOS PINHEIROS
- 31 - RUA DOS PELAMES; mais tarde RUA DOS PORCOS
- 32 - CAMINHO DO VALE
- 33 - CARREIRO PARA PAREDES
- 34 - CRUZEIRO DE PAREDES
- 35 - CAMINHO DE S. SEBASTIÃO PARA PAREDES

Ponte, de Baixo e de Cima e as imediações do Adro, paredes meias com a amálgama do Barril. Como se vê, não temos as ruas dos ferreiros ou dos sapateiros. Apenas a dos Pelames. A escassa população e o modesto perímetro urbano, aliados a uma débil especialização profissional, não justificaram a individualização toponímica, como, aliás, aconteceu em outros pequenos centros rurais onde era habitual o exercício de uma profissão mecânica ser complementado com trabalhos agrícolas. É visível, no caso de Águeda, o artesão cultivar os seus campos por intermédio dos seus familiares.

Em Portugal, o desenvolvimento artesanal acentuou-se nos séculos XIII e XIV, para crescer de forma mais sensível na centúria seguinte e tomar uma mais variada especialização. E é assim que nos grandes centros urbanos — e aí surgem as **Casas dos Vinte e Quatro** em Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Évora, Guimarães e Tavira — os mesterais aparecem arruados segundo os seus ofícios: pela lei do **arruamento** de 5 de Junho de 1391 D. João I, «para bom regimento e maior formosura e nobreza da cidade» autorizou a Câmara de Lisboa a «ordenar que morem todos os mesterais cada um juntos e apartados sobre si». Marcelo Caetano por isso, refuta a ideia do arruamento resultar de um motivo associativo espontâneo. Dessa forma facilitava-se a fiscalização dos almotacés e a recolha dos impostos e, por outro lado, juntando-se na mesma rua, os mesterais sentiam-se mais protegidos de violências e abusos e podiam controlar melhor entre si preços, qualidade da obra e concorrência, além de oferecerem maior comodidade ao público. Agrupados em confrarias e associações profissionais, as corporações, os mesterais dispunham de regimentos próprios que, aprovados pela Coroa ou pelos senados municipais, fixavam as normas orientadoras do exercício de uma profissão, desde a técnica do ofício, os preços, as sanções para os casos especulativos, a sua representação no poder municipal até à definição de ascensão na escala hierárquica do mester. Esta, nos termos dos regimentos reformulados em 1572, ordenava-se da seguinte forma: aprendiz, obreiro, oficial examinado e mestre de tenda. A transição a mestre fazia-se por exame, constituindo a aprendizagem na oficina do mestre um longo período de quatro, cinco ou seis anos⁽¹⁵⁾. (Veja-se uma Carta de exame do ofício de sapateiro, passada pelo Senado da Câmara do Porto, em 1800).

No caso dos mesterais de Águeda, de cuja existência nos dão notícia os documentos dos

Tombos, não conseguimos obter qualquer informação precisa relativa às suas habilitações ou ao seu enquadramento em corporações, menos ainda qualquer referência aos regulamentos por que se regulariam. Apenas se mencionam, as tendas (**caza temda de ferreiro de João Soares; húa caza tereira (...) empazada em fatiota pera sempre ao dito lorge Pires fereiro em que elle tem a temda de seu officio**) ou simplesmente a profissão. É de crer que nas tendas referenciadas trabalhassem, além do mestre, outros artífices, aumentando, pois, o número de pessoas envolvidas na arte e daí, e obviamente, a existência de normas regulamentadoras. Na tenda de um ferreiro, por exemplo, ao malhar-se o ferro, eram necessários dois malhadores: o do lado de fora empregaria o martelo grande enquanto o mestre, de dentro, utilizaria o pequeno. O mestre é que voltava as peças com a tenaz. Este seria o processo usual de trabalho nas forjas, como o relata Leite de Vasconcelos⁽¹⁶⁾, admitindo-se a presença de aprendiz ou aprendizes para os trabalhos menores e em regime de aprendizagem. Outro tanto aconteceria nas tendas dos mestres João Soares, Jorge Pires e na dos demais.

Os mesterais de Águeda deveriam estar enquadrados em corporações com sede em Aveiro, a cujo termo, como se sabe, pertencia. Vejamos um caso. Em Águeda é referenciado no século XVII o barqueiro João Fernandes, e outros haveria decerto, e são assinalados vários mercadores de Aveiro exercendo a sua actividade em Águeda em 1533.

É de aceitar que fizessem parte da Confraria de Nossa Senhora de Sá, criada pelos pescadores e mareantes de Aveiro no séc. XIII⁽¹⁷⁾. Esta confraria, que é objecto de diversos privilégios régios, manteve-se até 1855. Da análise da documentação dos seus tombos conclui-se da existência de normas regulamentadoras da actividade, extensíveis a pescadores e mareantes de toda a costa aveirense. Nos estatutos do séc. XV são referidos confrades de Ovar, Vagos e **João Afonso de além Vouga**. Por outro lado, nos estatutos de 1577 da Confraria, entre os confrades que assinam o compromisso, encontramos um Fernão d'Anes, que poderá ser, ou um seu descendente, o mercador de Aveiro Fernão de Anes que possuía em Águeda alguns haveres e por eles era foreiro do Hospital. Também foreiro, proprietário de uma vinha no Barril, em 1533, era Francisco Henriques, de Aveiro. É possível ligá-lo a um outro confrade que intervém no mesmo acto, de nome André Diogo Henriques. O proveitoso comércio fluvial que se fazia a partir de Aveiro,



CARTA DE EXAME DO OFÍCIO DE SAPATEIRO, PORTO 1800

Murtosa, Ílhavo e Ovar, subindo e descendo o rio, terá provocado a fixação destes mercadores, ligados àquela confraria, o que deveria ter acontecido com todos quantos se dedicassem em Águeda a actividades de pesca e mercância.

Outro caso: de um ferrador e alveitar de Aveiro, de nome Diogo Fernandes, conhece-se a Carta de examinação, datada de 21 de Agosto de 1694 e registada na Câmara de Aveiro a 7 de Outubro desse mesmo ano ⁽¹⁸⁾. Em Águeda, na primeira metade do séc. XVI, encontramos um Diogo Fernandes ferreiro, além de um outro familiar, Martim Fernandes, também ferreiro, e é de aceitar que o clã tivesse continuidade nos tempos posteriores como no-lo sugerem outros documentos. Não nos custa, pois, a admitir que o ferrador e alveitar procedesse do mesmo tronco tanto mais que, na

época, se vulgarizou a fixação, por ligações matrimoniais e familiares, de mesterais aguedenses em outros centros urbanos, em Aveiro, Coimbra, Porto e Lisboa.

É do seguinte teor o documento em causa, publicado com o n.º CL na **Colectânea de Documentos Históricos**, vol. II (1581-1792), edição da Câmara de Aveiro:

«**Livro dos registos da Comarca da Villa de Aveiro**»

1 (fl. 209 v) Carta de Exeminação de Diogo Fernandes ferrador.

Lourenço de Mendoça e moura Conde de Val de Reys do Con.º de S. Mag.ª senhor das villas de Val dos Reys Proua e Meada Alcaide mor da Cidade

de faro e das de Moura loule e Albofeira Comendador das Comendas de S. Saluador do Monte Coruada S.^{ta} Maria de villa Coua S. Miguel de Armamar e S.^{to} Andre de Thiozello Appozentador mor Almotace mor e Regedor das justiças neste Rejno e senhorios de Portugal etc.^a faço saber a todos os Corregedores Prouedores, Ouuidores Juizes justiças e pessoas a quem e perante quem esta minha Carta de Exeminação for apresentada e o conhecimento della com Direito Direitamente deua e haja de pertencer por qualquer modo via ou maneira que seja que por me constar q̃. Diogo fernandes morador em a villa de Aveiro hera examinado de officio de ferrador e Alueitar como mais largamente me Constou por Carta de sua Exeminação passada na Cidade de Coimbra q̃. fica em poder do Escriuão de meo Cargo e houue por examinado pello q̃. mando a todas as sobreditas justiças em geral e a cada hum em especial deixem uzar ao sobredito Diogo *fernandes* do officio de ferrador e Alueitar e por sua tenda em qualquer parte deste Reyno sem a isso lhe ser posto duuida nem Embargo algum sob pena de proceder na forma de meo Regimento Como me parecer justiça Dada nesta Cidade e Corte de Lx.^a debaixo de meo sinal e cello de minhas Armas aos vinte e hum Dias do mes de Agosto de mil seissentos e nouenta e quatro / (fl. 210) Annos e eu Nunno da silua e Basto escriuão da Almotacaria mor do Reino a fis e escreuj o Conde de Val dos Reis // Carta de Exeminação de Diogo *fernandes* do officio de ferrador e Alueitar Cumprasse e registesse Aveiro de Settembro 28 de 1694 Varella a qual Carta de exeminação eu Jorge Botelho Deça escriuão da Camera registei aqui da propia bem e fielmente sem Couza que duuida faça e a propia entreguei ao Dito Diogo *fernandes* que assinou aqui de Como a recebeo Aveiro sette de 8.^{bro} de 1694 Annos Jorge Botelho Deça a fiz e escreuj.

Diogo *fernandes*

Jorge Botelho Deça

Ainda outro caso. Há que aceitar como certo que a *Ordem de sua Mag.^{de} pera se fazer emsajador pera os ouriues*, de 1691 (¹⁹), se applicasse a estes artistas em Águeda. Em 1658 e 1772, e apenas em recolha feita nas Cartas de habilitação do Santo Oficio, conhecemos dois ourives de ouro e de Águeda são outros artistas de ourivesaria fixados no Porto, em Aveiro e em Coimbra. Maior número de ourives de prata e do ouro terão certamente exercido a profissão em Águeda. A conjuntura nacional deve ter propiciado o incremento desta arte e assim esta especialização artistica terá pro-

liferado por todo o termo de Aveiro e por todo o país. D. Pedro II, para uniformização, em especial, das técnicas de lavragem das peças, determinou ao Senado da Câmara de Lisboa a elaboração de um regimento e através do ouvidor da Comarca de Montemor-o-Velho, sob cuja jurisdição se encontravam as vilas de Aveiro, Recardães, Segadães, Brunhido e Casal de Álvaro, torna-o extensivo a estas, como o fez para todo o Reino. O rei estabelecia ainda, para benefício da arte e da qualidade da produção, que se elegessem entre os mais peritos dos artistas de cada terra o **emsajador que aprove as peças q̃. se lavrarem**. Manda ainda fazer um inventário dos ourives que existissem nas diversas terras. Não dispomos de elementos que nos provem que a tal se procedeu relativamente aos artistas de Águeda, quer à eleição do **emsajador**, quer ao inventário. Quanto à aplicação do regulamento, ela far-se-ia com certeza, através das autoridades.

«Livro dos registos da Camara da Villa de Aveiro»

Ordem de sua Mag.^{de} pera se fazer emsajador pera ourives.

Dom Pedro por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Affrica senhor da guinee etc.^a faço saber a uos ouuidor da Comarca de Montemor o velho q̃ eu foi seruido mandar fazer pello senado da Camara desta Cidade e Regim.^{to} incluzo q̃. sou seruido uzem os ouriues da Prata e ouro galmente em todo os meos Rejnos e por tanto uos ordeno e mando q̃. hauendo hi algũas das terras dessa Comarca os mandeis logo noteficar uzem delle e o guardem inuiolauelmente helegendosse em cada hũa das terras donde ouuer ouriues o mais perito q̃. ouuer pera emsajador que aproue as pesas q̃. se laurarem na forma e maneira q̃. se oserua nesta Cidade pera cujo efeito mandarão a ella buscar os / (fl 210 v) Regimentos necessarios q̃. se lhe darão em Caza do Escriuão da Camara An.^{to} Rebello e De Como tendes particado esta ordem e se ha ouriues ou não e em q̃. terras dessa Comarca me dareis Conta por mão de fran.^{co} galuão Cumprio assim ElRey nosso senhor o mandou pellos Doutores Bras Ribeiro da foncequa // Sebastião Cardozo de SamPajo ambos do seu Conselho e seus Dez.^{os} de Passo An.^{to} Peira a fez em Lx.^a em 22 de Marco de 1691 fran.^{co} galuão a fez escreuer Bras Ribeiro da foncequa // Sebastião Cardozo de SamPajo por Resolução de sua Mag.^{de} de 8 de 9.^{bro} de 691 Em Consulta do Dez.^o do passo de 26 de feu.^{ro} do dito

Anno a qual ordem eu Jorge Botelho Deça escriuão da Camara nesta nobre e notauel villa de Aveiro e seu termo por sua Magestade que Deos guarde registei aqui da propia bem e fielmente sem Couza que duuida faça e em fee do sobredito me assino de meo sinal de que uzo Aveiro 20 de Janeiro de 1696 Annos.

Jorge Botelho Deça

Por um estudo do P. Aires de Amorim ⁽²⁰⁾, relativo ao concelho da Feira, se conhecem naquela área regimentos da arte dos sombreireiros, pedreiros, canastreiros e ferreiros. Será de admitir para os homens dos ofícios de Águeda o mesmo tipo de regulamentação.

A DIVERSIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Normalmente, os mesterais dos pequenos aglomerados produziam para o consumo interno, correspondendo às necessidades locais. Sabemos, tomando por exemplo o que se passava em terras da Feira, que os ferreiros executavam alfaias agrícolas, pregaria e alguns objectos de uso doméstico. No caso particular de Águeda, talvez se fabricasse com destino ao comércio também, em particular para satisfazer a procura de regiões carenciadas do interior serrano com quem se mantinham relações de trocas mercantis e onde não abundariam os artífices. É, pois, de aceitar que se não tivesse proporcionado grande diversificação profissional. No entanto, e a partir do século XVII, surgem-nos alguns ofícios de que não temos notícia em épocas anteriores. Referimo-nos aos ourives e aos mercadores de livros e, em abono da actividade comercial, aos vendedores de pregos e ferragens, azeite e vinhos.

São de muito interesse e até curiosas as informações que se recolhem das **Cartas de Habilitação do Santo Officio** ⁽²¹⁾. Aí encontramos diversos familiares e seus antepassados que exerceram ofícios mecânicos e aí se nos deparam referências a novas artes. Mantém-se a tradição ferrageira com os ferreiros António Pires, com tenda na R. da Ponte e de idade avançada em 1658, Miguel Fernandes em data anterior a 1646 e António Luís Sobreiro em 1748, além dos serralheiros Manuel Rodrigues, em 1714, sogro de um oficial de serralharia de Lisboa, e em Oronhe, em 1743, Luís Pimenta e o espingardeiro Francisco João, da Mourisca, em 1772, que foi pai do bacharel em Cânones e Prior de Recardães. Como resultado da prática mercantil

surgem-nos os mercadores Domingos João, natural de Arrifana e fixado em Águeda pelo casamento em 1608, Francisco Almeida em 1688, Fernando Arede, vindo de Lourizela para a Mourisca em 1679, o vendedor de pregos e ferragens Domingos Pereira em 1695 – por sinal, o primeiro a ser referenciado no comércio ferrageiro – e Domingos Fernandes, vendedor de azeite e vinho, em Águeda, no mesmo ano.

As características do meio não justificaram uma maior especialização mas o conhecimento de artistas aguedenses fixados em outros centros mais evoluídos denuncia versatilidade e tendências de que hoje dão prova os operários actuais. Mostra, por outro lado, a mobilidade social na política de casamentos que acaba por enriquecer o tecido local, como já assinalou Soares da Graça. Os processos de habilitação trazem-nos alguma informação sobre esse aspecto, curiosa muitas vezes.

Em Lisboa estão estabelecidos Manuel Rodrigues, natural de Águeda, como livreiro em 1645, e como mestre cabeleireiro, em 1762, Agostinho Manuel Ferrão, filho de Manuel Rodrigues Ferrão que, sendo de Águeda, exercia naquela cidade a profissão de serralheiro. (O cabeleireiro casará com a filha de um entalhador, neta de um carpinteiro). No Porto, em 1762, encontra-se com oficina de ourives de ouro Feliciano de Almeida Vidal, da Arrancada, na Rua das Flores. É irmão doutro ourives com loja em Coimbra. Casou em 1770 com Maria Eufrazia Perry, filha de João Perry, conceituado homem de negócios natural da Irlanda e residente em Vila Nova de Gaia. Em Aveiro, em 1649, vive o ourives de ouro e mercador Manuel Rodrigues, aparentado com outros oficiais do ramo radicados em Coimbra. Nesta cidade têm oficinas de ourives de ouro, em 1658, Pedro Rodrigues, filho do ferreiro António Pires, foreiro do Hospital ⁽²²⁾, e aparentado com outros artistas; Domingos Rodrigues, natural de Águeda, avô, pela parte da mulher, de Pedro Rodrigues, e Manuel Rodrigues Pinheiro, da Arrancada, em 1754. É aí ourives da prata António Santiago, também da Arrancada, em 1661. E ainda é natural desta povoação o mercador de livros Francisco de Oliveira, estabelecido em Coimbra em 1723. Ligados a familiares de Águeda e Barrô, com estabelecimentos em Coimbra, vemos, em 1620, o mercador e impressor de livros Nicolau de Carvalho, cuja mãe era natural de Barrô, e Manuel Rodrigues da Costa, de Castelo Viegas, ourives do ouro, casado com Maria Gomes,

de Águeda, em 1705. João Antunes, de Loures, impressor e mercador de livros em Coimbra, em 1708, estava viúvo de Joana Ferreira, da Arrancada. E outras ligações se nos depa-ram, em especial na colónia brasileira, onde avultam os mercadores e ourives, além de funções administrativas diversas ⁽²³⁾.

Curiosos, na verdade, os laços familiares entre ourives e livreiros a indiciar que entre os séculos XVII e XVIII se diversificaram as aptidões profissionais na região, com destaque particular para a Arrancada, e a sugerir que muitas das obras em ouro e prata do património de igrejas e capelas poderiam ter saído das mãos de artistas aguedenses radicados fora do concelho mas a ele presos pela ligação familiar. Não passa também despercebido o facto de muitos dos ourives e mercadores de livros se encontrarem ligados à Arrancada. Isso testemunharia o desenvolvimento sofrido por aquele lugar do extinto concelho do Vouga e sua sede durante largo período, prosperidade ainda hoje evidenciada por uma arquitectura burguesa-rural bem significativa ⁽²⁴⁾.

Também nos chamou a atenção a atracção que Coimbra exerceu sobre os artistas, influência que será substituída, a partir do séc. XIX, pela do Porto. Anote-se ainda que são as profissões mais especializadas a procurar centros com maior evolução e tradições nos ramos. No caso da imprensa, a arte tipográfica desenvolveu-se na cidade do Mondego desde o século XVI por obra dos frades de Santa Cruz, da Imprensa da Universidade e dos prelos de Francisco Correia, Santillana e António Mariz ⁽²⁵⁾.

As tendências artísticas, por exemplo em trabalhos de ferro, aparecem-nos confirmadas em igrejas e casas oitocentistas. E o mesmo nos entalhadores de madeira da Matriz de Santa Eulália e em outros templos rurais. O Padre Luís Cardoso no seu **Dicionário Geográfico**, edição de 1747, chama a atenção para duas grades de ferro forjado da Capela do Santíssimo Sacramento da primitiva igreja de Águeda, classificando-as de **obra antiga e de notável artefacto** ⁽²⁶⁾. Por sua vez, Nogueira Gonçalves distingue o trabalho artístico de ferro forjado das varandas de uma casa da Venda Nova da segunda metade do século XVIII, «desenhadas nas linhas curvilíneas do tempo» ⁽²⁷⁾. Soares da Graça, ao registar outras varandas de ferro na casa da antiga Rua da Fonte, onde funcionou o Correio, e na dos Crespos, na Rua Luís de Camões,

conclui que tudo nos leva a crer «que entre nós floresceu, de maneira notável, este curioso e apreciado ramo da indústria» ⁽²⁸⁾. Tendência artística expressa nos laboriosos e delicados trabalhos de talha de entalhadores anónimos na igreja de Santa Eulália ou no expressivo cinzel de mestre António da Silva Proa, de que nos restam o conjunto equilibrado e rendilhado em pedra da fonte que esteve na antiga Rua da Fonte e o brasão municipal que na fachada dos Paços do Concelho fixou para a posteridade o velho sonho de José Maria Vellozo, Águeda, **A Romanis Aemínum**.

A proliferação de tipografias na segunda metade do séc. XIX e o actual parque gráfico poderão ser consequência dessa diversificação profissional dos mercadores e impressores de livros dos séculos XVII e XVIII.

AS INFORMAÇÕES DOS REGISTOS PAROQUIAIS

Também aos registos paroquiais podemos recorrer para reconstituir a estrutura da população de Águeda. Aliás, os registos paroquiais apresentam-se da maior importância, qualitativa e quantitativa, para o levantamento da sociedade portuguesa. Ainda que no seu conjunto excessivamente sumários e com muitas falhas, esses assentos ganham, por vezes, informação pormenorizada, permitindo ao historiador «estabelecer com alguma certeza as profissões, as idades, as diferenças sociais entre os elementos de uma freguesia ou de uma localidade» ⁽²⁹⁾. Esse maior rigor surge-nos a partir do século XVII, resultante das disposições contidas nas constituições dos bispados, que chegam a determinar as normas como deveriam ser redigidos e as menções que neles deveriam figurar. Em defesa desse rigor, penalizam-se a incúria e a negligência dos sacerdotes com sanções que vão de multa e outros castigos até à suspensão de funções.

Escolhemos os registos paroquiais de nascimento, de óbito e de casamentos, da freguesia de Santa Eulália de Águeda, entre os anos 1701 e 1710. Neles encontramos um conjunto apreciável de referências a ocupações e profissões dos moradores que, se reforçam os dados já levantados em épocas anteriores, por outro lado constituem preciosa fonte para se desenhar a evolução da sociedade aguedense que do perfil agro-comercial vai assumindo estruturas mais diferenciadas ⁽³⁰⁾.

Nos 508 assentos de baptismo – 242 do sexo feminino, 261 de varões e 5 de que se não consegue identificar o sexo do neófito – são portadores de diversas profissões os pais e os padrinhos. Entre as actividades profissionais dos progenitores masculinos distinguimos: 4 alfaiates, 3 ferreiros, 5 moleiros, 1 ourives e 4 sapateiros. Foram padrinhos de baptismo 2 alfaiates, 1 barrista, 5 moleiros, 1 sapateiro, 1 serralheiro, 1 tendeiro e 2 vendeiros. A caracterização sócio-económica dos padrinhos alarga-se na referência a outros estatutos sociais, destacando-se a presença de 7 priores, 29 clérigos, 13 capitães, 11 licenciados e até 2 Bispos e 2 Condessas. Embora pela análise documental se conclua que grande parte destas testemunhas não seja natural de Águeda, o facto de apadrinharem estes actos revela o prestígio social de muitas famílias e, nalguns casos, certo tipo de relacionamento com agregados mais humildes que desta forma procuram alguma notoriedade.

Nos registos dos óbitos, entre os 387 assentos observados encontramos 1 alfaiate, 1 carpinteiro, 3 cardadores, 1 canastreiro, 1 barbeiro, 2 ferreiros, 1 ferrador, 1 serrador, 1 tendeiro, 2 moleiros e 1 vendeiro.

Na mesma década registaram-se 129 casamentos. As constituições dos bispados obrigavam nestes assentos à referência às profissões dos nubentes. Tal não acontece nos registos desta freguesia. Mesmo assim são assinaladas várias profissões entre os padrinhos. Nestas, os ofícios mecânicos surgem-nos em menor número: 2 alfaiates, 1 sapateiro, 1 ferreiro e 1 moleiro. Em contrapartida registam-se com maior frequência licenciados, doutores, capitães, mestre de campo, estudantes, mercadores e clérigos. De clérigos há referências em 18 assentos. Também aqui, nubentes de origem mais modesta terão procurado o apadrinhamento de gente grada, como ainda hoje é prática corrente no espaço rural dominado por relações de clientela e preconceitos. O mestre de Campo António Vellez de Castelo Branco Barreto, cuja família se fixou em Águeda no século XVII, dada a sua importância social, é solicitado frequentemente para apadrinhar casamentos e baptizados, tendo acompanhado 24 neófitos à pia baptismal. E outro tanto aconteceu com outras figuras gradas do meio e, inclusivamente, de terras distantes, de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Viseu, Caminha e Penacova.

O espaço de dez anos é evidentemente reduzido para se tirar conclusões definitivas. Seria necessário levantar séries mais vastas de registos paro-

quiais. Apesar disso, duas observações nos são permitidas.

Continuamos a verificar que não são referenciados os trabalhos agrícolas embora se saiba que grande parte da população se ocupava no sector primário, desde as primeiras épocas do povoamento em período pré-nacional. Os ofícios mecânicos, pelo

QUADRO II – TRABALHADORES DO FERRO E AFINS

PROFISSÕES	N.º de artífices	ANOS	FONTES
FERREIRO	8 4 6 2	1533-1639 1634 1701-1710 1649-1748	Tombo do Hospital Tombo da Igreja Registos Paroquiais Habilitações do Santo Ofício
SERRALHEIRO	1 1 2 2	1639 1634 1701-1710 1714-1743	Tombo do Hospital Tombo da Igreja Registos Paroquiais Hab. do Sto. Ofício
FERRADOR	1	1634	Tombo da Igreja
ESPINGARDEIRO	1	1772	Hab. do Sto. Ofício
VENDEDOR DE PREGOS E FERRAGENS	1	1695	Hab. do Sto. Ofício
FERRAGEIROS	30	1878	Dicionário de Geografia Universal

contrário, merecem individualização documental, ao lado dos representantes dos grupos sociais mais elevados. Herdeiros dos antigos mesteirais, vão influenciar a formação da burguesia rural e contribuir, assim, para a diferenciação social que o povoado dá sinais de possuir. A menção dos seus nomes e profissões evidencia já o carácter privilegiado dos artífices em comparação com as penosas condições dos rurais que trabalhavam a terra, sujeitos quase sempre a gravosos vínculos senhoriais. Não raro sucede deparar-se-nos na história de Águeda o conhecimento de burgueses nobilitados pela posse de fortuna que tiveram como antepassados mesteirais locais. Parece disso ser exemplo a família do proprietário Fernão de Pinho, foreiro do Hospital em 1533, de quem se diz no Tombo haverem sido os seus ascendentes donos de uma alcaçaria e pelame no caminho do Vale. Outro tanto se poderá ter passado com os foreiros João Viegas e Diogo de Paiva. Há casos até de repúdio posterior da costela oficial. Alguns descendentes, tidos como pessoas gradas no séc. XVII, dos foreiros Diogo Martins e Gonçalo Martins, moradores seiscentistas na Rua da Ponte, «não lhes convindo que se soubesse que aqueles de quem provinham

havam exercido profissão mecânica, procuram flagrantemente, ora apagar, ora emendar para Pinheiro, a palavra indicativa da mesma profissão em todas as folhas em que ela aparece»⁽³⁸⁾. Mais tarde, após a instituição da Irmandade da Misericórdia de Águeda a 12 de Novembro de 1859, a distinção feita aos profissionais mecânicos continua, vendo-se cardadores, cantoneiros, sapateiros, carpinteiros, marceneiros, guarda-fios, negociantes, ferreiros, latoeiros como irmãos da Misericórdia e sabe-se quanto isso representa de relevância social num meio pequeno, como o era nos grandes centros. Na maior parte das proles gradas corria sangue de mesteiros.

Um outro aspecto, que nos é sugerido pelas informações dos registos paroquiais, leva-nos a concluir que o burgo de Águeda, socialmente, já não constituiria uma sociedade caracterizadamente rural. Uma burguesia próspera, que vemos lançada por todo o espaço português, em África, no Oriente, no Brasil e na Madeira, e a actividade terciária teriam já um lugar destacado. O século XIX o confirmará à sociedade em personalidades que se projectam na política nacional, nas cadeiras episcopais, na magistratura, na diplomacia e na literatura. A mobilidade social, que os registos paroquiais inculcam, configura uma estrutura significativamente diferenciada em títulos, dignidades, relações. Em 1709, os Bispos de Viseu, D. Hierónimo Soares, e do Porto, D. Thomas de Almeida, testemunham um baptismo enquanto a Condessa de Barbacena, por procuração, é madrinha noutro. Em 1721, segundo a informação do Prior Luís Dias Correia, nos 1727 fregueses havia 33 clérigos. Todos estes elementos apontam, pois, para uma sociedade de grande prestígio social e só o facto de serem mencionados os homens dos ofícios nos documentos dos registos quer significar o apreço em que eram tidos na comunidade.

OS PREGUEIROS DA MOURISCA

Pela documentação que vem sendo aduzida — e a nossa preocupação limitou-se à amostragem do tecido artesanal num número restrito de diplomas e épocas — é-nos lícito acentuar a constância de uma tendência artística e mecânica, com relevo particular para os ofícios ferrageiros. Ao aproximarmo-nos do século XIX, a vocação ganhará diferente dimensão, precursora da sua transformação na oficina e fábrica modernas. Executar-se-ão obras de acordo com as novas necessidades e também intencionalmente viradas para uma actividade comercial. As páginas dos diversos jornais que desde 1879 se publicaram

em Águeda⁽³²⁾ dão-nos notícias de novas oficinas de funileiros, ferreiros, espingardeiros, tamanqueiros, ferradores e serralheiros que produzem uma gama vastíssima de objectos e utensílios, dos pregos às alfaías agrícolas, dos regadores e gasómetros às banheiras e caldeiras para fogões em cobre e ferro zincado, dos portões utilitários às decorativas grades para varandas e jardins. Em 1878, o **Dicionário de Geografia Universal** assinala a existência em Águeda de **30 fabricantes de objectos de ferro de pequenas dimensões**, a par de referências a fábricas de telha, a moinhos e lagares de azeite⁽³³⁾. Número assaz significativo, o dos ferreiros, que, mais uma vez, nos autoriza a concluir estarmos perante uma longa tradição industrial fortemente enraizada no tecido social aguedense. Documenta-se igualmente a cerâmica, outra das vertentes da actividade produtora local. Embora só a encontremos referenciada em diplomas da Alta Idade Média⁽³⁴⁾ — fornos de ollarios em Recardães — e numa isolada menção a um barrista nos registos paroquiais, a verdade é que a indústria cerâmica teria subsistido, como se vê em 1878, exigida pelas necessidades de consumo local favorecida pelos abundantes barreiros existentes, conhecendo-se até que das Aguadas o barro era artigo de exportação pelo rio para Aveiro e zona lagunar. A fábrica do Pessegueiro, dos finais de novecentos, é o único estabelecimento que para a época é identificado. Relativamente a moinhos e lagares de azeite, a referência relaciona-se com uma actividade abundantemente documentada — nos registos paroquiais são mencionados 10 moleiros e no Tombo da Igreja, de 1634, vários em Assequins e na Borralha.

A maior parte das oficinas a que vimos fazendo referência encontravam-se sediadas em Águeda numa área delimitada mas, progressivamente, começam a ganhar espaços vizinhos, na medida em que os aglomerados concelhios conhecem igualmente sinais de progresso. Um levantamento mais alargado a outras regiões dar-nos-ia uma imagem mais correcta da expressão artesanal do concelho. Encontraríamos ampla justificação, por exemplo, para o pioneirismo da indústria têxtil em Arrancada do Vouga, a partir do primitivo núcleo do Pedrozelo, na sequência de uma larga tradição de fiandeiras e tecelões. Ou deparar-se-nos-ia a extensa proliferação dos pregueiros da Mourisca.

Em 1863 tinha a sua forja na Rua da Fonte, na Mourisca, o mestre pregueiro António Aranguinha⁽³⁵⁾. Escasseiam as informações sobre tendas

de data anterior mas é mais que verosímil a sua existência. Aliás, a uma lenda, **os ossos de Pilatos** ⁽³⁶⁾, podemos recorrer para argumentar sobre a antiguidade dos fabricantes de taxas e cravos. Já em 1765 se aludia a esse acontecimento lendário na **Macarronea Latino-Portuguesa**, que veio substituir o galhofeiro **Palito Métrico**, ao recomendarem-se ao estudante novato — a cena lendária ter-se-ia passado com escolares de Coimbra — as cautelas que devia tomar ao atravessar a Mourisca do Vouga: «Effue Mouriscam legois: E quando per illam lveris, insani ne poscas ossa Pilati».

Muito antiga, decerto, a tradição pregueira na Mourisca, confirmada entre 1915 e 1935 pela actividade de 29 artistas pregueiros e 9 comerciantes que comerciavam a obra dos ferreiros do norte ao sul do país, no Alentejo e Ribatejo, Beiras Alta e Baixa, Douro e Alto e Baixo Minho. De notar a expansão desta indústria e lembre-se, a propósito, que em 1695 se documenta em Águeda um comerciante de pregos e ferragens, ambulante certamente, de nome Domingos Pereira, natural da Giesteira. Era enorme a variedade e a especificidade dos produtos das oficinas dos pregueiros da Mourisca: cravos, de 8 a 16 polegadas, para ferrar o gado cavalar e as vacas, que para os bois havia a brocha de boi; o tachão, da mesma medida, para os tamancos de homem e a tacha mais maneirinha para os socos das mulheres; pregos para a construção naval (barcos do rio Vouga, moliceiros e bacalhoeiros), além do prego miúdo, o tremoçado, para diversos fins ⁽³⁷⁾.

Os ferreiros descansavam na Mourisca à segunda-feira, iniciando o trabalho pelas quatro da manhã. Com costumes típicos, que passaram para a lenda e para o folclore, as suas tendas não diferiram em muito das que existiram em séculos anteriores, com as suas forjas de foles fixos que o aprendiz accionava com o pé ou manualmente. As ferramentas mais utilizadas seriam a estaca, o tais, a talhadeira, a craveira, o zaine, o medronho, o malhete, a cunha e a patilha, além de vassouras e martelos.

Também nas oficinas dos pregueiros trabalhavam, ao lado do mestre, outros artífices e normalmente aprendizes que, depois de industriados na arte, se estabeleceriam com tenda própria. Antes da extinção das Corporações à mão da legislação liberal, quer a aprendizagem, quer a carreira hierárquica respeitariam o clausulado regimental. A liberalização oitocentista acabaria por provocar abusos e empo-

breçar a qualidade profissional. Veja-se um contrato estabelecido com o mestre António Aranguinha, documento esse que nos dá notícia da sua tenda.

«No dia 26 de Janeiro de 1893, entrou o meu filho, Joaquim da Costa Saraiva, para a oficina do António Aranguinha, sita em Mourisca do Vouga. A obrigação do dito Aranguinha será a de ensinar a sua profissão de pregueiro e de todos os tipos de cravos feitos na sua forja a meu filho Joaquim da Costa Saraiva, dentro do tempo de 3 anos, que terão principiado hoje mesmo com as seguintes condições: fica obrigado o dito senhor a sustentar o rapás, não o deixando sair para a má vida e dar-lhe dormida em sua casa; e eu, Afonso Saraiva, pagarei ao Aranguinha por esta aprendizagem a quantia de duzentos mil reis, em três pagamentos, sendo o primeiro de oitenta mil reis no dia 30 de Junho de 1864, o outro de cem mil reis no dia 10 de Fevereiro de 1865; se nesta data vender a junta de vacas, senão será, no dia 10 de Março do mesmo ano e a última prestação de sessenta mil reis será paga a 30 de Dezembro de 1866. Na trouxa de roupa do meu filho vão 2 pares de ceroulas, umas calças de xerobeco com fundilhos e dianteiras e outras de cotim, já delidadas, que vão vestidas, 2 camisolas escocesas, 3 pares de meias de lã preta, um chapéu de cotim e umas tairocas. O rapar do cabelo ficará a cargo do Aranguinha».

No verso desta contrato lê-se: «Não cheguei a pagar a este explorador do meu filho a última prestação e tirei o rapás do ofício, por môr de Aranguinha só lhe ter mandado tocar o fole durante todo o tempo da aprendizagem e de o pôr á frente das vacas quando lavrava as suas terras, obrigando-o ainda a acarretar a água da fonte para o gado e cosinha» ⁽³⁸⁾.

Afora o pitoresco da situação, este contrato fornece-nos importantes informações sobre a actividade profissional, além de outras, em particular sobre a complementaridade do trabalho agrícola dos homens dos ofícios, que ainda hoje individualiza o operário da região.

A FAMÍLIA INDUSTRIAL

Dos mesterais do século XVI às oficinas do século XIX toda uma longa tradição artesanal se acompanha, passando de geração para geração e quase sempre como testemunho familiar. O desenvolvimento do pequeno burgo fez-se a partir dos campos, do rio e dos mesteres; ganha a encosta da igreja, alastra na zona ribeirinha à amálgama

do Barril, sobe depois, aburguesado e fidalgo, pela Venda Nova, Capela e São Pedro. É da faina do rio e do trabalho das tendas, do cruzar das vias e da mobilidade social que o tecido humano se enriquece, se misturam culturas e se tempera a identidade, tenaz e determinada.

Ao longo da documentação desenha-se um burgo humilde, de cariz rural, que vai sofrendo sucessivas transformações pela nobilitação do trabalho. Os mesterais, aí, desempenharam um precioso papel, a par de outros grupos sociais. E, entre todos, os ferreiros sobressaem como uma grande família solidária.

Os metalúrgicos Pires, Fernandes e Monizes são, na história artesanal de Águeda, o exemplo superlativo de uma vocação artística que conseguiu, de família em família, produzir a **família industrial**. E também os **Brincos**. No decorrer da investigação, chamou-nos a particular atenção este clã onde claramente se patenteia a vocação profissional. Vejamos. Em 1892, João Ferreira da Silva Brinco, tem uma serralharia na Rua de S. Pedro; em 1908, Joaquim da Silva Brinco mantém uma oficina de funileiro na Rua Luís de Camões; em 1924, Mário da Silva Brinco está estabelecido no Largo da Venda Nova como serralheiro e nesse mesmo ano João Ferreira Brinco e seus filhos João e Darlindo estão associados com Godofredo Duarte na pequena firma de ferragens J. Brinco e Duarte à entrada da Rua Vasco da Gama. (Esta empresa de reduzidas dimensões, através de Godofredo Duarte, terá continuidade na Duarte e Crespo, uma das quatro sociedades que constituirão as Ferragens Reunidas de Águeda, Lda.). Mas este clã ferrageiro ainda teria outras ligações ao ramo: dois filhos de Joaquim da Silva Brinco, Armando e António, são latoeiro e funileiro, respectivamente, e uma sua sobrinha, Libânea, casar-se-á com Gil da Fonseca Rés, também ele com oficina de latoeiro! E hoje ainda, nas escadas que da Rua Luís de Camões sobem ao Adro, o funileiro António cultiva a familiar arte!

A forma de reprodução medieval e oitocentista pode ser surpreendida na árvore genealógica da indústria aguedense: um sistema cognático assegura a extensão do tronco comum e lança os ramos da diversificação. E não nos custa, a esta perspectiva, aceitar que a primazia dada pelos pioneiros ao sector das ferragens tenha realmente muito a ver com a forte tradição artesanal no domínio ferrageiro, desde os mesterais medievos. É verosímil concluir com José Reis tratar-se «de uma industrialização com raízes já fortes no início

do século e que vai conhecendo sucessivas fases de reordenação» através da «transformação de uma antiga tradição artesanal (...) em empresas de dimensão apreciável que beneficiaram da posição central da então vila na rede regional e mesmo nacional de comunicações e de uma relação privilegiada com o centro comercial que o Porto sempre foi, designadamente quanto ao ramo originário das ferragens»⁽³⁹⁾. Relação essa, acrescentamos, que, se é notória nas primeiras décadas do século, já o fora durante a segunda metade de oitocentos. Estando Coimbra mais próxima e acessível em comunicações, é o reflexo do comércio e da indústria do Porto que nós surpreendemos no fornecimento de produtos⁽⁴⁰⁾, no intercâmbio comercial, com aguedenses fixados na praça do Porto e comerciantes do Porto em Águeda, e até na extensão de ramos familiares à sociedade daquela cidade, de que é exemplo, entre outros, a família dos Portelas⁽⁴¹⁾.

Numa palavra, dos ferreiros do séc. XVI às oficinas de novecentos traçou-se o destino multimodo da actual indústria aguedense.

NOTAS:

- (1) — In Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Águeda. Utilizamos a versão do Tombo de 1639, que contém «o traslado do Tombo Velho de 1533», publicado pelo Cap. José Maria Coutinho (*A Santa Casa da Misericórdia de Águeda*, Águeda, 1958).
- (2) — Seguimos a leitura feita pelo Conde da Borralha em 1930. Em Apêndice publicamos alguns extractos directamente relacionados com o texto deste trabalho.
- (3) — Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no séc. XV*, reeditada por Edições Rolim, Lisboa, s.d., p. 77.
- (4) — A. H. de Oliveira Marques encontrou em Hannover um manuscrito em que um viajante anónimo descreve o reino de Portugal. Traduzido e anotado pode ler-se no seu recente *Portugal Quinhentista*, Quetzal Editores, Lisboa, 1987, pp. 127-245.
- (5) — António de Sousa Machado, *Um viajante quinhentista no distrito de Aveiro*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro* (adiante sempre aduzido por ADA), vol. XXXVII, pp. 110-113. É de admitir que na altura da passagem por Águeda deste peregrino, o burgo conhecesse forte desenvolvimento, a exemplo do que acontecia em Aveiro que entre 1570-1580 teria uma população de cerca de 13 500 habitantes.
- (6) — *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24 fl., 55 v., leitura de Rocha Madail (*Colecção de Documentos históricos*, I, 959-1516, Aveiro 1959, pp. 192-193). (Estes mesmos capítulos aparecem transcritos no liv. II da mesma chancelaria, a fl. 60, diferindo apenas no fecho da data, que é de Santarém, 18 de Abril de 1451).
- (7) — Costa Lobo, *ob. cit.*, p. 166.
- (8) — Conde da Borralha, *Águeda; Subsídios para a sua história*, in ADA, vol. I, p. 55. (Esta divisão jurisdicional é assinalada no Tombo da Igreja: «rego daugoa que vê por antre os limites de paos e av.^{ro}» e «agada he paos»).
- (9) — Serafim Soares da Graça, *Águeda Antiga, sua gente, costumes e tradições*, in *Anuário-Agenda 1941*, organizado por Raúl Conde, 1941, pp. 9-15.
- (10) — Cap. José Maria Coutinho, *ob. cit.*, pp. 19 e 57.
- (11) — Cf. Documentos em Apêndice.

- (12) — Serafim Soares da Graça, *Águeda e a sua antiga fisionomia*, in *ADA*, vol. XX, 1954, p. 69.
- (13) — *Chancelaria de Filipe II, Privilégios*, livro 1.º, fls. 179.
- (14) — *Censal do Cabido da Sé do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1924, pp. 405 e 436.
- (15) — *Casa dos Vinte e Quatro, Confrarias e Corporações*, entradas de Armando de Castro, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp., respectivamente, 515-516, 667-668 e 702-703; *Mesteirais*, entrada de A. H. de Oliveira Marques, in *DHP*, pp. 44-46, e *Mesteres*, entrada de Franz Paul de Almeida Langhans, in *DHP*, pp. 46-47; Marcelo Caetano, *História do Direito Português* (1140-1495), Verbo, Lisboa, 1981, pp. 498-505.
- (16) — J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. V, Imprensa Nacional, Lisboa, 1967, pp. 258-275. Veja-se igualmente A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 2.ª ed., 1971, pp. 136-146.
- (17) — Francisco Ferreira Neves, *A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro* (1200-1855), in *ADA*, vol. XXXIX, pp. 241-271.
- (18) — *Colectânea de Documentos Históricos*, vol. II (1581-1792), organização, leitura e revisão de António Gomes da Rocha Madahil, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 1968.
- (19) — *Id.*, *ibid.*, p. 414.
- (20) — P. Aires de Amorim, *Das Corporações de artes e ofícios. Taxas e Cartas de examinação (séc. XVIII) na Vila da Feira*, in *Aveiro e seu Distrito*, n.º 26-28, 1979-80, pp. 14-19.
- (21) — Jorge Hugo Pires de Lima, *O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício*, in *ADA*, vols. XXV, XXVI, XVII, XIX, XXX e XXXIII ao XLII.
- (22) — Este António Pires é o mesmo que é referenciado como ferreiro e ferreiro no Tombo do Hospital de 1533. Pela Carta de familiar do Santo Ofício de Pedro Rodrigues fica-se a saber que o progenitor daquele ferreiro, de nome também António Pires, era natural de Coimbra. Aqui se casou com Isabel Antónia, de Águeda, e assim deu origem a uma descendência de artesãos. Pela riqueza de informações sobre a classe mestrel, transcreve-se a genealogia de Pedro Rodrigues, ourives do ouro, natural da freguesia de Santa Eulália de Águeda, morador em Coimbra, na rua do Coruche, freguesia de Santiago: filho de António Pires, ferreiro, e de Isabel Fernandes, naturais de Águeda, e aí moradores na Rua da Fonte; neto paterno de António Pires, natural de Coimbra, e de Isabel Antónia, natural de Águeda, e aí moradores, e materno de Pedro Fernandes e de Isabel Fernandes, tia paterna de Manuel Rodrigues, familiar do S.º Ofício, morador em Aveiro, naturais e também moradores em Águeda; casado com Maria Gomes de Oliveira, natural de Coimbra filha de Manuel de Oliveira, ourives do ouro, natural de Aveiro, freg. de S. Miguel, e de Ângela Gomes, natural de Coimbra, irmã de Manuel Rodrigues, ourives e mercador, familiar do S.º Ofício, morador em Aveiro, moradores em Coimbra na rua do Coruche, neta paterna de Pedro Gonçalves, calafate, e de Sebastiana Francisca, moradores em Aveiro na rua do Alboi, freg. de S. Miguel, e materna de Domingos Rodrigues, ourives do ouro, natural de Águeda, e de Maria Gomes, natural de Coimbra, e aí moradores na freg. de Santiago.
- (23) — Além de nos fornecerem elementos valiosos sobre a classe artesanal, os processos dos familiares do Santo Ofício ajudam a melhor compreender a diversidade do tecido social de Águeda, cada vez mais enriquecido de nobilitações de gente oriunda da burguesia. Mostram-nos até já indícios vastos da emigração que teria no século XIX o seu ponto alto, com reflexos na industrialização e na benemerência. Falamos da emigração para o Brasil, evidentemente. São aí assinalados, e na cidade da Baía, os seguintes aguedenses: em 1675, António de Pinho, casado com a filha de um ourives naquela cidade; em 1695, António Rodrigues Velho, homem de negócios ali; em 1714, o Capitão Manuel de Almeida e seus filhos José de Almeida Vasconcelos e Joana Cardoso de Vasconcelos, ligada pelo casamento a um negociante cujo pai fazia viagens de negócios entre Viana do Castelo e o Brasil; em 1785, José Pereira Lopes e em 1790 Luís Rodrigues da Silva e sua filha Rosa Maria da Encarnação, casada com o Cirurgião-Mor do Terço dos Auxiliares da Baía. No Rio de Janeiro encontra-se como Comissário do Correio, em 1749, João Rodrigues Duarte e em 1773 o Padre Mestre Frei António da Encarnação, da Ordem de S. Francisco, é Lente de Teologia no Recife. (A emigração não se fez apenas para o Brasil. Em Goa residem em 1650 o fidalgo de Sua Magestade e Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Gregório Simões de Carvalho, seu tio-avô, Padre António Simões de Carvalho, deão da Sé de Goa e deputado do Santo Ofício, e em 1665 Frei Tomé de Macedo, da Ordem de S. Domingos, Inquiridor da Santa Inquisição e irmão do Padre Mestre Jorge Pinheiro).
- (24) — A propósito, escreve Nogueira Gonçalves (*Inventário Artístico do Distrito de Aveiro, Zona Sul*, Lisboa, 1959): «Constitui surpresa encontrar tal número e conjunto de casas, dos fins do séc. XVII aos meados do XVIII, de tipo homogêneo, em região em que tanto escasseiam as velhas moradias. (...) Estas casas, a que se poderiam juntar outras desaparecidas já neste século, demonstram a prosperidade da povoação naquelas épocas e como se congregou, nesta terra de arrancada para a serra e além Caramulo, a pequena nobreza e a burguesia regional, posto que não fosse sede do concelho e o fossem povoações envolventes, do do Vouga, Branhido e Aguiçeira». Uma das casas, simples e modificada, de vãos e aventais rectangulares, terá sido construída no ano de 1693 por António de Almeida Vidal, cavaleiro professo da Ordem de Cristo embora aí se assinala que uma das suas janelas Tomé João «a mandou fazer em 1623». Feliciano de Almeida Vidal, ourives do ouro estabelecido na R. das Flores, no Porto, em 1762, é descendente do cavaleiro professo.
- (25) — *Tipografia*, entrada de José Tengarrinha in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 169-170.
- (26) — Citado em Padre Manuel António Carvalhais, *Igreja de Santa Eulália, Águeda*, 1978, p. 46, e Serafim Soares da Graça, *A igreja de Águeda*, in *ADA*, vol. XVII, p. 173. (Essas grades foram retiradas a quando das obras efectuadas na igreja entre 1898 e 1900 pelo Conde Sucena. No Cartório-Museu da Igreja encontram-se expostas duas barras de ferro que pertenceram às referidas grades, recuperadas em uma vinha onde serviam de esteio).
- (27) — Nogueira Gonçalves, *ob. cit.*, p. 9.
- (28) — Serafim Soares da Graça, *Águeda e a sua antiga fisionomia*, in *ADA*, vol. XX, 1954, pp. 67-70.
- (29) — Nuno Daupias d'Alcochete, entrada *Registo paroquial*, in *DHP*, vol. 3.º, pp. 560-562. (A República, em Fevereiro de 1911, determinaria o registo civil obrigatório e fez recolher às Conservatórias do Registo Civil, criadas na altura, os livros paroquiais anteriores a 1900).
- (30) — Beneficiámos das conclusões a que chegaram, em trabalho de licenciatura na Universidade de Coimbra, Augusto Manuel Gomes de Semedo, Valdemar Rodrigues da Fonseca e Manuel Figueiredo que estudaram naquela época, respectivamente, os registos de nascimento, de óbito e de casamento da freguesia de Águeda.
- (31) — Conde da Borralha, *ob. cit.*, p. 174. (Já se corrigiu no texto o apelido destes ferreiros Diogo e Gonçalves Martins para Moniz).
- (32) — Apesar de em 1870 ter surgido a *Escola Popular*, semanário literário, instructivo e noticioso, até 1879 a informação sobre a vida de Águeda, em particular a política, há que procurá-la na imprensa de Aveiro dessa época. A partir daquela data publicou-se mais de uma dezena de títulos, havendo períodos em que circulavam quatro jornais. (Em 1910, *Ecoss do Vouga*, *Jornal de Águeda*, *Soberania do Povo e Independência de Águeda*; na década de vinte, os mesmos *Soberania do Povo e Independência de Águeda* e ainda *Voz de Águeda* (em 1928 o *Povo de Águeda* toma o seu lugar) e *Reacção* (1.ª série).
- (33) — Citado em José Reis, *Os espaços da industrialização - Notas sobre a regulação macro-económica e o nível local*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22, Coimbra, 1987, p. 22.
- (34) — Documento de 982 do *Livro dos Testamentos do Lorrão*, publicado por Ruy de Azevedo em *O mosteiro do Lorrão na reconquista Cristã*, Lisboa, 1933, pp. 42-43, que relaciona os «passales» que Soeiro Sandines e herdeiros legam ao cenóbio lorranense.
- (35) — José Maria Marques, *Como os nossos antepassados aprenderam uma profissão*, comunicação policopiada, 1987.
- (36) — Laudelino de Miranda Melo descreve-a in *Nossa Terra e Nossa Gente*, 1959, pp. 93-95:
- «Ao tempo em que por ali não havia estradas, mas simples caminhos mal amanhados (Portugal medieval), já existiam na Mourisca algumas casotas e já residentes do pequeno povoado de então se dedicavam à velha e rudimentar indústria de **taxas e cravos** (hoje bastante desenvolvida), e por ali passavam a caminho de Coimbra ou de regresso a suas terras, lá mais para Norte, muitos estudantes.
- Ora, sempre que por ali passavam, os estudantes (talvez para se divertirem) praticavam diabruras com os homens das taxas e dos cravos da Mourisca, e estes não gostando de tais brincadeiras, resolveram, certa vez, esperar os estudantes e dar-lhes uma lição. Assim aconteceu.
- Os amotinados esperaram os rapazes, houve escaramuças, e, não podendo estes com aqueles, puseram-se em fuga. Mas, um dos estudantes, ou porque não quisesse fugir ou porque, sendo apanhado, reagisse, foi morto pelos amotinados da Mourisca, que logo deram sumiço ao corpo da vítima para assim evitarem ser incomodados pelas autoridades. Esse estudante chamava-se Pilatos.

Mais tarde, os seus companheiros e a família do estudante morto pretenderam saber, sem resultado, dos ossos da vítima, e, daí, a pergunta que ainda hoje se faz às gentes da Mourisca: — **onde estão os ossos de Pilatos?**»

(37) — Levantamento executado pela Casa-Museu da Mourisca do Vouga, que expõe variado artefacto da arte de pregueiro. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, faz uma pormenorizada descrição do ofício dos ferreiros e das suas ferramentas.

(38) — José Maria Marques, *ob. cit.*, p. 6.

(39) — José heis, *ob. cit.*, p. 22.

(40) — São vários os exemplos da influência do mercado do Porto. Veja-se o anúncio à oficina de sapateiro de Manuel Rodrigues Ferreira Brinco (e de novo esta família, agora noutro ramo), vindo a lume na *Soberania do Povo* de 20 de Janeiro de 1880: «Completo sortido de bezerras nacionais e estrangeiras, vernizes, carneiras, corda-

vões, pelicas, capados, touras, elásticos e sola, fornecidos pelos melhores armazenistas do Porto».

(41) — O padre Francisco da Costa Portela, tio materno e padrinho de Adolfo Portela, levou alguns dos sobrinhos para o Porto, onde era professor do Liceu Nacional, ajudando-os nos seus cursos. Muitos deles aí se fixaram, atingindo posição social de relevo: Maria Margarida de Oliveira Pinto, professora e directora da Escola Normal do Porto, autora de trabalhos pedagógicos e romancista (algumas das suas novelas saíram em folhetim na *Soberania do Povo*); Doutor Manuel Rodrigues da Silva Pinto, médico formado pela Escola médico-Cirúrgica do Porto, onde foi professor desde 1874, chegando a Vereador da Câmara Municipal de Porto; Francisco Rodrigues da Silva Pinto, que viria a ser Administrador de Ovar e Eng.º Júlio Portela, da 2.ª Circunscrição Telegráfica, casado com Carolina Barbosa Portela, professora da Escola Normal. Uma sua filha, Maria Margarida Barbosa Portela, diplomada igualmente nesta escola, deixou um diário que reflecte a posição social que o clã dos Portelas alcançou naquela cidade nortenha.

APÊNDICE DOCUMENTAL (1)

Tombo das propriedades que pertensem a igreja de samta Eullalia deste llugar dagada que esta no termo da villa de aueiro que se (fez) por provizam de sua Magestade a requerimendo do reuerendo pero rodrigues pinto prior da dita igreja

Anno do nasimento de noso senhor, Jhû de mill E seissentos e trinta E quatro años aos sete dias do mez de iulho do dito año em ho llugar dagada nas poisadas do M.^{do} Sebastiam de masedo Viegas que estam no termo da villa de aueiro ahi perante elle dito M.^{do} pareseu de presente o rreuerendo pero rodrigues pinto prior da igreja de samta eullallia do dito llugar e lhe apresentou uma suplica que fez a sua magestade com provisam do dito senhor nas costas da dita suplica em que se manda ao dito M.^{do} (seja) iuiz e fasa o tombo de todas as propriedades foreiras e pertensemtes a dita igr.^a de que era dereita senhoria requerendo lhe que na forma da dita prouisam fizese o dito tombo e comferimento de justisas en a forma da dita prouisam as quaaes suplica e prouisam o dito M.^{do}. sebastiam de (fl. 1 v) masedo viegas mandou a mim taballiam fr.^{co} allu.^{es} taballiano na villa da Sequins e escriuão do dito tombo a autuase e ha tresladase pera em todo lhe dar comprimento de justiça ao que lloga fora satisfeito E a dita suplica he prouisam he a que ao diante vai escrita inserta fr.^{co}. Alu.^{es} escrivão do dito tombo E taballiam ho escreui e assinou o dito M.^{do} sobredito Maçedo

P.^o Roiz p.^o

treslado da suplica E prouizam de sua mg.^{de}

Diz pero rodrigues pinto prior da igr.^a do llugar dagada do bispado de coimbra e comarquã da villa

desg.^{ra} que muitas propriedades de terras e uinhas e casas pertensentes a dita igreja digo a dita sua igr.^a audam desmembradas e alheadas e muitas pesoas se tem alleuantado e uão alleuautado com os forus e resoios dellas em gramde dano he perda da dita igr.^a e remdas della pello que lhe he muito nesezario fazer tombo e demarcasam das ditas propriedades pede a Vosa magestade aja por seu seu seruiso mandar lhe pasar prouisam para o M.^{do} Sebastiam de masedo Viegas iuiz de fora que foi da villa de thomar resideu (fl. 2) te ora em o mesmo llugar fazer o dito tombo e seja iuiz delle e de todas as cousas a elle tocantes e pera escriuão posa tomar hã da dita quomarqua que mais sufeciente lhe pareser e resebera merse

Eu ellrei faso saber a Vos M.^{do} Sebastiam de masedo Viegas que fostes iuiz de fora da uilla de thomar que aueudo respeito ao que na petisam atras escrita dis pero rodrigues pinto prior da igr.^a do llugar dagada e uisto as causas que alega ei por bem E me pr(a)z que vos fasais demarcasam medisam e tombo das teras e propriedades e mais cousas pertesentes a dita igreja de que na dita peticam fas mencam aos quais ireis e sendo citadas E requeridas as partes a que a demarcasam dellas tocar as ouuireis sobre iso com o dito pero (ro)drigues ou com seu certo procurador e tomareis uerdadeira enformasam dos lugares por onde as ditas propriedades e teras partem e comfrontam asim por testemunhas amtgas dignas de fe e com inuentarios que lhe dareis como por tonbos e escrituras se as ahi ouuer E fareis logo medir e demarcar por marcos e deuisois aquellas com as quaes não ouuer duuida E onde as partes forem comteutes e nas em que ouuer duuida e as partes não forem comteutes detreminareis o que for mester (fl. 2 v) damdo apelasam e agrauo nas causas en que couber e da

medisam E demarcasam que asim fizeres fareis fazer autos pubricos nos quais uos asinareis com as partes E testemunhas que forem presentes E mandareis dar o treslado auteutico daquellas cousas en que não ouuer duuida ao dito pero rodrigues e as mais partes que o pedirem pera ho terem pera sua guarda e tomareis hũ escrivão quall mais auto e sofeciente e sem sospeita vos parecer da comarca da uilla desg.^{ra} pera escreuer no dito tonbo e fara sinall pabriquo que dareis iuramenta dos satos auangelhos que sirva niso ben E verdadeiramente de que se fara asento nas costas deste aluara e Vos seruireis neste negocio debaixo de juramento que Vos foi dado pera seruires o dito cargo de iuiz de fora E este alluara comprireis e as mais iusticas e ofeciais e pesosas a que for mostrado e o conhecimento delle pertenser inteiramente como nelle se comtem por quanto o dito pero rodrigues pagou de mea anata dozentos reis ao tizoureiro gerall dellas como uio por hũa certidam do escrivão de sua reseita sobre quem os caregou fr.^{co} ferreira Coelhu a fes em llx.^a a vinte E oito de junho de mill e seicentos e trinta e tres V.^{ei} dom antonio pereira prezidente alluara pera o M.^{do} sebastiam de masedo uiegas fa (fl. 3) zer demarcasam e medisam E tombo dos bens E propriadades de que faz mensam en sua peticam pero rodrigues pinto prior da ig.^{sa} do llugar dagada pertensentes a dita sua ig.^a e pagou de mea anata dozentos reis da maneira asima decllarada pera Vosa magestade ver por despacho da meza pagou sesenta reis o que tudo asim se continha na dita supllica E provisam de sua Magestade he nella hera conteudo E declarado a que me reporto E ficou em poder do dito M.^{do} En certeza de todo asinei aqui emrazo E a concertei com o proprio E com o dito M.^{do} sebastiam de masedo viegas

Lf.^{co} a.^{lus}

E Comigo Seb.^{ão} de M.^{do} Viegas

Consertado

com o proprio por
mim t.ban fr.^{co} alus

(TENDA DE FERREIRO)

(Fls. 19 v)

E tem mais a dita igrã hũas cazas tereiras q san tenda de fereiro E adega con hũ quintallzinho p.^a detras q ora pesue o padre Sebastian rodrigues morador en agada q esta no fundo da llapa q parte do nascente con caminho da fonte e do poente con estrada pubriqua E do norte con caminho da dita fonte E tinha da banda do norte do nasente

ao poente varas e do norte ao sull dezanove varas e da banda do sull 20 quatro varas con seu quintall todo tapado de parede q todo foi medido pelos ditos louvados E q pagava de foro cada ano hũa galinha boa e de reseber ou quatro vinteus por ela paga pelo sam migell de setembro de cada ano ho dizimo de tudo ho q ds lhe der a dita igrã de q ho dito iuis mandou fazer este termo q asinou cõ hos ditos louvados fr.^{co} alves escrivão ho escrevi

Macedo Amdre ioam migell Simois
louvado

(TENDA DE FERREIRO DE AMARO MANUEL)

(Fls. 63 v)

E tem mais a dita igrã outra caza tereira q pesue amaro m.^{eli} aonde tẽ tẽda de fereiro e pegado a dita casa hu chiqueiro de porquo e parte do nasente cõ chão de paula migeis e do poente cõa casa atras declarada e do poente cõ a uinha do dito prazo e do sull com caminho pubriquo q vai dagada p.^a paredes e tem de comprido do nasente ao poente oito varas e hũ pallamo asim pello norte como pel sull e do norte ao sull tem sinco uaras asim da banda do nasente como pelo poente e lhe orsarão de foro cada ano a dita casa des res de foro cada ano pello Cam migell de setembro a dita casa e chiqueiro e asinarão cõ o dito iuz fr.^{co} alvs escrivão ho escrevi

Macedo Amdre ioam migell Cimois

Auto de reconhecimt.^o q fes D.^{os} ião

(Fls. 112 v)

En hos uinte E nove dias do mes de outubro do ano de mill E siescentos E trinta E quatro anos en ho llugar dagada E pousadas do M.^{do}. Sebastiam de masedo viegas ius deste tonbo ahi pareseo de presente domingos ião (fls. 113) mercador E morador no dito llugar dagada E por ele foi dito q ele reconhecia a dita igrã dagada por dereita senhoria de todas as propriadades q ele possuia foreiras E resoeiras a dita igrã se obrigava a pagar ho foro q pello ditos louvados lhe fosen orsadas as ditas suas propriadades de q ho dito iuis mandou fazer este auto de reconhecimt.^o q asinou cõ ho dito domingos ião fr.^{co} alvs escrivão ho escreui declarando q ele era tanbem pesuidor de hũ meio cazall da dita igrã por dereita senhoria dele sobredito ho escrevi

Macedo doo Jo

(REFERÊNCIA A UM ALFAIATE E UM FERREIRO)

(fls. 123) Diz P^o Roíz pinto prior da Ig^{ra} deste lugar q a sua instancia mandou V. m. fazer embargo no V^o das v^{as} q o l^{do} Di^o gomes tem no lemite do barril em poder das p^{as} q as trazem arrendadas de meas p^a effeito de elle supp^{te} ser pago dos dizimos foros recoiñs e promissias q se lhe estão devendo destes dous anos passados e dets presente

P. a V. m. mande vir perante si Ant.^o fr.^s alfaiate e a Veuva molher q ficou de Ant.^o martíz fereiro m^{ores} no barril q são as p^{as} q grangeão as ditas V^{as} em cúio poder se fez Embargo do v^o e lhes de iuram^{to} pera declarê o q derão as ditas v.^{as} estes anos passados p^a a esse resp^{to} ser elle supp^{te} pago de tudo o q se lhe esta devendo e do q constar seião requeridos lhe pagê por conta do dito v^o e não o fazendo se lhe faça nelle

execução atee com effeito elle supp^{te} ser pago do principal E custas E R M.

Autuada e junta a petição E despacho por onde se fez o Embargo seião notificadas (fls. 123 v.) as p^{as} nomeadas em cujo poder se embargou o v^o q com pena cada hum dê des cruzados pagos de cadea p^a cativos e acusador appareção perante mⁱ p^a declararê a Condidade do V^o que ouverão nas V^{as} estes anos passados e feita a declaração por termo por elles assinado me tornê os autos E deferirei ao requerim^{to} do supp^{te}

Macedo

- (1) — Na transcrição dos documentos adoptou-se o respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo exactamente maiúsculas, e minúsculas e pontuação, etc., mas separando as palavras que estivessem no original unidas ou reunidas as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrassem separadas, com excepção de **dagada** e **desg.^{ra}** (Esgueira). Colocámos entre () tudo o que tenha sido acrescentado ao texto original.

bibRIA

O Bussaco em gravuras de madeira, oitocentistas, impressas em publicações periódicas Portuguesas

Eduardo Pires de Oliveira *

José Machado Lopes **

«Ao princípio era Verbo»...⁽¹⁾. Se princípio, se Verbo, em nenhum outro local tão fácil chegar até eles.

Milhões de anos nos contemplam lá do alto — museu de pedra, floresta exuberante e quase nativa, fósseis animais e vegetais quedados no Silúrico, microclima ameno e ainda fragrante.

Porque princípio, celebrado por quantos e quantos romeiros em cânticos dos mais suaves, enriquecidos com gravuras das mais belas.

É aqui, na gravura desenhada no cerne, a maravilha do engenho humano. Como que inspirado, o gravador tantas vezes anónimo, legou obra impar mas par e irmã dessa pérola mensageira — a Serra do Bussaco. Numa fidelidade até ao ínfimo pormenor, numa mais do que fotográfica perspectiva, num modo interpretativo próprio, punho de formão, milagrosos ousaram deixar história de cada recanto.

Porque história, o Papa Urbano VIII decretou sentença de excomunhão a quem atentasse contra as árvores do sagrado asilo (28 de Março de 1643).

Porque história, em 1858 propõe-se a abertura de uma «Escola Florestal» neste «legítimo e avultado parto da Serra da Estrela».

Porque história, ao eco saudoso do passado segue-se a aspiração do futuro. Esta montanha deverá servir de pedestal para se levantar o pensamento e as acções, para se lutar contra a perda de capacidade de espanto dos homens de hoje.

A sua crescente degradação vai crucificá-la — desfazer as sombras e entornar o sol no recesso dos bosques é a via da amargura para o calvário.

Para que não esqueça, para que conste, eis as silhuetas da Serra do Bussaco — façamo-las permanecer inalteradas, lado a lado com os grés vermelhos imutáveis desde há séculos.

«...Eterno soberano.

Obra das obras máxima...»

(RAMOS COELHO — Bussaco)

«...Nunca Deus queira que por ti se quebre neste santo lugar o que até agora perseverou inteiro...»

(Da Lenda das Pegas do Bussaco)

«Conta-se uma lenda de um frade que por encantamento passou esquecido três séculos a ouvir uma ave palreira, e de tal modo enlevado, que para mais nada vivia. Quando finalmente voltou ao seu mosteiro, achou-o muito outro do que o tinha deixado, e cheio de frades que não conhecia. Pondo de parte a ficção da lenda, muito de molde vem ela para explicar o enlevo de quem visita o Bussaco, onde as horas correm despercebidas, sem que a gente dê tempo do tempo que lhe foge.»

Estas palavras de Alberto Pimentel algures publicadas, são bem paradigmáticas da beleza tranquila do Bussaco. Múltiplos foram os textos que lhe foram dedicados, sobretudo desde fins da primeira metade do século XIX, e que alguns viriam a ser recolhidos por Simões de Castro no seu *Guia Histórico do Viajante no Bussaco*, guia esse publicado em 1875 e que em 1921 ia já na 5.^a edição... Aí se acabaria o Bussaco idílico e mítico e começaria o Bussaco turístico, do hotel de luxo usurpador do local onde se situava o convento dos Carmelitas Descalços.

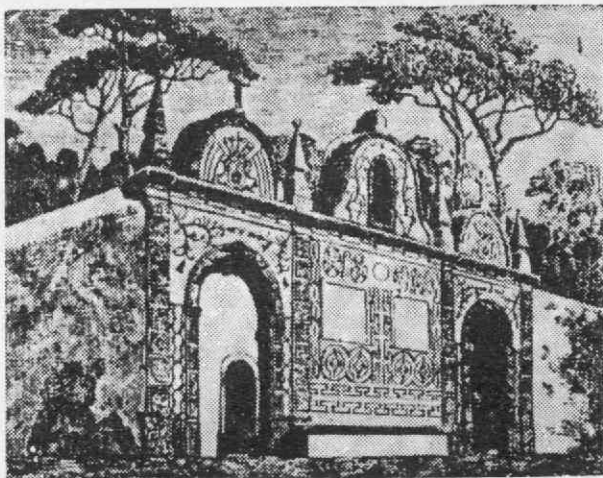
Da mesma maneira que os escritores, também os gravadores e editores das revistas ilustradas do século XIX dedicaram ao Bussaco a sua melhor atenção. Desenhadores de Lisboa e Coimbra deram origem às múltiplas gravuras a partir de 1860 que dariam a conhecer todo o Portugal e Brasil a beleza desta mata. Deverá lembrar-se que, por exemplo, a revista «O Archivo Pittoresco» (1858-



EGREJA DO CONVENTO DO BUSSACO
Desenho de Christino – Gravura de Pedroso
(Ver Catálogo, ponto 3)

-1868) chegou a atingir a fantástica tiragem de 5000 exemplares.

Este artigo foi essencialmente pensado para mostrar a beleza do Bussaco e, ao mesmo tempo, a importância estética e documental da gravura de madeira publicada em revista do século XIX, pelo que pouco mais pesquisamos. Devemos contudo dizer que procuramos, em vão, nas bibliotecas do Porto, Braga e Coimbra o volume 2 do livro «A gravura de madeira em Portugal», de João Pedroso



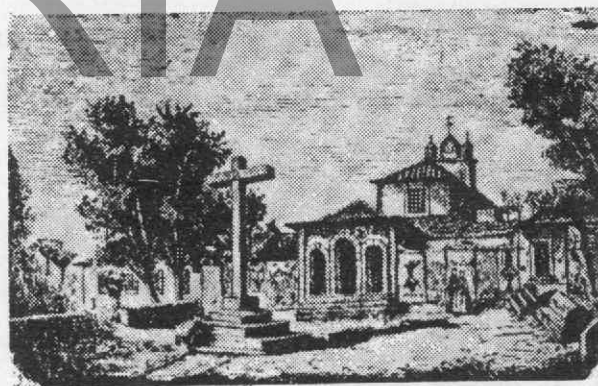
PORTARIA PRINCIPAL DA MATA DO BUSSACO
(Ver Catálogo, ponto 5)

(Lisboa, 1876), sobretudo «O Bussaco», de Silva Matos e António Lopes Mendes (Lisboa, 1874) que sabíamos ilustrado com 12 gravuras.

«Aparecida» no fim dos anos 30 da década de oitocentos, sem ligação aparente ou real com a que até aí se vinha fazendo, a gravura de madeira será o veículo ideal de ilustração das revistas literárias, informativas, de lazer, de curiosidades, etc., que por essa mesma data surgem. Rapidamente e por si só, ganharia uma qualidade e uma aceitação popular, que seria bem alicerçada pela notável revista «o archivo Pittoresco» (1858-1868).

A partir daí muitas mais revistas seriam publicadas, a que não seria estranha a facilidade de distribuição que o comboio facilitava, a qualidade dos autores, e sobretudo, o gosto pelas viagens que tanto voga teve na segunda metade do século passado.

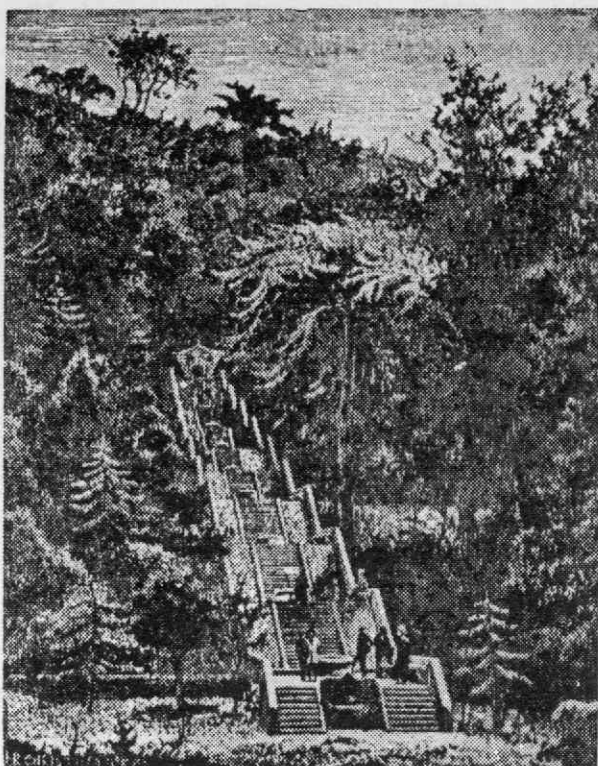
Até que apartir de 1887, com o aparecimento da técnica da fotogravura, tudo começa a não ser louros, a não compensar finalmente esta técnica artesanal; e, sobretudo, por não conseguir dar a frieza fiel do estereótipo que aquela técnica dá.



MOSTEIRO DO BUSSACO
(Ver Catálogo, ponto 6)

Rapidamente a gravura de madeira deixaria de ser impressa, conhecendo-se por exemplo, fotogravuras do Bussaco, já em 1896 (no volume 1.º da revista lisboeta «Branco e Negro».

Fonte documental de capital importância, porque múltipla, a gravura de madeira teve já em Ernesto Soares (sobretudo no seu livro «Evolução da Gravura de Madeira em Portugal». Séculos XV a XIX, Lisboa, C. M. L., 1951) o seu primeiro historiador. Mas muito mais a dizer, muito mais a descobrir, muito mais a aproveitar.



BUSSACO — FONTE FRIA
(Ver Catálogo, ponto 8)

CATÁLOGO (1)

- 1
 - 1 — Serra e Mata do Bussaco
 - 2 — Christino
 - 3 — Coelho
 - 4 — **Serra e Mata do Bussaco.** «Archivo Pittoresco», Lisboa, 4(4), 1861, pág. 25-28.
 - 5 — Indicação do desenhador e do gravador feita sob a legenda da gravura.
- 2
 - 1 — Entrada do Convento do Bussaco
 - 2 — Christino
 - 3 — Pedrozo
 - 4 — **Entrada do Convento do Bussaco.** «Archivo Pittoresco», Lisboa, 4(26), 1861, pág. 201-203.
 - 5 — Indicação do desenhador e do gravador feita sob a legenda da gravura.
- 3
 - 1 — Igreja do convento do Bussaco
 - 2 — Christino
 - 3 — Pedroso
 - 4 — **Igreja do Convento do Bussaco.** «Archivo Pittoresco», Lisboa, 5(11), 1862, pág. 81-83.
 - 5 — Indicação do desenhador e do gravador feita sob a legenda da gravura.
- 4
 - 1 — Uma rua do Bussaco
 - 2 — J. Mariz
 - 3 — Alberto
 - 4 — CASTRO, A. M. Simões de — **Os cedros do Bussaco.** «Portugal Pittoresco», Coimbra, 1(7), Jul. 1879, pág. 96-99.
 - 5 — Muito semelhante à gravura 4A.
- 4A
 - 1 — Uma rua do Bussaco
 - 2 —
 - 3 — P.º [Pastor]
 - 4 — **Portugal. Bussaco.** «O Universo Ilustrado», Lisboa, 4(3), pág. 241-242.
 - 5 — Muito semelhante à gravura 4.
- 5
 - 1 — Portaria principal da Mata do Bussaco.
 - 2 — J. R. Christino
 - 3 — Ilegível
 - 4 — MARIZ, J. Alves de — **O Bussaco.** «Portugal Pittoresco», Coimbra, 1(9), Set. 1879, pág. 128-132.
 - 5 — Torna-se extremamente difícil dizer se tem ou não assinatura do gravador tal a profusão de traços no local da assinatura. Publicada conjuntamente com a n.º 6.
- 6
 - 1 — Mosteiro do Bussaco
 - 2 — J. Mariz Júnior
 - 3 — Alberto
 - 4 — MARIZ, J. Alves de — **O Bussaco.** «Portugal Pittoresco», Coimbra, 1(9), Set. 1879, pág. 128-132.
 - 5 — Publicada conjuntamente com o n.º 5.
- 7
 - 1 — Bussaco — Portaria de Coimbra.
 - 2 —
 - 3 — Alberto
 - 4 — **Bussaco — Portaria de Coimbra.** «O Occidente», Lisboa, 2(43), 1 Out. 1879, pág. 148, 150.
 - 5 — Sob a legenda tem a indicação «Segundo Uma photographia».
- 8
 - 1 — Bussaco — Fonte Fria.
 - 2 — J. R. Christino
 - 3 — J. R. Christino
 - 4 — G., R. de — **O Bussaco.** «Portugal Pittoresco», Coimbra, 1(12), Dez. 1879, Pág. 176-178.
 - 5 — No canto inferior esquerdo da gravura dá a indicação de que o gravador e o desenhador são o mesmo: J. R. Christino Dº e Gº.

- 9 1 – O Bussaco – Monumento da Batalha do Bussaco.
2 – M. Macedo
3 –
4 – **O Bussaco**. «O Occidente», Lisboa, 3(49), 1 Jan. 1880, pág. 4-6.
5 – Nome do desenhador indicado sob a legenda.
Esta gravura está reunida na mesma página com as n.ºs 10, 11, 12, 13.
- 10 1 – Bussaco – Nos Carvalhaes da Porta de Coimbra.
2 – M. Macedo
3 –
4 – **O Bussaco**. «O Occidente», Lisboa, 3(49), 1 Jan. 1880, pág. 4-6.
5 – Nome do desenhador em sigla (MM). Está Também indicado sob a legenda.
Esta gravura está reunida na mesma página com as n.ºs 9, 11, 12, 13.
- 11 1 – Bussaco – Capela de S. Pedro
2 – M. Macedo
3 –
4 – **O Bussaco**. «O Occidente», Lisboa, 3(49), 1 Jan. 1808, pág. 4-6.
5 – Nome do desenhador indicado sob a legenda.
Esta gravura está reunida na mesma página com as n.ºs 9, 10, 11, 12, 13.
- 12 1 – Bussaco – Hotel Serra, no Luso
2 – M. Macedo
3 –
4 – **O Bussaco**. «O Occidente», Lisboa, 3(49), 1 Jan. 1880, pág. 4-6.
5 – Nome do desenhador indicado sob a legenda.
Esta gravura está reunida na mesma página com as n.ºs 9, 10, 11, 13.
- 13 1 – Bussaco – No interior da Mata
2 – M. Macedo
3 –
4 – **O Bussaco**. «O Occidente», Lisboa, 3(49), 1 Jan. 1880, pág. 4-6.
5 – Nome do desenhador indicado sob a legenda.
Esta gravura está reunida na mesma página com as n.ºs 9, 10, 11, 12.
- 14 1 – Bussaco – Na fonte de Santa Thereza.
2 – A K
3 – Alberto
4 – **Bussaco. Na Fonte de Santa Thereza. Quadro de Alfredo Keil**. «O Occidente», Lisboa, 3(53), 1 Março 1880, pág. 36.
5 – Sob a legenda tem a seguinte indicação: «Quadro de Alfredo Keil, enviado à exposição portugueza no Rio de Janeiro em 1879».
- 15 1 – Bussaco – Rua da Rainha
3 – A. Ramalho
3 – Alberto
4 – **Bussaco – A rua da Rainha**. «O Occidente», Lisboa, 4(98), 11 Set. 1881, pág. 201.
5 – Sob a legenda tem a indicação «(Segundo uma photographia de Santos)».
- 16 1 – Estrada da Porta de Sulla – Matta do Bussaco.
2 – M. Macedo
3 – Alberto
4 – **Estrada da Porta de Sulla – Mata do Bussaco**. «O Occidente», Lisboa, 7(192), 21 Abr. 1884, pág. 89.
5 – Nome do desenhador em sigla (MM).
- 17 1 – O Bussaco
2 –
3 – Hildibrand
4 – **O Bussaco**. «A Illustração Universal», Lisboa, 2(18), 9 Maio 1885, pág. 137. Também publicada sob o título Uma Paizagem do Bussaco em «A Illustração Portuguesa», Lisboa, 2(28), 25 Jan. 1886.
5 – Indicação do nome do gravador também sob a legenda. Aí tem, também, a indicação: «...segundo uma photographia da Ex.^{ma} Sr.^a D.^a Margarida Relvas».
- 18 1 – A Matta do Bussaco
2 –
3 – Hildibrand
4 – **A Matta do Bussaco**. «A Illustração Universal», Lisboa, 2(19), 16 Maio 1885, pág. 145. Também publicada sob o título Uma Rua do Bussaco em «A Illustração Portuguesa», Lisboa, 2(25), 4 Jan. 1886.
5 – Indicação do nome do gravador também a legenda. Aí tem, também, a indicação: «...segundo uma photographia da Ex.^{ma} Sr.^a D.^a Margarida Relvas».

APÊNDICE

- 1
 - 1 – Na Serra do Bussaco
 - 2 – M. Macedo
 - 3 – J. Pedrozo
 - 4 – PEDROZO, João – **A gravura de madeira em Portugal**. Vol. I, Lisboa, Horas Românticas, 1872.
- 2
 - 1 – Chalet do Sr. Ayres de Campos na Serra do Bussaco
 - 2 – Pastor
 - 3 –
 - 4 – CASTRO, Augusto Mendes Simões de – **Guia Histórico do Viajante no Bussaco**. 3.^a edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.
- 3
 - 1 – Fonte de St.^a Thereza, no Bussaco.
 - 2 – Christino
 - 3 – Christino
 - 4 – **Revista Contemporânea de Portugal e Brasil**, Lisboa, 2, 1860. Extra Texto entre as páginas 200 e 201.
 - 5 – Gravura desgarrada de qualquer texto. Sob a gravura tem ainda a indicação: «Roiz estamp.». Gravura de metal.

REVISTAS CONSULTADAS

Album Artístico, Lisboa, 1898.
Album Artístico de Portugal, Lisboa, 1898.
Almanaque Lusitano, Lisboa, 1860.
Archivo Pittoresco, Lisboa, 1857 - 1868.
Archivo Popular, Lisboa, 1837 - 1843.
Artes e Letras, Lisboa, 1872 - 1875.
O Ateneu Artístico Litterário, Porto, 1880.
Branco e Negro, Lisboa, 1896 - 1898.
Camões, Porto, 1880 - 1883.
Os Dois Mundos, Paris, 1877 - 1878.
A Ilustração, Paris, 1884 - 1892.
A Ilustração, Jornal Universal, Lisboa, 1845 - 1846.
A Ilustração Luso - Brasileira, Lisboa, 1856 - 1859.
A Ilustração de Portugal e Brasil, Lisboa, 1885.
A Ilustração Portuguesa, Lisboa, 1884 - 1890.
A Ilustração Universal, Lisboa, 1884 - 1885.
Jornal de Domingo, Lisboa, 1881 - 1888.
Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Porto, 1879 - 1881.
O Occidente, Lisboa, 1878 - 1890.
O Panorama, Lisboa, 1837 - 1868.
Panorama Photographico de Portugal, Coimbra, 1869 - 1874.
Portugal Pittoresco, Coimbra, 1879.
Portugal Pittoresco, Lisboa, 1883 - 1884.
A Renascença, Porto, 1878.
Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, Lisboa, 1859 - 1862.
Revista Ilustrada, Lisboa, 1890 - 1891.
Revista Litterária, Porto, 1838 - 1843.
Revista Popular, Lisboa, 1848 - 1855.
A Semana, Lisboa, 1850 - 1852.
Semana Ilustrada, Lisboa 1887 - 1888.
O Universo Ilustrado, Lisboa, 1877 - 1880.
O Universo Pittoresco, Lisboa, 1839 - 1844.
A Vida Moderna, Porto, 1880 - 1884.
A Volta ao Mundo, Porto - Lisboa, 1880 - 1883.

NOTAS:

(*) – Sócio da ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural Braga. Investigador de temas bracarenses.

(**) – Licenciado em História/Arqueologia, membro do GAAC (Grupo de Arqueologia e Arte do Centro-Coimbra) e do GEDEP (Grupo Etnográfico de Defesa do Património da Região da Pampilhosa).

(1) – Evangelho segundo João (1, 5).

(2) – 1 – Título; 2 – Desenhador; 3 – Gravador; 4 – Local de Publicação; 5 – Observações.

bibRIA

NA CAPA:

1— Portaria principal da Mata do Bussaco

2— Igreja Matriz de Águeda,
antes das obras de ampliação

Sumário

Página

- ★ **Antologia Aveirense — Luís de Magalhães** 5
Por Maria Albertina Nunes Santos
- ★ **Aveiro: que Regionalização?** 9
Por Armando França
- ★ **Notícias de três Histórias Setecentistas escritas por John Reynolds e passadas em Portugal, sendo uma delas em Aveiro** 16
Por M. Aline Seabra Ferreira
- ★ **Águena, dos Ferreiros do séc. XVI às oficinas de Novecentos** 36
Por Deniz de Ramos
- ★ **O Bussaco em gravuras de madeira, oitocentistas, impressas em publicações periódicas Portuguesas** 56
Por Eduardo Pires de Oliveira e José Machado Lopes